

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Gustavo Rovetta Pereira

**Produção da cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das  
comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo.**

**Vitória  
2014**

Gustavo Rovetta Pereira

**Produção da cultura e mediação social do ambiente nas pescas artesanais das  
comunidades vizinhas de Ubú e Parati no Espírito Santo.**

**Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal do Espírito Santo, como  
requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestre em Ciências  
Sociais, sob orientação da Prof<sup>ra</sup>  
Dra Winifred Knox.**

**Vitória  
2014**

## **AGRADECIMENTOS.**

Aos amigos e amigas que suportaram ouvir as angústias que envolvem a vida de um estudante e pesquisador exposto a precariedade e a mendicância proporcionados pelo estado brasileiro, que confortaram-me ao longo deste curso de mestrado, além de terem compartilhado momentos de suas vidas comigo, me sinto honrado em tê-los ao meu lado.

Aos anos de república, onde eu, um filho único aprendi muito.

Aqueles professores que nunca quiseram conter a sede de um aluno por conhecimento, pelo contrário, empolgaram-se junto com ele.

Aos meus pais que mesmo não possuindo oportunidade de terem estudado em uma universidade e muito menos terem ciência do que são a Sociologia e a Antropologia, nunca opuseram-se a minha escolha por um curso que requer grande esforço para tornar-se um meio de vida.

A vivência na Universidade Federal do Espírito Santo, que proporcionou-me dos dezoito aos vinte e cinco anos, os melhores anos da minha vida. Neste intervalo de tempo tive as melhores conversas, companhias e oportunidades de sempre estar aprendendo posso dizer que na UFES eu me encontrei.

Aos meus companheiros e companheiras do Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo, pelas experiências empreendidas por esse coletivo, junto a algumas das comunidades pesqueiras do Espírito Santo. Especialmente João Paulo e Flávia que me convidaram para entrar no antigo POEMAS, grupo que deu origem ao GEPPEDDES e também por serem grandes amigos. A Prof<sup>a</sup> Aline Trigueiro pelos conselhos, orientações e por acreditar nas nossas capacidades.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Winifred Knox pelos conselhos, paciência, orientações, confiança e por me acalmar em alguns momentos de pressão proporcionados pela vida acadêmica.

A minha amiga, companheira e namorada por ser a pessoa com quem eu mais interagi e compartilhei os diferentes momentos da minha vida nos últimos tempos.

A minha bicicleta que de uns anos para cá tornou-se a extensão das minhas pernas, as longas pedaladas que ela me proporcionou realizar tornaram-se um momento privilegiado para refletir sobre variadas questões, o que contribuiu muito para a finalização desta dissertação.

A FAPES, pela bolsa de mestrado concedida de Julho de 2012 a Fevereiro de 2014.

“Que importância podem ter alguns milhares de selvagens improdutivos comparados a riqueza em ouro, minérios raros, petróleo, em criação de bovinos, em plantações de café etc? Produzir ou morrer, é a divisa do ocidente. Os índios da América do Norte aprenderam isso na carne, quase todos mortos afim de permitir a produção. Um de seus carrascos o general Sherman, declarava-o ingenuamente numa carta endereçada a um famoso matador de índios Bufallo Bill. “ Pelo que posso calcular, havia, em 1862, cerca de 9 milhões de bisões nas planícies entre o Missouri e as Montanhas Rochosas. Todos desapareceram, mortos em troca de sua carne, de sua pele e de seus ossos. [...] Na mesma data havia cerca de 165 mil Pawnee, Sioux, Cheyenne, Kiowa e Apache (grupos indígenas), cuja alimentação anual dependia desses bisões. Eles também partiram e foram substituídos pelo dobro ou o triplo de homens e mulheres de raça branca, que fizeram desta terra um jardim e que podem ser recenseados, taxados e governados segundo as leis da natureza e da civilização. Essa mudança foi salutar e se cumprirá ate o fim.” (Pierre Clastres )

## RESUMO

A pesca exercida nas comunidades, ao longo do litoral brasileiro, atualmente se diferencia muito da pesca exercida pelos habitantes que estavam aqui no momento em que chegaram os colonizadores europeus do território que hoje é concernente ao Brasil. Essa atividade haliêutica transformou-se através do acesso ascendente a uma variedade de instrumentos e acessórios que antes não faziam parte do cotidiano da atividade. Além disso, há muitas décadas, grande parte dos instrumentos e das embarcações era construída pelos próprios pescadores – diferentemente das linhas de náilon, do GPS, do motor de embarcação e da geladeira do barco, utilizados com frequência atualmente. Mesmo com essas convergentes mudanças, os pescadores ainda dependem do que Antônio Carlos Diegues (1983) caracterizou como força produtiva da natureza, isto é, a dependência que a pesca possui em relação aos ciclos do ambiente. A maioria dos pescadores hodiernos não são mais indivíduos isolados física e informacionalmente em suas localidades. São registrados como pessoas viventes em um Estado nacional, possuem carteira de identidade (entre outros documentos), usufruem de bens de consumo, lidam cotidianamente com dinheiro. Em geral, vivem em meios de certa forma urbanizados. Possuem, em suas trajetórias de pescadores, uma legislação específica a cumprir perante o Estado, para terem permissão de pescar: licença ambiental de pesca, carteira de pescador e licença de embarcação. Porém, diferentemente da maioria dos trabalhadores urbanos, o pescador convive diretamente com as nuances do ambiente marinho, que irão ditar o seu cotidiano e os desafios que ele terá de superar para angariar os objetivos de sua atividade: os peixes e outros seres marinhos. Além dos fatores descritos acima que influenciam diretamente a forma que toma a pesca artesanal, as comunidades de pescadores artesanais de Ubú e Parati, existentes no município de Anchieta, convivem com turistas desde a década de 1950. A partir da década de 1970, esse território conta com a inserção da colossal indústria de beneficiamento de minério Samarco e, mais tarde em 2006, da Petrobrás. Esses últimos atores, para além de constituir alguns determinantes nas trajetórias das pescas artesanais de Ubú e Parati, postam-se através de suas ações como os agentes que, na percepção dos pescadores artesanais, irão acabar com a atividade, devido à sua racionalidade que visa constantemente expandir seu processo produtivo, atingindo diretamente a pesca local. É nessa circunstância que se desenvolve o estudo que nessas páginas está contido, tratando de compreender o processo de produção da cultura das pescas artesanais das comunidades de Ubú e Parati, que é intimamente relativo em seus possíveis desenvolvimentos ao acesso dos pescadores artesanais ao ambiente marítimo.

# **SUMÁRIO**

## **INTRODUÇÃO – p.8**

Apontamentos Metodológicos – p.9

Caminhos/Trajétórias do pesquisador – p. 13

Uma aproximação com os contextos locais – p.15

## **I- PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA: ENTRE AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A PESCA ARTESANAL E SOBRE A CULTURA, NO ÂMBITO DA TEORIA SOCIAL**

1.1 Cultura como relação entre os grupos humanos eo ambiente – p .22

1.2 Pesca artesanal: entre ambiente e relações sociais – p.29

1.3 “Saber – Fazer”, o senso prático da pesca artesanal – p.35

1.4 Do “bricolage” ao “senso prático” - p.36

1.5 “Socialidade” como forma pela qual os indivíduos constroem o *saber fazer* – p.39

1.6 Socialidades pertinentes ao *saber fazer*: a relação corpo, técnica e pessoa – p.45

## **II SOCIALIDADES PESQUEIRAS EM PARATI E UBÚ**

2.1 Sobre a comunidade de pescadores – p .51

2.2 Sobre algumas memórias da pesca de antigamente – p.59

2.3 Sobre as pescas de hoje – p.66

2.4 Sobre o âmbito normativo da pesca artesanal – p.67

2.5 Sobre os processos produtivos da pesca – p.74

2.5.1 Sobre os *petrechos* de pesca e a manutenção das embarcações – p.76

2.5.2 O saber e o fazer da pesca e a circulação do pescado – p.81

2.6 Os tempos cíclicos no cotidiano da pesca artesanal – p.90

### **III. A PESCA ARTESANAL NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO *E* VICE E VERSA.**

**p. 94**

3.1 A racionalidade desenvolvimentista, os valores e os processos sociais que permeiam a sua  
formulação e modo de operar – p.95

3.2 Quando chegam os *progressos* e/ou os *desenvolvimentos* em Ubú e Parati – p.107

3.3 Quando modos de vida tornam-se engajamentos políticos – p.117

**CONSIDERAÇÕES FINAIS – p.130**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – P. 135**

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho que será desenvolvido nesse espaço foi construído ao longo da pesquisa focada em entender o desenvolvimento da pesca artesanal nas comunidades vizinhas Ubú e Parati, existentes no território do município de Anchieta no estado do Espírito Santo. Entende-se por desenvolvimento da pesca artesanal a forma como a atividade – marcada pelas circunstâncias específicas dos processos sociais da conjuntura local – se torna o principal vetor de constituição do modo de vida dos pescadores e pescadoras dessas duas comunidades.

A ideia de desenvolvimento da pesca artesanal parte de duas premissas. A primeira trata-se da interpretação pela qual é tomada a pesca artesanal; nesta pesquisa, como fruto de um processo de produção da cultura (FOLADORI, 1992), ou seja: a atividade como modo de vida se compõe fundamentalmente na relação interdependente das populações de ambas as comunidades pesqueiras com o ambiente. A segunda consiste no fato de que essa interdependência não é uma relação direta entre homem e ambiente marinho, mas socialmente mediada por diferentes processos e relações que se encontram no âmbito social. Em outras palavras, a forma como o pescador terá acesso ao mar e interagirá com os seres marinhos, as praias, a costa, é essencialmente influenciada pela posição desses indivíduos, no âmbito das diversas relações sociais que fazem parte do contexto social em que eles estão inseridos.

Esse estudo é dividido em partes, como usualmente acontece em qualquer trabalho acadêmico. Assim sendo, após esta introdução serão esmiuçados os aspectos relativos à metodologia que norteou essa iniciativa de pesquisa. Logo apresentarei também alguns relatos atrelados à forma como interagi com os pescadores artesanais e as peculiaridades das localidades focadas.

Posteriormente apresentarei algumas características introdutórias, pertencentes à conjuntura de fatos e processos que constituem as duas localidades. A forma como selecionei essas informações está interligada à problemática de pesquisa construída como minha zona de interesse no âmbito da Sociologia e Antropologia – não sendo, portanto, apenas uma genérica parte informativa sobre ambas as áreas.

Encontra-se, depois do tópico introdutório ao contexto das localidades, a **Parte I** desse estudo. Esta seção se desenvolve como uma reflexão fundamentada em outros estudos, ou seja, é um ensaio teórico que expõe a seleção de conceitos e autores que ampararam o meu olhar sobre a realidade das comunidades pesqueiras.

A problematização teórica pertinente à Parte I divide-se em três pontos principais: a construção do conceito de cultura a partir do modo de vida da pesca artesanal; o entendimento



elaborado sob as contribuições da teoria social, sobre o que é a pesca artesanal; e, concomitantemente a este segundo aspecto, formulo uma interpretação baseada em diferentes aportes teóricos, sobre a forma de conhecimento característico na atividade da pesca artesanal: o *saber fazer*.

A **Parte II** constitui o resultado do trabalho de campo de inspiração etnográfica. Neste segmento serão expostos os variados processos socioambientais que compõem o modo de vida da pesca artesanal através da divisão em tópicos – cuja abrangência se dará nas relações comunitárias entre os pescadores, a partir de relatos que caracterizam a pesca artesanal de outrora e suas diferenças com a pesca exercida atualmente.

Apresentarei também os processos sociais que envolvem a pesca artesanal contemporânea realizada nessas duas localidades vizinhas, focando: os percursos dos pescadores artesanais em relação às normas que regulamentam a atividade; os tipos de pesca, materializados nas relações dos pescadores com o seu inventário instrumental; o processo produtivo da pesca, incluindo-se alguns dos *saberes fazeres* relativos ao exercício, à formação da tripulação, à circulação dos frutos da pesca, e; os tempos cíclicos que envolvem a atividade pesqueira artesanal.

Na **Parte III** estruturarei uma interpretação sobre as iniciativas industriais de grande porte autoafirmadas, por seus proponentes e apoiadores, como de *desenvolvimento*, e que se reverterem às comunidades. Esta análise será dividida em uma interpretação a partir da análise teórica da noção de *desenvolvimento*, caracterizado e materializado através de grandes projetos industriais. Como desdobramento, uma interpretação sobre os distintos processos, atores e relações sociais que envolvem a instalação e operação desses empreendimentos nas localidades.

Por último, o tratamento da percepção dos pescadores artesanais sobre as consequências de sua convivência com os grandes projetos industriais, o que inclui mobilização política em vista de seus interesses e posições perante essas iniciativas colossais que se voltam sobre o seu ambiente, e, concomitantemente, influenciam de forma significativa o cotidiano da pesca tanto em Ubú quanto em Parati. As **Considerações finais**, enfim, alinham as últimas reflexões sobre todo o percurso de pesquisa.

## **1.2 Apontamentos metodológicos.**

Esta pesquisa tem sido um processo de produção dialógica, realizada por reflexões teóricas, trabalho de campo e considerações analíticas. Portanto, ao mesmo tempo em que a

experiência de campo dá indícios acerca do contexto estudado, as reflexões teóricas tendenciam a observação sobre ele, processo acrescido pelo fato de que a compreensão do campo produz questionamentos, que simultaneamente levam a procurar um aporte teórico que os subsidie.

A experiência de campo com os pescadores de Parati e Ubú não se posiciona a partir de uma observação que pressupõe previamente o isolamento deles de um contexto e de uma organização social maior do que as relações comunitárias entre pescadores. Dessa forma, foram procurados nessa empreitada, os traços característicos, que ligam as construções culturais dos pescadores artesanais como sujeitos sociais a um campo de disposições sociais e a uma conjuntura de relações sociais de âmbito maior que a vivência comunitária.

A partir de interações pretendidas, informais, do pesquisador com os pescadores de Ubú e Parati, são produzidas as reflexões pertinentes aos desdobramentos dessa pesquisa. A objetividade nessa interação com o pescador foi demonstrada no sentido de evidenciar como este processo investigativo visa registrar reflexivamente a sua condição de pescador artesanal nessas duas localidades – de maneira a não sobrepujar a capacidade interpretativa deles pela minha, mesmo que a iniciativa de interação de pesquisa e análise com eles seja de minha parte.

Nesta proposta de dissertação de mestrado, o trabalho de campo é destacado como meio significativo para o cumprimento do objetivo investigativo concernente a essa iniciativa. Dessa forma, este trabalho de campo vai se construindo através de conversas informais com os sujeitos da pesca das localidades, em uma média de uma a três idas ao campo por semana da segunda quinzena de fevereiro até o começo do mês de junho do ano de 2013, que geraram em torno de vinte conversas com duração entre 40 e 60 minutos. Essas conversas foram registradas em diário de campo após o término das mesmas.

Não tenho pretensão de que minhas imputações sobre essas interações advindas do trabalho de campo sejam consideradas como impressões reais das “coisas em si” e sendo esta uma das razões para opção neste trabalho de nem ao menos usar gravadores, fotos ou vídeos; mas que sejam tomadas pelo leitor como interpretações características mais de um sujeito humano idiossincrático, do que de um cientista portador de uma falsa neutralidade.

Meu trabalho tem aspirações explicativas, além de consciência de suas limitações nas competências que, de fato, estão sendo construídas nessa pesquisa. Estou ciente que, a partir dessa perspectiva, estou aberto a críticas. Não tenho intenção de blindar meu estudo delas e sou humilde perante suas limitações, só quero ter a liberdade para exercer essa escolha por um trabalho com características mais artesanais do trabalho sociológico, pautado também na

sensibilidade adquirida do pesquisador, em seu “senso prático” na interação com as pessoas sem assim se descolar da área de conhecimento das Ciências Sociais.

Esse primeiro período, dedicado à prática do trabalho de campo, serviu para a realização dos objetivos pertinentes ao capítulo III dessa dissertação, e consistirá na investigação para a caracterização dos tipos de pesca já mapeados: a pesca de rede; a pesca de espinhel e de linha de fundo, em águas mais afastadas da costa; a pesca de linha mais próxima à costa; a pesca de linha do polvo mais próxima à costa e; a pesca do polvo “no pote” mais afastada da costa. Entende-se como tipo de pesca nessa análise a abstração de suas condições objetivas de existência, como atividade de reprodução social e biológica. Esse terceiro capítulo existe, para além da confirmação de uma hipótese, no desenvolvimento em complementariedade com o capítulo II, no intuito de o autor demonstrar a conjuntura complexa, continuamente geradora da pesca artesanal, pensando a possibilidade de a mesma condicionar as formas que a atividade adquire, através de distintos processos motivadores dessa pesca inerente às múltiplas relações que compõem esse modo de existência.

Antes de dar início ao trabalho de campo, eu havia planejado suas etapas de maneira a, primeiramente, compreender um pouco da pesca realizada nos anos que antecedem a instalação da Samarco mineração na localidade. Não somente essa, mas, também, as pescas dos tempos posteriores à instalação que reúnem características que as diferenciam significativamente das pescas realizadas no presente. Como, por exemplo: os tipos de pesca, os instrumentos utilizados, as adversidades, a circulação do pescado, os *saberes fazeres* empregados na atividade. No geral, essas informações não seriam o foco principal da pesquisa, mas consistiriam em aspecto fundamental deste estudo, a partir de diálogos com alguns dos pescadores mais antigos da comunidade.

Depois da etapa anteriormente descrita, idealizei começar a pesquisar a pesca artesanal nas comunidades de Ubú e Parati, exercidas atualmente. Esse momento do trabalho de campo seria o mais longo, por conta desta coleta de informações ser maior do que a parte relativa à pesca de antigamente, que se contenta com algumas memórias mais significativas sobre a atividade exercida há décadas. Posteriormente, o escopo da pesquisa seria compreender questões relativas à organização através do vetor de interesses no qual consiste a associação de pescadores de Ubú e Parati, como modelo de articulação de seus interesses como pescadores artesanais.

Para a materialização deste projeto foi necessário de alguma forma planejar o processo do trabalho de campo, consciente da suscetibilidade relativa à emergência de mudanças

inerentes às nuances da própria trajetória investigativa. Foi, de fato, o que aconteceu: nas interações os pescadores fundiam, em suas colocações, as informações relativas ao planejamento desta investigação socioantropológica. Assim, em uma mesma conversa, diziam da atuação da associação de pescadores, as condições de exercício da pesca artesanal contemporânea, assim como caracterizavam aspectos da pesca de antigamente.

Tal processo fazia com que eu tivesse, ao registrar essas interações no diário de campo, que organizar os tipos de informação em tópicos relativos a cada tipo de conteúdo dessas conversas, priorizando essa separação entre aspectos da pesca atual, pesca antiga, mobilização pelos seus interesses e ações relativas a uma associação política entre pescadores.

O trabalho de campo decorreu do diálogo com os pescadores disponíveis, a priori nos seus locais de trabalho – como as praias onde eles saem para pescar, ajeitam os barcos conforme os mesmos demandam, conversam com outros sujeitos da comunidade, remendam a rede de pesca, limpam os peixes. Em alguns momentos, de acordo com a oportunidade, pude adentrar os espaços de cunho mais pessoal, como sua casa e sua estrutura familiar, que não constituem o foco primário e fundamental desta perspectiva investigativa.

O que nas conversas informais visa ser compreendido é como a atividade representa a consequência de um inventário abrangente de relações de causalidade, de múltiplas formas permeadas pela criatividade do sujeito para fazer a pesca, em relação às limitações e possibilidades objetivas que constroem essa prática.

Dessa maneira, essa pesquisa visou desmembrar analiticamente a atividade, no sentido de compreender os seguintes processos inter-relacionados: através de quais relações o pescador chega até seu inventário instrumental? Como constrói o *saber fazer* e o pratica? Como desenvolve a pesca sob as condições do ambiente? Como é organizado o processo produtivo da pesca, com quem o pescador pesca, como distribui os frutos da atividade, qual é o objetivo inerente à captura dos peixes? Como o pescador lida com os aspectos exteriores a própria prática, como as exigências burocráticas advindas das condições sociais atuais de exercício dessa atividade haliêutica?

Na parte do trabalho de campo relativo ao terceiro capítulo da dissertação, pretendi abordar a história da Associação de pescadores e pescadoras de Parati e Ubú e suas formas de engajamento como sujeitos de interesses de uma atividade organizada politicamente. Outros aspectos, para além de mobilizações políticas, serão abordados. Como os já percebidos nesse contexto: os conflitos dos sujeitos da pesca com os agentes públicos de fiscalização da

atividade pesqueira, isto é, servidores públicos da Capitania dos Portos e servidores públicos do IBAMA. Assim como a influência da Colônia Municipal de Pescadores e do Estado no contexto da atividade.

Em relação à construção do terceiro capítulo, também procurei, em notícias jornalísticas, aspectos do discurso do poder público municipal e estadual, além das particularidades dos discursos das empresas donas dos meios de comunicações de maior abrangência no Espírito Santo, que denotam seus posicionamentos em relação aos grandes empreendimentos industriais voltados ao território de Ubú e Parati, no município de Anchieta.

Os pescadores, tanto de Parati quanto de Ubú, são bastante arredios em relação a qualquer iniciativa de pesquisa, pois, em diferentes momentos, pesquisadores a serviço de empresas de consultoria fomentaram pesquisas que resultaram na operação de distintas atividades industriais na localidade, como a Petrobrás e a Samarco. É também afirmada por alguns pescadores das localidades, com os quais tive a oportunidade de interagir, a ausência de reciprocidade entre as contribuições para pesquisa, por parte da comunidade pesqueira, e a resposta, na forma de qualquer melhora na vida daqueles indivíduos que foram alvos da investigação, do pesquisador.

No caso dos pesquisadores articulados com empresas de consultoria, o que acontece é o exato oposto dos anseios dos pesquisados: o agravamento das condições ambientais no exercício da pesca, devido à operação das empresas, viabilizada pelas consultorias. Por isso, as ações desses sujeitos são muitas vezes consideradas danosas pelos pescadores, apesar de ressaltarem que esse é o trabalho desses indivíduos. A partir das características pertinentes à conjuntura investigada, percebe-se que a própria substância dinâmica do exercício de pesquisa pode nos dizer acerca de um contexto – até mesmo com a falência de alguns dos procedimentos nela idealizados.

### **1.3 Caminhos/trajetórias do pesquisador**

Tomei conhecimento das comunidades de Ubú e Parati antes de decidir pesquisar o desenvolvimento da pesca artesanal existente nesses lugares. Conheço as comunidades desde a infância, pois fui criado e morei até os dezoito anos em Guarapari, município vizinho às localidades, além de minha própria mãe ter trabalhado na empresa de mineração (Samarco).

Até a última semana em que eu era gerado em seu ventre, ela permaneceu trabalhando. Fato que, através de pensar em uma relação de causalidade, sobre a minha saúde, posso

afirmar ter resultado em alguns problemas respiratórios durante a infância – alguns permanecendo até os dias de hoje. Minha mãe conta que seu uniforme de trabalho, por conta do contato com aquele ambiente permeado por partículas de minério, dificilmente voltava à sua tonalidade original, mesmo ela trabalhando nos setores administrativos da empresa, longe da manipulação do minério e da operação do seu beneficiamento.

Quando era criança, frequentei algumas vezes essas localidades com a finalidade de passear e me banhar no mar. Assim, sempre presenciei o grande fluxo de pessoas nas temporadas de férias / feriados e, no ápice do movimento, nos meses de janeiro e fevereiro. Minha mãe, mais uma vez, tornou-se aquela que de alguma forma me aproximou do contexto daquelas localidades, quando trabalhou na Secretária de Pesca de Anchieta, e proporcionou-me através dos relatos sobre o seu cotidiano de trabalho junto aos pescadores artesanais, a ter contato contínuo com os pescadores não só de Ubú e Parati, mas de todo o município de Anchieta. A partir daí, percebi as relações de atrito entre esses pescadores, o poder público com as suas diferentes instâncias (inclusive a Secretaria de Pesca), bem como a indústria materializada na Samarco e na Petrobrás. Assim, tive a oportunidade de perceber as relações muito mais estreitas e cordiais entre prefeitura e as indústrias do que entre prefeitura e pescadores artesanais. Um tempo mais tarde, minha mãe iniciou trabalho como funcionária subsidiada pela prefeitura municipal na Colônia de pescadores Z4 Marcillio Dias, do município de Anchieta – fato que mudou um pouco sua perspectiva em relação aos pescadores de Anchieta. Em alguns dos seus relatos, pude entender alguns aspectos da racionalidade que imbui a postura do poder público na escala do município.

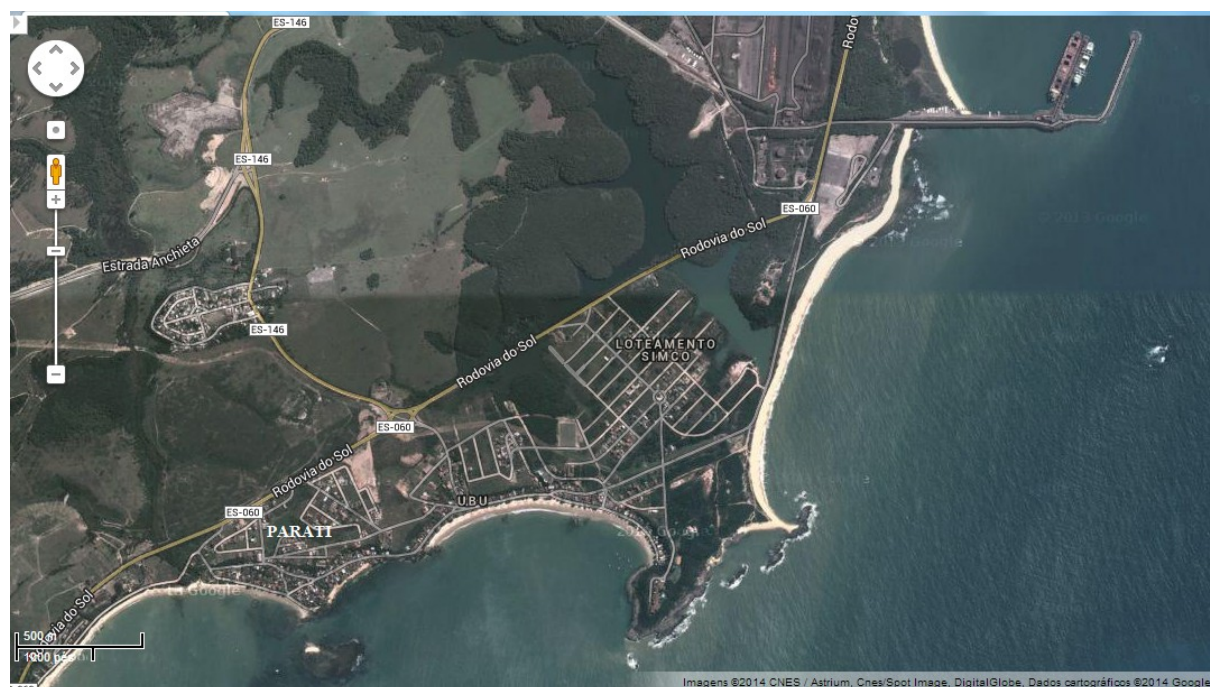
Já a minha interação na perspectiva de pesquisador com a pesca em Parati e Ubú começou com a ideia proposta pelo Grupo de Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo, GEPPEDS, no qual fui membro pesquisador de se fazer uma oficina na localidade, atividade parte de um projeto de Extensão do mesmo grupo para compreender a partir das inferências dos pescadores reunidos, não somente de Ubú e Parati, mas de todo o município de Anchieta, o contexto da pesca nesses locais. Por isso, entrei em contato com o presidente da Associação de pescadores de Parati e Ubú, junto com outros integrantes do grupo de pesquisa, para apresentarmos a ele a proposta de oficina e, ao mesmo tempo, pedirmos ajuda na mobilização dos pescadores com a oficina, em 2012. Depois disso encontrei-me com ele outras vezes, entre os meses de fevereiro e março deste ano, em todos os momentos fui angariando mais interpretações sobre o contexto da pesca em Ubú e Parati.

Nos momentos posteriores da pesquisa passei a frequentar os prováveis locais onde os pescadores se encontravam: onde ficavam os seus barcos, assim como seus instrumentos. A

forma de abordagem a esses indivíduos consistiu na tentativa de converter o formalismo da pesquisa, e das inquirições investigativas, para o âmbito de uma conversa informal, sutilmente direcionada para as questões inerentes aos interesses dessa exploração. Houve também o caso em que frequentei comércios, como locais de venda de artesanatos e quiosques na beira da praia, de moradores mais antigos, ex-pescadores. A maioria dessas interações foram conversas produtivas e profundas, que, nos seus momentos finais, produziam em mim a sensação de ter exaurido momentaneamente meus questionamentos.

As etapas restantes dessa pesquisa foram supridas através da investigação sobre a genealogia e trajetória da Associação de Pescadores de Ubú e Parati, que foi reconstruída a partir de conversas com o presidente e o vice-presidente. Presenciei uma reunião com a grande maioria dos 219 membros da Associação de Pescadores de Ubú e Parati, e também uma reunião das comunidades de pescadores de Anchieta com uma empresa de consultoria socioambiental, além de uma representante da petrolífera australiana Perenco, o que demonstra interesse de iniciar atividades no local.

#### 1.4 Uma aproximação com os contextos locais.



1

Introduzirei o leitor no contexto inerente à análise contida nessas páginas. Precisamente, serão delineadas, neste espaço, algumas explanações acerca das localidades que inscrevem as comunidades pesqueiras vizinhas de Parati e Ubú.

<sup>1</sup>Foto de satélite retirada da página <https://maps.google.com.br/>.

Em alguns momentos, essa descrição primária das localidades pertinentes a esse estudo terá um tom inspirado na forma como os antigos naturalistas descreviam os lugares por onde passavam em suas viagens de exploração. O naturalista francês August Saint Hillaire, por exemplo, que transitou por essas mesmas regiões – apesar de eu não encontrar em seus escritos nenhuma caracterização referente a Ubú e Parati, mas, de regiões próximas, que hoje se localizam no território dos municípios de Guarapari e Anchieta.

Outro fator que contribuiu para aflorar essa perspectiva é o fato de eu me deslocar até elas através de um longo percurso de bicicleta, de Guarapari até Ubú e Parati. Assim, aprimoro gradualmente a visão sobre o trajeto e, concomitantemente, sobre o espaço das comunidades. Por ser a bicicleta um modo de transporte mais lento que os ônibus, os carros e as motocicletas, ela possibilita ao ciclista uma observação mais detalhada, apta a notar cada vez mais particularidades ao longo do trajeto empreendido.

As comunidades vizinhas de Parati e Ubú são duas localidades pertencentes oficialmente ao município de Anchieta, localizado a 71 km da capital do Espírito Santo, Vitória. Junto a outra comunidade de nome Mãe-Ba, essas são as localidades municipais mais próximas à localização da mineradora Samarco, grande empreendimento que fica no caminho entre Anchieta e Guarapari. E que reestrutura a organização social desses dois lugares, construindo uma relação específica com a pesca artesanal de Ubú e Parati.

Chegando a Ubú por Guarapari, segue-se pela Rodovia do Sol beirando a extensa Praia de Meaípe, margeada por estreita faixa de restinga. No lado oposto, a praia passa pelo último bairro de Guarapari, denominado Porto Grande, e, depois de uma faixa de asfalto, encontra-se o bairro Anchietaense de Mãe-Ba. Esse bairro é postado entre duas boates, que são conhecidas em Guarapari e Anchieta por funcionarem como casas de prostituição, atendendo principalmente a demanda de homens de distintas partes do mundo que chegam pelo porto da Samarco. Esses lugares de entretenimento também recebem os operários das empreiteiras que prestam serviço para a empresa. Um relato que comprova a dependência desses prostíbulos com a atividade da mineradora se encontra no fato de que, quando minha mãe trabalhava na Samarco, as próprias garotas empregadas por essas casas de entretenimento ligavam para a empresa, no intuito de saber quando chegariam navios com possíveis clientes. Assim como também questionavam a possibilidade de trocarem, na empresa, os dólares, ganhos nessa atividade, por moeda brasileira.

Ao longe, se observado o mar, são passíveis de serem percebidos movimentos tanto de grandes navios, voltados à atividade do porto de Ubú, quanto de alguns barcos de pescadores – os primeiros sendo mais facilmente avistados do que os segundos pelo tamanho colossal.



Posteriormente, continuando o trajeto da rodovia, chega-se à sede da empresa, que, de longe, é já notada, por conta da fumaça que sai de suas chaminés durante as atividades. Próximo a seu entorno é perceptível o grande volume de automóveis estacionados nas margens da rodovia; assim como diversas pessoas nos pontos de ônibus indo embora, enquanto outras chegam: uns deixando seu turno de trabalho e outros chegando, para dar início a suas atividades laborais. Ônibus fretados pela empresa também diariamente deixam trabalhadores, assim como os levam. Segundo indicadores do Instituto Jones dos Santos Neves, Guarapari é o município capixaba que mais envia trabalhadores para Anchieta. Por isso é possível ver, nos pontos de ônibus de Guarapari, o desembarque de dezenas de trabalhadores advindos dessa empresa, nos horários de pico, em que a maioria das pessoas está deixando seus postos de trabalho em direção a suas casas.

A empresa começou a ser instalada em 1972 e foi inaugurada em 1977. A mineradora, na forma de complexo industrial e portuário de Ubú, exerce suas atividades através do beneficiamento de minério de ferro que vem da cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais. Esse processo consiste na conversão do minério moído e homogeneizado – que chega a Anchieta misturado à água através de um mineroduto subterrâneo de aproximadamente 390 quilômetros de extensão – para pelotas de ferro, que, na linguagem do campo dos negócios, são denominadas “pallets”.

O foco da exportação do produto das atividades da empresa são os continentes europeu, asiático e, também, a Oceania e as Américas. A estrutura produtiva que viabiliza a exportação das pelotas de minério de ferro é um porto. Ou, mais especificamente, um terminal marítimo, que possui um “quebra mar” em formato de “L”, além de um píer de 313 metros de comprimento, onde há a possibilidade de navios, com capacidade cargueira até 160 mil toneladas, atracarem. Essas embarcações são carregadas a um ritmo de 8000 toneladas de minério por hora (NEVES, 1996), aspecto passível de ter crescido em dimensão e velocidade devido a ascendência constante dos processos produtivos da empresa capitalista, no que tange a tecnologização de seus processos.

Anteriormente a área de propriedade da empresa era uma fazenda, como relatam diversos moradores e pescadores mais antigos tanto de Ubú quanto de Parati. Hoje, ao olhar a vegetação que envolve a empresa, é possível de serem vistas montanhas de minério, assim como a poeira advinda delas, com o movimento proporcionado pelo vento, cujas partículas se encrustam nas folhas das árvores, complementando a tonalidade dessa vegetação em um tom sutil de cinza escuro. E não só nas folhas. Segundo moradores tanto de Parati quanto de Ubú,

há o acúmulo de pó preto nas casas e nos barcos de forma intensa. Eles afirmam que essa quantidade de partículas na vegetação prejudica o seu desenvolvimento. Este é o caso dos pés de laranja dessa localidade, segundo relatos de alguns moradores das localidades, *dão fruto no máximo uma vez para nunca mais darem*, diferentemente dos tempos anteriores ao exercício da empresa na região.

Cruzando a sede da mineradora, no caminho entre Guarapari e Ubú, chega-se a uma ramificação do asfalto, onde, ao descer uma ladeira conhecida como morro do Além – nome também pertencente à praia que margeia esse caminho –, Ubú se apresenta. Essa ladeira possui uma estreita faixa de vegetação em ambos os lados, que, no começo da descida, pertencem ao território da Samarco. Um pouco depois da metade da descida é encontrado um caminho para a Praia de mesmo nome. No final da ladeira se encontra – paralela à praia, mas no lado oposto do asfalto – a lagoa de Ubú, que, anteriormente às atividades da empresa, tinha ligação direta com o mar e agora se encontra aparentemente isolada, pelo aterro e pelo asfalto, que cortou tal ligação.

Antes de continuar o caminho que então viabilizaria um adentramento na comunidade Ubú, percebe-se a praia que segue em sentido linear, em comparação à curva de asfalto que penetra o balneário de Ubú. Depois de seguir um pouco uma linha reta, a praia curva-se na mesma direção que antes o asfalto tomou, formando na areia um ângulo que lembra uma quina.

Nesta parte da praia ficam algumas embarcações, baiteiras de pescadores locais, que utilizam essa localização como espaço de trabalho manipulando os seus petrechos da pesca, assim como estruturando de certa forma a logística da atividade: embarcando e desembarcando. Depois da quina de areia, chega-se a uma praia dividida por rochedos. Essa praia é também lugar de trabalho, existindo ali a lavagem das redes por pescadores antigos da localidade e suas companheiras, que, de fato, não vão usualmente pescar, mas ali também participam do processo produtivo da atividade pesqueira. Voltando-se ao caminho que adentra a comunidade, chega-se ao balneário de Ubú.

A praia de Ubú possui uma distância muito pequena do povoado homônimo: muitas casas são em frente à praia, o entorno da orla é bastante habitado, também existem bares, mercearias, restaurantes e quiosques. Lá existe uma estreita faixa de rua que se posta como intervalo entre as habitações e a areia, que estava em processo de calçamento.

Ubú possui uma atividade turística forte, no auge do verão cada metro quadrado da localidade se apresenta bastante disputado. Essa região apresenta um grau de estrutura urbana

que aparenta ser superior à de Parati. Essas habitações dividem-se entre as mais simples – dos moradores mais tradicionais da região, desde o período pré-Samarco, que viviam e vivem da pesca, da cata de mariscos, do comércio em pequena escala e de outras atividades – e diversas residências maiores, de indivíduos que aparentam, pela magnitude dessas construções, ter poder aquisitivo relativamente maior. Essa elite se divide, em sua maioria, entre casas de veraneio e de temporada e uma pequena parcela, que mora na localidade. O comércio se constitui a partir de seu público-alvo, entre pequenas mercearias, para os moradores locais e turistas, e um restaurante mais rebuscado, para os turistas de maior poder de consumo.

Nesta localidade, são ofertadas, de maneira ascendente, habitações para aluguel temporário, casas ou apartamentos para temporadas relativas ao verão, férias e feriados. Também são alugadas casas para os trabalhadores de algumas das empreiteiras que prestam serviço para a Samarco e que exercem atividade temporariamente na construção da infraestrutura da empresa, no que se refere a sua expansão. Esses dois movimentos causam um acréscimo no preço do aluguel das moradias na localidade, uma espécie de especulação imobiliária. No segundo caso, a empresa terceiriza uma casa e lá a converte em dormitório para os operários. Por exemplo, em uma casa de três quartos dormem, em média, dez pessoas, portanto, o valor mais alto pago pela empresa nesses aluguéis acaba se tornando o preço padrão pago quando se quer alugar uma habitação na região.

A procura por moradia em Ubú é proporcional ao movimento de acréscimo populacional do município de Anchieta perante a média estadual. Anchieta possui o índice de crescimento populacional de 2,22%, valor 75% maior que a média estadual, segundo os dados apresentados pelo Instituto Jones Dos Santos Neves. Processo advindo da atividade industrial na localidade (Samarco e Petrobrás) e a difusão de seu iminente crescimento a partir da expansão das atividades já existentes (4ª usina da Samarco), com acréscimo de novas iniciativas industriais na localidade (Companhia Siderúrgica de Ubú).<sup>2</sup> Fatores que coadunam com a perspectiva de que, em projetos de grande estrutura – como são empreendimentos industriais, usinas, hidroelétricas, complexos industriais ou uma cidade planejada como foi Brasília –, há a mobilização de grandes contingentes de trabalhadores nos seus processos de construção e operação ou, em alguns casos, empreendimentos, que são instalados e entram em operação mobilizando uma grande escala de força humana (RIBEIRO, 2008; 2008).

A calma na orla de Ubú, fora de temporada, mistura-se com o trânsito de algumas crianças, oriundas da escola da comunidade, que praticam sua aula de Educação Física na

<sup>2</sup> Verificar no relatório do Instituto Jones dos Santos Neves. Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: Análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. Vitória, ES, 2011.

praia, e por vários homens que ficam aglomerados na praça. Esses são os trabalhadores deslocados de suas casas para trabalhar temporariamente na Samarco, ficando, na maioria dos momentos em que não estão trabalhando, a mercê do tempo, sem desenvolverem vínculo com o espaço da comunidade, para além da praça e dos bares. Pelo fato de o local da vida cotidiana, mesmo que temporário, ser submetido a seu trabalho (ou seja, ligados a uma finalidade funcional com o lugar), esses indivíduos têm maior probabilidade de viver em Parati e Ubú, mais como se vivenciassem “não lugares” devido ao cotidiano de trabalho, do que estabelecerem relações sociais mais profundas através dos locais, o que os converteria propriamente em lugares antropológicos para esses indivíduos (AUGÈ, 1994).

No começo da Praia de Ubú existe um comércio que é um misto de bar, quiosque e mercearia, propriedade de uma antiga moradora da localidade. Nesta parte da praia também existem baiteiras (embarcações pequenas movidas a remo) postadas na areia e nas calçadas, pontos específicos em que pescadores locais deixam seus *petrechos* de pesca. Também neles fazem reparos e vendem o peixe ao regressar de uma pescaria, ao mesmo tempo em que conversam entre si. Em frente a areia e a calçada, postam-se os barcos de pesca locais ali ancorados. No final da Praia de Ubú, antes da pequena ponte que divide a localidade com Parati, também existem baiteiras postadas na areia, possuindo dentro de suas estruturas alguns instrumentos de pesca como linha, rede e baldes.

A praia de Parati difere-se da praia de Ubú porque, além de ser maior, é menos densa quanto ao fluxo de pessoas, possuindo grande parte de sua extensão vazia no que tange o povoamento, a não ser por algumas casas grandes e pelos próprios pescadores que ficam em seu começo. A praia é permeada por uma vegetação de restinga e a faixa de areia se limita em uma estrada de terra. Do lado oposto à praia há uma faixa de vegetação e, após essa área verde que se intercala com algumas casas, é encontrada a principal rodovia de ligação entre Guarapari e Anchieta.

A comunidade de Parati é composta por casas simples postadas uma ao lado da outra, onde em alguns casos moram mais de uma ramificação familiar no mesmo terreno, principalmente no caso das famílias de pescadores. Esse lugar possui menos casas suntuosas do que Ubú, e também tem o seu comércio dividido entre bares, padaria e mercearia.

O começo da praia de Parati no sentido Guarapari – Anchieta é o local onde ficam paradas as baiteiras dos pescadores, assim como são descarregadas as embarcações que chegam de uma pescaria. Em alguns casos acontece a limpeza do peixe, além de outros trabalhos, como reparos simples na estrutura das embarcações, tanto as postadas na areia quanto as ancoradas no mar e na organização do instrumental da pesca. O comércio com os

atravessadores no momento posterior à pesca também acontece nessa localização.

Segundo relatório da Secretaria de Agricultura e Pesca de Anchieta<sup>3</sup>, a pesca artesanal em Parati e Ubú é materializada numericamente em um índice de 40 pescadores ativos nas comunidades de Parati e 68 em Ubú, sendo ambos respectivamente 6,53% e 11,09% do total de pescadores em atividade de todo o município de Anchieta.

As instituições relativas à atividade da pesca artesanal nas localidades são a Secretária de Pesca e Agricultura, a Colônia de Pescadores Z-4 e a Associação de Pescadores de Ubú e Parati. A Colônia de Pescadores possui funcionários com vínculo empregatício junto à prefeitura municipal, assim como a colônia depende da infraestrutura e do funcionamento dos recursos oriundos do poder executivo municipal.

A associação de pescadores de Parati e Ubú foi fundada em 2005, no intuito de se postar como organização dos pescadores frente à atividade industrial (Samarco e Petrobrás) e às consequências desses empreendimentos com a pesca artesanal. São 219 indivíduos associados, valor maior que a estimativa de pescadores dessa região – advinda dos indicadores da Prefeitura Municipal –, pois retém pescadores de outras localidades de Anchieta, por uma convergência de interesses e identificação com a associação como organização representativa dos pescadores artesanais.

Além da Samarco, a Petrobrás opera na região de pesca dos pescadores oriundos de Parati e Ubú desde 2006, sendo que exerce suas atividades através da pesquisa sísmica, do trânsito de navios e da instalação de plataformas de extração. Entre elas, a atividade de produção de petróleo e gás no bloco BC – 10, na Bacia de Campos. Anchieta é a localidade mais próxima ao empreendimento, localizando-se a, aproximadamente, 100 km do foco dessas atividades<sup>4</sup>.

O intento desse tópico foi introduzir o leitor à conjuntura pela qual se deu essa análise investigativa, portanto, outros aspectos inerentes ao contexto dessa localização serão esboçados relacionamente às temáticas contidas nas partes II e III da dissertação. Dessa maneira, procuro sempre deixar claro que a pesca artesanal dessas localidades se constrói e faz parte de uma conjuntura social mais ampla.

---

<sup>3</sup> Dados não publicados conseguidos em interação direta com a Secretária de Pesca e Agricultura do município de Anchieta.

<sup>4</sup> Verificar no Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, advindo do EIA Estudo de Impacto Ambiental da atividade de produção de petróleo e gás no bloco BC-10 Bacia de Campos. 2006.

## **PARTE I**

### **Problematização teórica: entre as interpretações sobre a pesca artesanal e sobre a cultura, no âmbito da teoria social**

#### **1.1 A Cultura como relação entre os grupos humanos eo ambiente.**

Como pensar a cultura a partir da pesca artesanal? Essa pergunta não é passível de ser respondida profundamente sem anteriormente explicitar os processos que a compõem como uma questão teórico-analítica. Dessa maneira, para dar conta dessa proposta, primeiro construirei uma reflexão em cooperação com interpretações advindas de diferentes perspectivas, no âmbito das ciências sociais, sobre a forma que optei por conceituar cultura.

Observando um pouco algumas correntes existentes dentro da Antropologia podemos notar duas instâncias em que eram diferenciadas as culturas ao redor do globo. Um primeiro nível em que eram buscados nas análises antropológicas, todos os aspectos que envolviam a vida dos variados grupos humanos, desde a religião, os rituais, os jogos, os gostos, as relações de parentesco e de gênero, passando pela organização social e política, até as técnicas de caça, de agricultura e a alimentação, ou seja a relação dos variados grupos humanos com ambiente, esse grau de análise antropológica foi muitas vezes caracterizado como holismo (CANCLINI, 2007) e pode ser observado, por exemplo, nas monografias de Bronislau Malinowski e Evans Pritchard.

Um segundo nível em que as culturas são abordadas em sua variedade nas pesquisas antropológicas, também presente na pesquisa holística está ligado a capacidade humana de produzir significado, sentido e de classificar a realidade, que é um atributo do seres humanos praticamente infinito em sua capacidade inventiva (WAGNER, 2010), fazendo com que sob as mesmas condições ambientais grupos humanos produzam um campo simbólico significativamente distinto. Essa abordagem dentro do campo da Antropologia foi disseminada entre os antropólogos, convertendo a análise do simbólico no objeto de maior foco dentro do fazer antropológico, diferentes perspectivas traçam uma relação de causalidade sobre esse processo, irei expor algumas delas.

Um dos motivos que fez com que a análise simbólica sobrepujasse a etnografia holista,

está, segundo Nestor Garcia Canclini ligado ao fato de que o holismo no mundo contemporâneo tornou-se inviável como prática antropológica que foca a diversidade cultural devido a quase que homogenização dos modos de produção e das formas de habitação da maioria dos seres humanos, o que para ele faz com que a diversidade humana e cultural seja mais fácil de ser encontrada no âmbito simbólico, nos processos de auto classificação identitária dos diferentes grupos e também nas formas com que uns grupos produzem significado sobre os outros e identificam-se perante suas relações com esses outros, o que o autor chama de interculturalidade (CANCLINI, 2007).

O processo que é apontado por Canclini como o maior motivador da dificuldade de se empreender uma antropologia holista é caracterizado por um outro autor chamado Serge Latouche como aspecto significativo do processo de “Ocidentalização do mundo”, quando o ocidente materializado primeiramente nos países da Europa e posteriormente Estado Unidos, passam a exercer grande influência a partir da difusão de elementos pertinentes a seus valores e modos de vida por todo globo.

Segundo o autor, no processo de ocidentalização o ocidente passa a servir de “anticultura” assim alterando as condições de produção da diversidade de culturas, em outras palavras Latouche afirma que antes as culturas ao redor do globo dividiam-se entre “culturas do solo”, ou seja, cada grupo humano diferenciava-se do outro a partir da maneira de conectar-se ao ambiente e as condições locais de existência, a partir da consolidação da economia de mercado e da globalização, esses grupos passam a ter a relação com as condições locais de existência amplamente artificializada para desenvolverem suas culturas (LATOUCHE, 1994).

O que parece ter acontecido com a Antropologia é que muitas concepções expostas dentro desse campo científico demonstram diretamente ou de maneira implícita a cultura e campo simbólico como sinônimos, ou seja, a cultura de cada povo passa a ser abordada pelos Antropólogos focando-se as variadas formas em que os grupos humanos produzem significados sobre a realidade. Alguns autores afirmam que isso deu-se devido a Antropologia ter eleito um objeto exclusivamente dela ( O âmbito simbólico da vida humana) para trabalhar devido a muitas vezes, os Antropólogos trabalharem em equipes multidisciplinares (TAKS & FOLLADORI, 2004).

Outros autores afirmam que essa postura dentro da Antropologia pode ser influência de movimentos que abrangem a realidade onde a disciplina é gerada, já que a antropologia segundo Eric Wolf pode ser entendida através das circunstâncias sociais advindas da realidade em que ela esta inserida e ajuda a constituir (WOLF, 2004). Algumas dessas influências

podem ser advindas das tendências difundidas pelo neoliberalismo contemporâneo, que não compreende mais as culturas em sua variedade, como as distintas formas dos humanos interagirem com as condições locais e ambientais de existência, postando a diversidade cultural como a variedade de demandas de consumo existentes no âmbito das sociedades (LITTLE, 2002).

Na perspectiva demonstrada nesse trabalho parece aceitável a retirada de uma característica do foco holístico da pesquisa antropológica, precisamente o fato de a perspectiva científica holística estar atrelada a um intento de explicar todos os aspectos que envolvem a vida dos grupos humanos, portanto, buscar uma tradução uma explicação pretensiosa da cultura, como se a capacidade da ciência moderna chegasse a uma explicação da realidade em sua totalidade (LATOUR, 1994), porém, procurar explicar os diversos aspectos daquilo que envolve os modos de vida continua sendo caro a análise socioantropológica relativa a pesquisa que apresento ao leitor.

No movimento de preponderância da análise que foca o simbólico sobre a perspectiva holística houve a perda da dedicação analítica que a Antropologia dispunha sobre a relação entre seres humanos e ambiente, ficando essa reduzida a abordagem das diferentes concepções de natureza que povos produzem, ou seja as relações com o ambiente ficam reduzidas nas análises, as diferentes representações que os grupos humanos produzem sobre ele (INGOLD, 2000). Não quero dizer que o estudo das diferentes representações que os humanos produzem sobre o ambiente não sejam válidas, porém, essa relação não pode ser reduzida a isso como se o ambiente e os humanos fossem entidades já acabadas.

Dentro desse contexto de evidências, ao mesmo tempo que o foco desse estudo foi o estudo de uma categoria de humanos que tem seus modos de vida amplamente influenciados pelo ambiente tomo partido para abordar a pesca artesanal como cultura, através das reflexões proporcionadas pela compreensão do conceito de produção da cultura (FOLLADORI, 1992), tendo em vista interpretar uma realidade característica a um modo de vida e suas condições de criar-se e recriar-se, fincadas ao solo – no caso da pesca, também flutuando nas nuances do mar. Devido ao fato de que a pesca artesanal ainda reúne uma interdependência significativa com as condições locais ambientais de existência. O nível de artificialização de seus processos produtivos, permite que sua formação como modo de vida seja amplamente influenciada por essas condições, assim como a dependência que esses grupos tem da existência de um ecossistema marinho. Tal perspectiva ficará mais clara para o leitor quando construída, neste texto, uma interpretação sobre a pesca artesanal.

Começo a proposta teórico analítica visando contemplar o tipo de cultura relativa ao



modo de vida da pesca artesanal, valendo-se da iniciativa de Guillermo Foladori de se tratar uma noção de cultura que a contraponha ao mesmo tempo a noção de cultura como entidade acabada e passível de ser transferida em sua totalidade de uns indivíduos para outros – resultando-se assim na reprodução dos modos de viver e de valorar a realidade – e também contraponha-se a noção que visa a cultura como resultado de infinitas possibilidades criativas no que tange a atribuição de significado à realidade. Foladori propõe, assim, a utilização do conceito de produção da cultura ao invés da cultura como consumo (FOLADORI, 1992).

A produção da cultura se dá fundamentalmente a partir da interação dos homens e das mulheres com as circunstâncias ambientais que envolvem suas vidas, das trocas de energia e das condições locais de existência. Nesta perspectiva também se compreende a atribuição de significado como processo interior e exterior à existência em relação ao ambiente, intermediada pelas culturas ou pelas distintas práticas com o ambiente, características a cada grupo e a cada contexto gerador dos modos de vida em sua variedade (FOLADORI, 1992).

As relações com o ambiente não só condicionam as práticas de produção e reprodução da vida em contextos locais de existência; elas antecedem também o processo perceptível humano, portanto, a forma pela qual nós temos acesso ao mundo no processo de senti-lo, quando o tornamos inteligível, é uma relação altamente enviesada pelo ambiente, não sendo esse um determinante único, mas influenciando significativamente cada existência humana. Desse modo, na interpretação de Gregory Bateson, a nossa contextual capacidade cognoscitiva é pertinente a uma interação entre indivíduo e ambiente que precede e predispõe a produção de significado, mas não a determina (BATESON, 1972).

Interpretação afim pode ser encontrada no livro de Norbert Elias, “Teoria simbólica”, em que ele problematiza os determinismos culturais e biológicos da constituição dos indivíduos humanos, ao conceber a capacidade humana de criar significados e símbolos como advinda da relação fluída entre a possibilidade (biológica) e a vontade (cultural) que os humanos tiveram de falar e de criar símbolos, no desenvolvimento de tais atributos (ELIAS, 1994).

A produção das culturas se dá no movimento, e seu estado não é sólido, com a recontextualização das condições ou meios pelos quais os indivíduos se relacionam e pelas quais eles também transformam o mundo, ao mesmo tempo em que são transformados. Portanto, nesse processo a cultura é modificada e se mostra inconcebível como entidade estanque (FOLADORI, 1992; WOLF, 2003; BARTH, 2005).

Contribuição que converge com essa perspectiva é advinda das imputações de Roy Wagner acerca da cultura, que, para ele, só existe como inconsistência, sendo ela produto da

interpretação idiossincrática de cada indivíduo perante um campo simbólico comum. A cultura, segundo o autor, é inventada não somente nas monografias dos antropólogos, mas criada cotidianamente, em um movimento dialético entre “obviação” de aspectos comuns das interpretações provenientes das vivências de sujeitos distintos e a “convenção” em que esses aspectos obviados são então compartilhados, constituindo uma cosmovisão mais ou menos comum a indivíduos que convivem em grupo, sem ser a fonte dos modos de vida, diferentemente da cultura entendida como vestimenta a ser vestida por indivíduos de um mesmo grupo cultural (WAGNER, 2010).

A interpretação de Roy Wagner é proveniente e fundamentada para desdobrar-se em um aprimoramento das interpretações voltadas à constituição de um campo simbólico por grupos humanos. Dentro do campo de estudos antropológicos, visa fundamentar a sua constituição na criatividade inerente aos sujeitos de grupos humanos específicos (WAGNER, 2010).

Algo próximo se encontra na análise da relação entre cultura e sistema econômico capitalista, proporcionada por Marshall Sahlins (2003). Na concepção do autor, o caráter expansivo da visão de mundo e das práticas inerentes ao capitalismo de mercado podem auferir os modos de vida, a estruturação da vida social e os meios pelos quais os grupos criam significado. Porém, é inapto em relação à empreitada de se determinar a forma tomada pelo comportamento de determinados grupos humanos.

Outro aspecto relativo também à criatividade, na produção humana de cultura, é destacado no entendimento das relações de força advindas das diferentes capacidades de preponderância cultural entre as civilizações. Isto se dá a partir de outro aspecto das reflexões de Sahlins (1997), enfatizado nas relações de dominação, de colônia e colonizador: as culturas em relação podem modificar-se mutuamente, apesar de aspectos culturais possuírem possibilidades contextuais de se desdobrarem, uns em relação aos outros, não condizer com a concepção de que o dominador e o colonizador estariam blindados das afecções culturais do dominado ou colonizado. Mesmo que não haja equilíbrio entre as relações sócio-civilizatórias, a cultura mantém seu caráter criativo, contextualmente medido.

À identificação do aspecto criativo da cultura pode ser aplicada à interpretação de cultura que é construída neste texto, através da compreensão da criatividade perante condições objetivas; e uma dentre essas condições se encontra mais profundamente inter-relacionada ao contexto de geração da pesca artesanal nos lugares focos dessa pesquisa, onde se desdobra a produção da cultura da pesca em relações socioambientais com outras culturas.

A autonomia da cultura relativa ao grupo onde é produzida é outro aspecto refutado

pela interpretação que caracteriza a cultura como processo. Para Wolf, em diferentes momentos da existência humana quase que nenhuma cultura se construiu fora das influências das relações com outros grupos. Na sua perspectiva, essa interpretação possuía um caráter de prescrição da existência de uma cultura essencial circunscrita ao território de determinados grupos (WOLF, 2003), e sua suposta independência das distintas relações dos grupos e seus sujeitos, com outros grupos (WOLF, 2005).

O caráter de unidade se desdobrou como pressuposto dos conceitos de cultura e sociedade, no confronto reflexivo com a realidade inerente à prática da antropologia como campo de investigação e estudo, em que se pensava um determinado grupo cultural, assim como uma sociedade específica como responsáveis autônomas, produtoras de suas próprias formas e substâncias, sem influências exógenas. Em vista desse fator, Friedrich Barth propõe que a interpretação de cultura e sociedade como unidades são conceitos imbuídos de uma perspectiva que vem justificar a realidade que se manifesta incoerentemente com esses pressupostos. Essa argumentação também é permeada pela procura de uma coerência entre os aspectos que iriam compor uma existência social, constituindo, portanto, o conjunto desses aspectos num todo funcional, sistêmico e coerente (BARTH, 2000).

Para o autor, a multiplicidade e o conflito vão se manifestar cotidianamente na construção de perspectivas características a grupos humanos distintos que integram um território e um meio social também ambiental, e que se enxergam e se constituem como indivíduos imbuídos por pertencimentos característicos a construções culturais específicas que orientam suas formas de ação. Porém, não somente seus pertencimentos idiossincráticos irão orientar o estabelecimento dos seus modos de vida. Esses sujeitos de distintos grupos culturais, ao interagirem uns com os outros, ao mesmo tempo em que o fazem através de circunstanciais características a um contexto, influenciam-se mutuamente na forma pela qual irá desdobrar-se o conteúdo de seus modos de vida característicos. Desde a transmissão de atributos culturais entre grupos culturais distintos até a interferência mutuamente limitadora de modos de vida, que se entrecruzam ao compartilharem um mesmo território.

Barth propõe sua perspectiva acerca das construções culturais, pensando-as como advindas de diferentes grupos de indivíduos humanos. Estes se encontram em diferentes formas de organização social, que estão sujeitas a disjunções, reorganizações e mudanças em suas formas e substâncias. Esse processo é compreendido através do exame de como as fronteiras entre diferentes grupos (étnicos, no caso: ele se refere à realidade de Bali, foco da investigação do autor) são constituídas, e como essa formação afeta os grupos

interconectados. Ainda procura compreender como essas fronteiras são organizadas, sob quais condições os grupos se relacionam e quais tipos de relações são construídas (BARTH, 2000). Essa perspectiva denota a posição do autor de um caráter explicativo da cultura como processo, diferentemente de uma interpretação antropológica baseada na procura de uma coerência sistêmica dos fatores que vão condicionar a construção de uma entidade cultural e social.

As relações entrecruzadas que constroem contextualmente o que seria a cultura vão desde a limitação de modos de vida de uns com os outros até à assimilação umas das outras de elementos dessas culturas. Isto é exemplificado em diferentes processos e em diferentes relações. Por exemplo, a capacidade de interferência de um povo com outros, exemplificados através da colonização, da invasão, de relações comerciais e migrações, entre outros tipos de relações proporcionadas em variados momentos históricos (WOLF, 2005).

As diferentes interações entre os grupos humanos na perspectiva de cultura que vem sendo construída nesse espaço podem ser tratadas de maneira distinta, pois em cada contexto existem relações de tipos distintos. Um dentre os tipos passíveis de existirem se encaixa muito bem no contexto de produção da cultura relativo à pesca artesanal. Isto porque nas relações entre modos de vida distintos, um grupo limita o acesso ao ambiente de outro grupo; limita assim a própria produção de uma cultura específica (WOLF, 2003).

O ambiente também é o mote para a demonstração, na interpretação que nessas linhas está sendo construída, dos determinantes da substancialização de um caráter étnico ou cultural – que, para Friedrich Barth (VILLAR, 2004), é relativo a um grupo de sujeitos humanos. As relações de co-residência consistem em um recorte territorial onde esses indivíduos ou grupos se auferem mutuamente em suas atitudes, costumes e modos de vida; também na delimitação, intencional ou não, de suas apropriações do ambiente. Nesse sentido, um aspecto que se destaca é o “poder”, como categoria analítica que demonstra as capacidades de intervenção de sujeitos humanos com um contexto e concomitantemente com os outros sujeitos envolvidos neste ambiente comum (WOLF, 2003).

O ambiente comum pelo qual a cultura se desdobra incorpora as interações entre indivíduos e grupos que ali se desenvolveram conforme o tempo avança, não necessariamente concebendo os processos culturais atuais como continuidades dos processos passados, mas, entendendo a cultura como processo histórico; no sentido de ser uma reorganização de um contexto de relações que anteriormente foi também organizado contextualmente, não havendo, portanto, as mesmas condições de a cultura se desdobrar nos ambientes passados em

comparação às condições atuais (WOLF, 2005).

A historicidade, como aspecto que pode nos ajudar a entender como se dá o desenvolvimento das culturas, também se encontra nas reflexões de Pierre Bourdieu, na diferenciação entre a “história reificada” e a “história incorporada” (BOURDIEU, 1989). Esse aspecto pontual do aporte teórico do autor é um desdobramento inerente às suas análises, que nos forneceram os conceitos de *habitus* e *campo*. Eles serão trabalhados contextualmente, portanto, usarei de sua abordagem interpretativa da história no desenvolvimento de modos de vida que são tanto pensados quanto praticados, para chegar até a aplicabilidade dos conceitos na análise da pesca como produção da cultura.

A história reificada pode ser entendida como a materialização das relações de um contexto social específico, como, por exemplo, as instituições de diversas organizações sociais, a tradição, a disposição econômica de determinados grupos sociais perante outros; justamente aspectos que compõem o contexto em que se darão as relações sociais recontextualizadas no presente. O entendimento da história reificada está atrelado ao entendimento do conceito formulado e denominado por Bourdieu como *campo*. Compreende-se a substância contida neste conceito por um sistema de disposições entre indivíduos ou grupos de indivíduos, em que são medidas as capacidades ou poderes dos sujeitos exercerem suas racionalidades ou perspectivas sobre a realidade, em suas formas de agir e estruturar o mundo ao seu redor. Além disso, também representa o lugar por onde ele constrói suas relações com os outros sujeitos, seu campo de perspectiva e de ação.

Em uma realidade social podem coexistir diversos campos entrecruzados, que, em situações específicas, exercem sua capacidade estruturante. Por exemplo, existem circunstâncias na vida dos sujeitos humanos em que suas disposições econômicas fundamentam seu poder de ação, mas também existem outras em que aptidões e aspectos culturais subvertem as condições econômicas e possibilitam formas de agir para além das condições econômicas de ação (BOURDIEU, 1989; 1979).

Eu sugiro que a história reificada, apesar de não ser o foco explícito de Bourdieu, pode ser meio de se refletir a forma como as relações com o ambiente, de um grupo específico no passado, podem limitar as ações de um grupo específico no presente e no futuro. Isto é, limitando, através do sistema de disposições nomeado *campo*, as diferentes práticas inerentes aos desdobramentos de distintos modos de vida.

Já a história incorporada pode ser entendida como a forma pela qual os indivíduos têm em si mesmos – em seus corpos – as relações passadas e perpetuadas através do sistema de disposições pelo qual ele esteve exposto. Essa incorporação não se dá por meio da

reprodução; é um processo de adaptação e impregnação de uma criatividade circunstancialmente e socialmente medida.

Incorpora-se a história pelos gestos e formas de agir não reflexivas e reflexivas, que aparecem quase automaticamente como respostas a determinadas situações. Podem também subverter e não ser coerentes com a forma pelo qual o *campo* é estruturado, através do viés criativo do *habitus*, pelo qual os indivíduos constroem suas vidas. A corporalidade da história pode ser entendida como componente inerente à predisposição corporal relativa ao desenvolvimento do senso prático (BOURDIEU, 2009). Conceito que em outro tópico desse texto, posteriormente, será pensado em vista da compreensão do *saber fazer* inerente à atividade da pesca artesanal.

O *habitus* é a perspectiva teórica que fundamenta a história incorporada, pois ele é o conceito formulado; no intuito de se entender os aspectos relativos à manifestação de um modo de vida nos indivíduos, diferentemente da estrita reprodução social e cultural. O *habitus* é a forma pela qual os indivíduos, ao mesmo tempo em que são constrangidos pelas disposições inerentes ao campo, subvertem essas condições criativamente, variando nessa capacidade de acordo com seu contexto. Às vezes com maior possibilidade de autonomia perante a estrutura, e noutras vezes sendo passíveis de sofrerem maiores constrangimentos em suas possibilidades de agir. É através do *habitus* que o indivíduo também estrutura o *campo*, recontextualizando-o em suas atitudes (BOURDIEU, 1989; 1979).

Trabalhando com os conceitos de *habitus* e *campo*, proponho, para concluir essas ponderações da minha análise, a apropriação do conceito de cultura. Isto será feito na forma de um raciocínio que depende de diferentes – mas convergentes – aportes teóricos. Penso estruturar uma ideia que compreenda a cultura como desdobramento em um campo onde as formas de se enxergar o mundo possuem limitações e possibilidades distintas de se configurarem em práticas e até as formulações acerca da realidade; ou, em outras palavras, denominadas cosmologias (BOURDIEU, 1979), que também são passíveis de serem limitadas em suas capacidades criativas relativa à sua posição em um sistema de disposições.

Como já esbocei os elementos que compõem a noção de cultura requerida a este estudo, agora, no intuito de responder a questão inicial, irei me ater à explanação de elementos que possam aprimorar minha interpretação acerca da pesca artesanal; em suas especificidades como processo de produção da cultura, e, também, como atividade humana.

## 1.2 Pesca artesanal: entre ambiente e relações sociais

Esse tópico de análise teórica visa construir uma interpretação sobre a pesca convergente com as reflexões acerca do processo de produção da cultura – acionando, também, um “tipo ideal” (WEBER, 1996) da pesca artesanal. A noção de tipo ideal aplicada à pesca consiste na intenção do pesquisador de construir uma formulação conceitual abstrata, com fins puramente analíticos, que busca explicar essa atividade haliêutica, mas que não se propõe como uma impressão exata da realidade. A partir da perspectiva de que essa atividade se molda em um interfluxo triangular, justamente: a ligação entre sujeito, ambiente e as relações sociais, ou, em outras palavras, no âmbito de uma socialidade (INGOLD, 1990) característica ao contexto em que ela se transforma como modo de vida.

Significativo aspecto da pesca artesanal, que permeia praticamente todo este trabalho, é encontrado no fato da mesma ser interligada quase que totalmente à complexidade dos ciclos relativos ao ambiente. A partir desse ponto, venho caracterizá-la como uma atividade que, ao mesmo tempo, é condicionada pelas relações socialmente mediadas com o ambiente. A pesca, assim como a agricultura, é dependente dos ciclos do ambiente para realizar-se. Portanto, fundamenta contextualmente suas possíveis cosmologias a partir da sujeição e do entendimento dos sujeitos que a praticam, de um tempo cíclico inerente às atividades oriundas desses modos de existência; dentre os quais, a atividade da pesca compartilha algumas características (BOURDIEU, 1978; PRITCHARD, 2005; FRAXE, 2011).

O tipo de intervenção no ambiente que o pescador artesanal pratica – no exercício de seu modo de vida –, mesmo sendo uma relação direta com o ambiente, assim como a cultura agrícola o é, se difere da última, pois o pescador não imbui o ambiente, interagindo com ele construtivamente, semeando para colher; ele depende necessariamente do que Antônio Carlos Diegues denomina de “força produtiva da natureza” (DIEGUES, 1983).

Portanto, nessa análise o pescador artesanal vai ser compreendido antes como um caçador ou coletor (INGOLD, 2000; PALLSON, 1988) do que como um agricultor, pois de fato ele não planta o peixe, mas interfere nas condições relativas à sua existência, como nos mostra Descola (2000), quando explicita que a fauna e a flora na Amazônia variam bastante, conforme coexistem com as distintas populações humanas. Há, nesses casos, até uma variação ascendente, em alguns lugares, na quantidade e diversidade de espécies, dentro da interação contextual entre alguns povos – considerados pelo pensamento ocidental como indígenas – com o ambiente que o circunda.

Se existe uma história do tipo humano em suas várias manifestações pelo planeta,

podemos considerar a atividade da pesca como anterior a prática da agricultura, e a primeira posterior a coleta de moluscos e mariscos (DIEGUES, 1983). Já no território que hoje é denominado Brasil, a pesca foi abordada por pensadores da formação social daquilo que foi prescritivamente construído como nação de maneiras distintas, a partir de momentos distanciados uns dos outros.

Darcy Ribeiro afirma que a pesca era praticada paralelamente a agricultura e outros tipos de caça e coletas pelos povos que, em sua maioria, moravam nos litorais do que hoje é denominado Brasil (RIBEIRO, 1995). Já Sergio Buarque de Holanda constrói sua análise do Brasil demonstrando a pesca como componente de sua fundamentação teórica mais geral. Na investigação dos processos que foram conceituados por ele como pertencentes à esfera do “servilismo” (HOLANDA, 1995), o autor concebe que no Brasil colonial os senhores de engenho possuíam escravos especializados na pesca e, também, dispunham de escravos-lavradores. Com o fim do regime escravocrata, na passagem dessas elites – que não deixaram de ser empoderadas na conjuntura urbana – perpetuou-se o servilismo, que agora era recontextualizado no ambiente urbano. Com essa elite realocada, a dispor da venda exclusiva de peixes, os pescadores recebiam nessa relação poucos valores monetários por seu trabalho, já que os compradores possuíam em suas racionalidades a perspectiva de que haviam de ser servidos – prática introjetada na formação de parte significativa da elite urbana brasileira.

O tipo de pesca artesanal, como é explicitado por Diegues (1983), pode ser compreendido como a manifestação mais comum e recente no território brasileiro, e se relaciona diretamente com mudanças contextuais em relação às circunstâncias sociais e ambientais em que a pesca é exercida. Nessas mudanças constam a ascendente urbanização e expansão das relações de mercado, assim como a inserção de um instrumental moderno-tecnológico na atividade – desse modo em diferentes formas e em variados grupos humanos ao redor do mundo.

Esta é caracterizada de forma distinta da pesca considerada pelo autor como de auto-subsistência, em que o peixe fruto da pesca é conseguido através de relações entre a comunidade e objetivado para suprir também essas relações; dividindo-se o peixe, consumindo-o e trocando-o, sem o principal objetivo da atividade se fundamentar na venda do pescado, na lida com a moeda (DIEGUES, 1983; RIBEIRO, 1995; SAUTCHUK, 2007).

Pensar o processo de formação da pesca artesanal nos leva a compreendê-la como formada e transformada socialmente; como advinda das diferentes relações entre os sujeitos humanos em fluxo com o ambiente; portanto, uma relação com o meio-ambiente relativo à pesca, intermediada pelas relações sociais. Os sujeitos da pesca artesanal, além de seres que



interagem com as condições locais do ambiente, são também um estrato social, não como parte de um organismo autônomo e funcional, mas como indivíduos que compartilham um campo de perspectiva perante diferentes relações sociais (DIEGUES, 1983; DUARTE, 1999; KNOX; 2007; RAMALHO; 2006; SAUTCHUK, 2007).

Dessa forma a pesca se constrói, sendo dependente de circunstâncias, compostas por diferentes forças e relações, dos sujeitos entre si e com indivíduos que compartilham de outro campo de perspectiva contextual. A pesca artesanal, portanto, também é fruto das interações inerentes a uma atividade que se transforma diante de relações distintas e entrecruzadas.

A pesca artesanal, para Diegues (1983), ao ser observada no litoral norte paulista, é percebida como um modo de vida conceituado como de reprodução simples, exercida na interação íntima entre pescador, que também age como lavrador, e o ambiente. Esse tipo de pescador artesanal era pelo autor classificado como pescador-lavrador; que, ao viver próximo à praia não urbanizada, alternava ciclicamente em seu cotidiano a pesca e a lavoura, produzindo com a sua família tanto na pesca quanto no cultivo agrícola.

A transição desses pescadores-lavradores para a condição de pescadores somente artesanais pode ser compreendida nos estudos desse autor como um movimento proveniente de relações atreladas à mudança no contexto social de geração desse modo de vida (DIEGUES, 1983). Os fatores para a mudança na forma da atividade da pesca são distintos, mas o que determinou significativamente as possibilidades dessa transformação foi a separação dos pescadores lavradores dos lugares onde poderiam exercer, além da pesca, a cultura agrícola, assim como também produziam o instrumental da pesca através da transformação daquilo que estava contido no ambiente. Desse modo, o pescador, impossibilitado de plantar, passa a exercer somente a pesca como atividade produtiva.

A relação entre o modo de vida passado e as condições de transição para uma nova condição pode nos dar pistas para entender as práticas sociais atuais. Partindo desse pressuposto, posso compreender o estado da pesca caracterizada como artesanal por Antônio Carlos Diegues também a partir das reflexões, de Pierre Bourdieu, sobre mudanças socioculturais.

Bourdieu compreende o estado atual de um modo de vida em um determinado contexto, em seu arcabouço teórico, como desenvolvido em um campo de relações (BOURDIEU, 1979; 1989). Estuda a interação entre a visão de mundo e o *habitus* compartilhado por um grupo, no passado, e as condições de ela se desdobrar no presente. Portanto, o autor tem em seu local de estudo, a Argélia, evidências semelhantes aos processos decorrentes da formação da pesca artesanal no litoral norte paulista, pesquisado por Diegues.

Quando os camponeses kabiles argelinos percebem e se apropriam das condições de exercício de uma agricultura para o trabalho em um meio que vai processualmente se urbanizando, suas formas de agir vão interagir caracteristicamente com o *habitus* camponês, perante um campo que agora é urbano. Todavia, esses agricultores vão ter que se construir como indivíduos caracteristicamente dispostos nesse campo, sem compartilhar de uma série de atributos convergentes com um modo de vida que foi estruturado por uma racionalidade e força exógena à cosmologia camponesa. Na perspectiva de Bourdieu acerca desses indivíduos, ele os compreende localizados nesse sistema de disposições, “encontrando-se na soleira da modernidade” (BOURDIEU, 1979).

Os dois autores compreendem e demonstram que os modos de vida se transformam a partir de seu interior, mas também se condicionam pela interação, com forças oriundas de uma matriz exógena; ao mesmo tempo ressoam no contexto local e, por consequência dessa permeabilização mútua, é exercida uma força que estrutura essa realidade. No caso de ambas as análises, podem ser observadas forças e movimentos caracterizados como de “urbanização”, “modernização”, “industrialização”, que serão mediados relacionalmente em cada contexto.

Processos exógenos tornam-se endógenos em interação com as condições locais. Esses condicionantes podem ser compreendidos em distintos pressupostos teóricos como, por exemplo: o *habitus* e as cosmologias (BOURDIEU, 1979) dos sujeitos e grupos existentes em um contexto local. Ou, como também foi pensado em uma análise em nível de Brasil sobre a abrangência das condições das mudanças sociais na interpretação de Florestan Fernandes, mesmo que sejam oriundas de um movimento exógeno ao país, mas mediadas pela estrutura social embasada no parasitismo de classe, característica à formação dessa sociedade nacional (FERNANDES, 1979). Portanto, a pesca, assim como os modos de vida ao terem contato com o ideal e força exógena caracterizada como modernidade, converte-se e apropria-se dela através das circunstâncias locais do que vem de fora, gerando uma dentre as “modernidades múltiplas” da pesca (EISENSTADT, 2001).

As pescas artesanais dos dias hodiernos se ramificam em inter-relações, que são intermediárias ao acesso dos pescadores ao ambiente. Dessa maneira, o pescador artesanal passa a lidar com um instrumental para atividade, que ele não produz e que é advindo através de formulações e tecnologias construídas através da ciência moderna, como as embarcações a motor, o GPS, o náilon, entre outros instrumentos (DIEGUES, 1983; KNOX, 2007). O pescador também coexiste com o turismo (DIEGUES, 1983; KNOX, 2007; DUARTE, 1999), com a indústria extrativa de petróleo e gás (DIEGUES, 2002), com a pesca industrial

(DUARTE, 1999; DIEGUES, 1983). A atividade também está inserida no âmbito de uma legislação formal que regula espaços da vida cotidiana, como as próprias praias, componentes significantes dos processos produtivos da pesca (FILGUEIRAS, 2008).

O pescador se envolve em diversos campos para existir nos dias mais contemporâneos, diferentemente daqueles tempos que podem ser considerados como os primórdios da pesca, quando o pescador possuía perante si somente as condições ambientais como determinante maior de sua forma. Como provedor e produtor da cultura da pesca artesanal, era cerceado por essas condições de maneira que essas eram socialmente mediadas. Hoje ele existe relacionalmente a um contexto composto por campos entrecruzados, onde o estado tem em vista em sua racionalidade o ordenamento do ambiente, da economia e do espaço e, portanto, também do espaço da pesca, a partir desse ordenamento nutrindo diferentes atores nesse campo de disposições.

Como são os casos dos projetos de exploração industrial, materializados através da industrialização que atinge o ambiente pesqueiro (DIEGUES, 2002;), no sentido de planejarem esse ambiente como condições propícias a ações que visam a ascendência de uma organização social estratificada em um sistema econômico característico (RIBEIRO, 2008). Sendo que os sujeitos e agentes dessas iniciativas são imbuídos da racionalidade econômica (WEBER, 1996; BOURDIEU, 1978), que intenta a medição do ambiente, ou do espaço, através da sua capacidade funcional e produtiva, dentro das relações econômico-capitalistas.

O estado também é o intermediário que legitima o saber científico como um modelo de compreensão da realidade, empoderado no que tange o processo de classificação do real (BOURDIEU, 1997). Essa evidência é só mais uma, dentre outras, como nos diz Latour, que mostra que, ao contrário da crença na separação das concepções “modernas” do fazer científico e das relações sócio-políticas, há uma legitimidade da forma de apreender a sociedade, construída pelo próprio estado na constituição da realidade ocidental contemporânea. Portanto, essas relações chegam até o pescador na forma de ordenação do ambiente e de uma entidade *natureza* definida pelos biólogos, empoderados pelo estado como portadores do saber requerido para a gestão do ambiente (GUHA, 2000); compostos em seu intento e de suas crenças na previsão da totalidade dos movimentos e das ações da natureza (INGOLD, 2000).

### **1.3 *Saber fazer, o senso prático da pesca artesanal***

Uma das peculiaridades da pesca artesanal como atividade prática, compreendida

através de um exercício investigativo, é demonstrada em uma variedade de perspectivas analíticas como fundamentada em um *saber fazer* (DIEGUES, 1983; 1998; DUARTE, 1999).

O *saber fazer* é a forma como o pescador chega até a captura do peixe, o objetivo de sua atividade; é um saber que não consta em manuais ou em cartilhas, e que também não é desenvolvido por meio de prescrições estanques ou etapas consecutivas bem delimitadas. Ele é uma modalidade de compreensão da realidade, que excede o caráter reflexivo, para se estabelecer como uma reflexão engajada; uma prática com caráter de interpretação simultânea à forma como é exercida em determinados contextos situacionais.

Por ser um aspecto que vai mediar a relação pescador com o mar, o saber da pesca artesanal, seja na localização dos pesqueiros, na navegação ou no manuseio dos instrumentos da atividade, pode ser considerado um aspecto que compõe, significativamente, a interdependência objetiva e subjetiva que o pescador constrói com o ambiente marítimo, caracterizada como “maritimidade” (DIEGUES, 1998; RAMALHO, 2010).

Nesta parte do texto, interpretarei reflexões que podem ajudar a entender como se dá o desenvolvimento desse tipo de interação com um ambiente característico, que, ao mesmo tempo, é construído como um saber e um modo de compreensão da realidade, além de consistir numa forma de apropriação desse ambiente. Para viabilizar esse objetivo, irei dispor de conteúdos que abordem ao mesmo tempo o *saber fazer*, construído como um “saber naturalístico” (um tipo de saber constituído na interação humana com o ambiente que o circunda, classificando-o, compreendendo-o e desenvolvendo, no processo, maneiras de com ele interagir); um saber ensinado e aprendido, que não é prescrito formalmente, mas que também nos dias de hoje desenvolve-se permeado por uma emergência de tecnologias na atividade da pesca artesanal. Porém, antes de abordar o grau de influência das novas tecnologias da pesca, irei a fundo naquilo que pode ser considerado em sua essência um *saber fazer* voltado a mediar a interação homem – ambiente, diretamente no contexto da pesca; ser um intermediário na relação do pescador com o mar, que pode se materializar no vento, nas ondas e nos seres vivos que lá habitam junto ao próprio pescador, em boa parte de sua vida.

#### **1.4 Do “bricolage” ao “senso prático”**

Lévi Strauss é o autor daquilo que constituiria, na totalidade de seus escritos, sua teoria “estruturalista” – em que as diferentes manifestações do que são os seres humanos são reorganizações de estruturas essenciais, transcendentais e até espirituais, de padrões,

manifestados diferentemente em cada ser ou grupo de seres humanos, que habitam a diversidade de território no globo terrestre (INGOLD, 2000).

Dentro desse arcabouço teórico, pode ser encontrado um estrato que se aplica a uma reflexão acerca da diversidade de modelos de compreensão da realidade inerentes à variedade dos tipos humanos, que existem e que já existiram. É no texto explicativo denominado a “Ciência do concreto” (LEVI-STRAUSS, 1970), que o autor explora a diversidade humana, no que tange às capacidades e possibilidades desses seres perceberem, apreenderem e compreenderem os processos reais. Portanto, para interpretar os saberes fazeres dos pescadores, passaremos pelas contribuições de Levi-Strauss sobre as formas pelas quais os indivíduos ordenam a totalidade do ambiente e também desenvolvem, reflexivamente, maneiras de com ele interagir.

Para Strauss, os sujeitos humanos, em seus caminhos pelo mundo que habitam, em nenhuma hipótese se abstêm de interpretar a realidade observada, de ordenar os fatos percebidos em suas vivências. As diferentes maneiras pelas quais esses processos compreensivos e apreensivos ocorrem são respostas por meio das quais os indivíduos de distintos contextos são auferidos pelas informações inerentes à existência, advindas da realidade vivida e, todavia, percebida.

Os desdobramentos da análise do autor se fazem por meio das diferenciações explicativas entre *reflexão mítica* e *ciência*, *bricoleur* ou *bricolage* e *técnica* e, por fim, *rito* e *jogo*. Essas distinções, propostas pelo autor, não são construídas com o objetivo principal de medir qualitativamente as virtudes advindas desses variados processos de compreensão e apropriação da realidade, um em comparação ao outro. Apesar disso, ele acaba por demonstrar as possibilidades de eficiência compreensiva perante os fatos, advindas de todos esses processos, mas possuindo também uma opinião, que de certa forma reconhece na ciência um mérito característico. Esse detalhe será esclarecido nas linhas posteriores.

Dos distintos pares classificados acima, pretendo direcionar um maior esforço analítico, com a caracterização do *bricolage*, no intuito de através de refletir sobre esse tipo de saber também compreender outros saberes e fazeres humanos, para além da ciência, sem necessariamente caracterizá-los como atrofiados e limitados. Ou mesmo como uma etapa anterior a uma “evolução”, no sentido qualitativo, diante do modelo de compreensão hegemônico que ecoou do ocidente para quase todo o planeta.

O *bricolage* toma sua forma como atividade pelo fato de ser uma organização característica dos padrões humanos, enxergado pelo autor como inerente às capacidades explicativas pertinentes a esse tipo de ser vivo. Sendo as distintas formas de compreensão

inerentes às variadas formações sociais inconscientes. Esse modelo de *saber fazer* não pode ser compreendido longe dos fenômenos nos quais ele pode se desdobrar. Ele é uma forma de organização do caos, onde não há prescrição consciente, anterior a seu exercício. A interpretação do autor deixa em nós a sensação de que o *bricolage* pode ser entendido como uma espécie de improviso, em que o indivíduo está espiritualmente predisposto a organizar o seu contexto situacional visando um êxito, sem necessariamente buscar a melhor forma de agir em determinada situação; buscando, porém, uma forma característica de agir sob condições objetivas de ação, compreensiva e prática.

O conhecimento prático – aquele que é construído na interação direta com determinadas situações onde ele é gerado e aplicado – é diferente do conhecimento prescrito, como o é o conhecimento formalmente científico, em que se constroem os pressupostos de interação com a realidade através de um aporte teórico metodológico, no qual os passos são anteriormente pensados. Quem também compartilha desses pressupostos é outro autor francês: Pierre Bourdieu.

Bourdieu propõe a extração desse tema do âmbito de ser, o conhecimento prático ou por ele chamado o senso prático, responsabilidade de uma reorganização de uma essencialidade humana ou espírito humano, manifestada em determinado grupo humano (caso da análise de Levi-Strauss) tanto quanto não é uma resposta direta dos indivíduos as condições objetivas, para, então, desdobrar-se nesse tipo reflexivo de interação com o real (BORDIEU, 2009).

Como Levi-Strauss, Bourdieu (2009) conceitua o senso prático – ou no âmbito específico do objetivo inerente a esse texto, o *saber fazer* – como não podendo ser entendido separadamente das situações em que ocorre e em que é desenvolvido. Dessa maneira, não se fundamenta como conhecimento puro, especulativo, e sim como ações ligadas e dispostas em uma série de situações no tempo e no espaço. Como resposta mediada por uma organização perceptiva dos fatos ou das condições objetivas relativas às situações reais, constituída e estruturada pela forma como o meio social permeia a constituição das atitudes individuais ou dos habitus característicos, antes e durante a interação com as condições objetivas de realização das ações caracterizadas, como do *saber fazer*, no caso do autor, como ações orientadas pela “lógica” do senso prático.

O aspecto denominado de mediação – construída socialmente da forma como vão ser percebidas as condições objetivas de existência, advindas do senso prático – é o aspecto fundamental das contribuições do autor acerca desse tema, devido a esse ser o determinante maior da forma como é construído esse tipo de saber acoplado a um fazer.

Podemos compreender a mediação social de uma organização perceptiva dos fatos como uma construção anterior e paralela a forma como ele é gerado. O senso prático, dessa maneira, não se encontra somente no âmbito da socialização, do ensinar e aprender, de estância primária de repetição social. Ele pode ser entendido como a construção da pré-disposição individual de responder a determinadas situações no desdobrar da aplicação dos *saberes fazeres*. E essa preparação, proponho, pode ser conceituada como uma preparação tanto de um ser em um ambiente específico, quanto de um indivíduo em um meio social.

No caso da pesca, o senso prático, ou *saber fazer*, desenvolve-se também da relação do corpo do indivíduo com o mar, de forma mediada pela arte da pesca; assim como a pesca só acontece se o corpo do indivíduo estiver predisposto a responder a determinadas situações no desdobrar cotidiano da atividade. Desse modo, usando das contribuições de Bourdieu, irei agora explorar como as relações sociais vão mediar as relações do indivíduo com o ambiente, quais os modos precisos, como essas relações constroem as pré-disposições que vão possibilitar um corpo individual onde o *habitus* aflora.

Pretendo usar os questionamentos analíticos proporcionados por Bourdieu para suprimir a divisão que permeia as ciências humanas, ou seja, a divisão natureza e cultura. Porém, quero pensar o *habitus* como processo em que é construído também uma corporalidade, uma pré-disposição dos indivíduos a responderem a estímulos. A partir de uma sensibilidade aprendida – não como advinda de uma essência espiritual humana mas paralela à inter-relação dos indivíduos com o ambiente no qual habitam – desenvolvem-se enquanto condições do exercício de um *saber fazer*.

### **1.5 “Socialidade” como forma pela qual os indivíduos constroem o *saber fazer***

Ao pensar o *saber fazer* como mediação em sua tomada de forma pelas relações sociais, como nos diz Bourdieu acerca do senso prático, proponho-me a conceituá-lo de modo que esse pensamento aceite o inter-fluxo contínuo entre o âmbito social e o biológico da vida, na construção dos indivíduos, como sistemas abertos, caracterizados por Tim Ingold como pessoas.

Pessoas são sistemas abertos, relacionais, que constroem o seu contexto da maneira que em seu interior são formuladas, portanto, para entendê-las dessa maneira, seguirei o raciocínio de Ingold, no qual ele diferencia primeiramente as relações analíticas entre o entendimento da análise sócio-cultural e biológica das práticas humanas (INGOLD, 1990).

O autor desconstrói a ideia de que os organismos e os indivíduos são constituídos

através da socialização, tanto como os humanos tomam forma como indivíduo biologicamente singular devido a uma determinação maior de um sistema ambiental. As pessoas, por serem sistemas abertos, acabam por constituírem-se dinamicamente, assim como o próprio ambiente intrínseco às suas vivências. Pensando dessa forma, podemos lembrar do *saber fazer* como algo que compartilha desse caráter dinâmico da vida; não podendo ser considerado nem de forma determinada, por relações sociais prescritivas e estanques, nem como adaptação de indivíduos biológicos a um sistema ecológico também estanque.

Por isso, levando a ideia de Bourdieu de que o senso prático ocorre por meio da mediação social das condições de existência, no entanto, da organização social (através da interação entre *habitus* e *campo*) (BOURDIEU, 2009) da forma como elas serão percebidas, pretendo a partir das contribuições de Ingold considerar essa mediação social por meio da “socialidade”. Com a palavra, Tim Ingold:

By sociality I refer to the generative properties of the relational field within which persons are situated. I want to make it absolutely clear that sociality is not a trait built into the human biogram or its cultural equivalent (INGOLD, 1990; 221).

Rather as I have argued elsewhere, sociality is the definitive quality of the relationships (INGOLD, 1990; 221).

Por socialidade podemos considerar cada tipo de relação com caráter e capacidade de influência na geração das pessoas, assim como na formação do ambiente onde essas pessoas habitam, da mesma forma que cada tipo de interação com o ambiente, assim como cada relação social, marca de maneira característica esses indivíduos. Socialidade vem a ser uma abstração que elucida a dinâmica dos processos orgânicos em desenvolvimento advindo das relações entre os seres vivos, sociais ou não (INGOLD, 1990).

Um dos aspectos que compõem a socialidade, na compreensão do *saber fazer* pesqueiro, é o ensino e o aprendizado entre duas pessoas ou mais. Ao abordar aqui aspectos sobre como uma “matéria” ou “disciplina” não escrita e não prescrita, como é a pesca artesanal, pode ser ensinada e aprendida, proponho ser possível interpretá-la através da experiência de Ingold nas reflexões sobre a educação relativa a uma perícia da atenção e da sensibilidade (INGOLD, 2000), voltadas ao desenvolvimento das formas dos caçadores e coletores engajarem-se no ambiente.

Para se construir uma perspectiva que viabilize o engajamento no ambiente, Ingold recorre a Bateson, em seu conceito de ecologia da mente, fazendo uma ressalva ao fato de que o segundo não conseguiu diluir a dicotomia dos pensamentos antropológico e ecológico, exposta a partir da distinção entre forma e substância, separando uma ecologia da matéria que



consiste nas trocas e fluxos energéticos e uma ecologia da forma através dos sistemas perceptivos, essa última, uma ecologia da mente (INGOLD, 2000).

As reflexões de Ingold se referenciam a partir do ponto em que há caracterização de uma mente imanente como responsável por processar as informações, imputação que também se encontra entre os pensamentos de Levi-Strauss e Gregory Bateson, em que o tipo de informação que essa mente processaria seriam padrões de diferenças significantes. Levi-Strauss compreende a percepção através do cérebro como uma decodificação a partir de padrões e sinergias estruturadas do universal cognitivo humano, desde os átomos até a construção do sistema perceptivo. Portanto, para o autor, a dissolução entre natureza e cultura, conseguida pelo estruturalista, estaria na interação entre mente e ambiente devido ao fato de que a mente faz parte daquilo que apreende; faz parte do ambiente, do real (INGOLD, 2009).

Para Levi-Strauss, a decodificação compreende as informações de fora para dentro, ou seja: o cérebro, equivalente a mente, processa as informações de fora através de todo o sistema perceptivo do ambiente que também está fora, demarcado por uma fronteira envolta na mente. A diferenciação clara entre Bateson e Levi-Strauss se desdobra significativamente a partir desse momento. Devido a posição da mente e da ecologia para o primeiro se situar na relação fluida entre cérebro e ambiente, é inconcebível, ainda para Gregory Bateson, a existência de uma fronteira que circunda o cérebro resumindo o trabalho de interação perceptiva com o ambiente em uma decodificação de informações exteriores e sua conversão em padrões representativos no cérebro (INGOLD, 2000).

Gregory Bateson usa o exemplo do homem cego que percebe o mundo a partir do seu bastão na vida cotidiana para esboçar sua conceituação de sistema perceptivo, que, conforme os movimentos do sujeito, proporciona uma interação diferenciada com o ambiente, sendo essa interação perceptiva diferente de uma decodificação de informações jogadas ao cérebro pelo mundo exterior. O que emerge na interpretação de Bateson é que o ambiente se revela conforme procede ao movimento entre unidade e organismo ou indivíduo e ambiente (INGOLD, 2000).

A partir das reflexões de Lévi-Strauss e principalmente Gregory Bateson, Tim Ingold (2000) vai construir o seu conceito de ecologia atrelado à sua concepção de ambiente, tentando responder a pergunta feita por Bateson: acerca do que seria um organismo somado ao ambiente? Para o autor, diferentemente das concepções genotípicas da biologia que tornam a história de vida dos indivíduos como o caminhar fisiológico em um desdobramento previsível, prescrito geneticamente, ele constrói a concepção relacional de ecologia, assim como a de ambiente; sendo o ambiente uma entidade diferente da soma dos organismos, mas

uma entidade que se processa, ou seja: só existe como processo de inter-relação com influência mútua entre organismos coexistentes. Um sistema ecológico aberto e da vida (INGOLD, 2000).

Thus the distinction between environment and nature corresponds to the difference in perspective between seeing ourselves as beings *within* a world and as beings *without* it. (INGOLD, 2000, p. 20).

A forma pela qual é caracterizada a percepção do ambiente, que o autor propõe, é embasada na conceituação de percepção através da revelação. Esse conceito vai se desdobrar na compreensão do que seria um aprendizado gradual acerca do ambiente, através de uma educação da sensibilidade. Essa forma de exercício das habilidades sensíveis, fundamentada em um tipo de engajamento dentro do ambiente, é o que embasa o aprendizado através da experiência, demonstrado pelas pistas deixadas de um indivíduo tutor para o outro, que é aprendiz. Funciona a partir do exemplo pessoal demonstrado pelo autor do tendenciamento de sua tomada de conhecimento do ambiente através das sugestões de seu pai biólogo com o seu filho (que era o próprio autor), quando o mesmo era criança, para que percebesse alguns organismos vegetais no ambiente, através do cheiro, do gosto, do tato (INGOLD, 2000).

Na interpretação de Tim Ingold, a experiência sensível é desdobrada no tendenciamento da experiência perceptiva de um indivíduo com o outro, como de um pai para um filho ou de um ancião com um noviço. Essa interação através da demonstração como pista para experiência perceptiva onde o contraste entre pista e chave, na concepção do autor, está fundamentado na diferença entre decodificação e revelação. Sendo a pista algo que se une às diferentes vertentes da experiência abrindo as portas da percepção, funcionando como chave nesse processo, interligando revelação e decodificação. Portanto, quanto maior quantidade de chaves, maiores são as possibilidades de se exercer o engajamento no mundo através de uma experiência perceptiva sensível (INGOLD, 2000).

Partindo dessa perspectiva, o autor propõe uma ecologia da vida que se fundamenta no sistema perceptivo embasado nas diversas vertentes e formas de se experienciar a realidade. Portanto a partir da percepção pelo organismo como um todo, sem o monopólio da percepção pela decodificação cerebral, o indivíduo é feito e faz o ambiente, ou seja, engaja-se (INGOLD, 2000).

Ao pensarmos as competências relativas a um exercício perceptivo, chegamos ao que a ciência dispensou por conceber como obsoleto. Em sua perspectiva sobre o que seria a intuição, a ciência moderna, devido à perspectiva ocidental no qual está imbuída, configura o racional universal, a reflexividade e a intencionalidade como características essencialmente

humanas. Assim, esse tipo de ser se diferencia qualitativa e hierarquicamente em relação aos outros seres não humanos. Mas, para Tim Ingold, a intuição seria uma característica que traria a equivalência nas formas de perceber e se engajar no ambiente inerente a todos os seres sensíveis, sem substituir, por exemplo, a ciência, mas mesclando-se a ela (INGOLD, 2000).

Atributo que também seria o componente em uma fragmentação abstrata de um sujeito que é perito no que tange à sensibilidade e à perícia da atenção, como o é o caçador Cree do nordeste do Canadá, engajado através da sensibilidade e no seu agir como organismo sensível. A intuição, na perspectiva do autor, não deve substituir a ciência como um todo, mas, a traz para a condição de engajamento no ambiente para além de uma perspectiva científica, que se concebe em seus processos práticos de compreensão e de imputação sobre o mundo, alheia a um ambiente do qual nunca foi descolada. Ou seja, sempre foi constituinte e constituída a partir do ambiente, mesmo sem assimilar tal ponto de vista. Assim como o caçador Cree do nordeste canadense, o biólogo que sente o ambiente através dos seus sentidos, ou o músico que fragmenta os sons advindos das ondas do mar para o entendimento e construção de sua música, todos esses se encontram em situação de engajamento no ambiente (INGOLD, 2000).

Ingold escreve acerca do processo de aprendizado e da adoção de maneiras relativas a situações contextuais, no exercício de uma perícia da atenção e da sensibilidade, que permeia o modo de vida dos grupos de caçadores e coletores ao redor do mundo. O autor emerge a categoria “enskilment” (que seria algo em torno de uma habilitação). Para isso, ele a destaca do âmbito no qual a adoção de formas de habitar e agir na realidade foram abordados na economia, na biologia e na antropologia (INGOLD, 2000).

Questiona os conceitos de homem econômico racional que construiria, a partir de um essencial reflexivo humano, estratégias de maximização do ganho de energia e da otimização tática. Essa análise é materializada na questão relativa aos caçadores e coletores pelo conceito de “optimal forager”, que em seu significado seria algo em torno de um sujeito que provê o seu alimento da melhor forma possível; um coletor e caçador que avalia as melhores oportunidades situacionais de sobrevivência em vista de uma distribuição heterogênea de recursos esparsos.

Essa perspectiva é identificada em seu extremo oposto pelo autor, quando ele interpreta o evolucionismo conceituado através da biologia pela categoria de seleção natural, em que a “adaptação” procede através de um determinismo ambiental que prescreve as formas pelas quais os indivíduos ou seres vão caminhar ao longo de suas vidas, passando essas formas de adaptação de gerações anteriores para gerações posteriores através de uma herança genética. Esta, que seria substituída pela tradição nos aspectos concernentes a uma

“culturalização” das formas de se lidar com o ambiente, no que tange o ganho da vida e a reprodução dos indivíduos. Mas a perspectiva acerca da tradição é inviabilizada devido ao caráter contextual e sensível do proceder no ambiente. Portanto, tornando obsoleto o uso de uma cartilha referente a uma tradição que focasse mais na repetição de ações do que em uma educação da atenção (INGOLD, 2000).

A proposta do autor através de “enskilment” é baseada no conceito de escolha como processo caracterizador das formas de engajamento relativas à sobrevivência no ambiente; e pelo fato de conseguir se alimentar e proceder em um ambiente de maneira característica ao âmbito das socialidades. Onde a habilidade e a perícia se desenvolvem em um processo circunstancial e tomam forma conforme são condicionadas por forças heterogêneas, assim como as próprias escolhas dos sujeitos, como relações sociais entre humanos e também não humanos (INGOLD, 2000).

Ao continuar a exposição interpretativa na qual caracteriza sua compreensão dos processos de interação com o ambiente, referentes aos modos de vida dos caçadores e coletores, Ingold (2000) discorre sobre a composição que envolve as maneiras de perceber o ambiente desses grupos, através de duas perspectivas: a “interagency” e a percepção da paisagem. Ele enfatiza que essas duas formas são mais que representações do ambiente, como se os indivíduos estivessem construindo-as de fora dele, pairando-se em formas de construção mutuamente condicionadas entre indivíduos seres sensíveis – no caso de sua interpretação, os caçadores coletores e o seu contexto ambiental.

A noção de natureza como entidade característica do pensamento ocidental pode ser embasada no fato de que esse pensamento manifesta-se de diferentes formas ao passar dos anos, ao conceber e agir sobre o ambiente, subestimando-o em sua capacidade de agenciamento; e tendo em vista, nas suas formas de engajamento nesse ambiente, uma total domesticação e previsão dos processos concebidos como advindos de uma entidade “natureza”.

Essa perspectiva difere significativamente do engajamento dos caçadores coletores que são o foco das reflexões de Ingold. Isto pelo fato de que em diferentes exemplos esses sujeitos são diversos em suas formas de agir, pois eles levam em consideração uma gama de aspectos em sua relação com o ambiente, de forma a estimá-lo como passível de interferência em suas vidas para além de sua capacidade de previsão – caracterizando, assim, um tom reflexivo daquilo que concerne ao ambiente. Todas as formas de vida conhecidas por esses indivíduos demonstram uma capacidade de agenciamento peculiar. Seja na concepção de intencionalidade dos seres não humanos que permeiam as relações também de caça com os

animais não humanos, seja no receio de ferir ou ser ferido em determinado ambiente (INGOLD, 2000).

Outra forma, enfocada pelo autor, de engajamento no ambiente é a percepção da paisagem, que se encontra além da concepção contemplativa, nas maneiras pelas quais os indivíduos permeiam a paisagem e são permeados por ela; nas suas formas de habitar o ambiente, assim como suas formas de construir caminhos e de representá-los. Portanto, uma diferenciação interessante proposta pelo autor é exposta no fato de se encontrarem as ruas e as esquinas, tratadas como metáfora, com o ambiente dos caçadores e coletores, que vivem em um meio não urbanizado. Todas (as ruas e esquinas e o ambiente dos caçadores) são marcadas nos próprios sujeitos dessa interação ambiental.

O habitar é destacado como um conceito-chave nas reflexões do autor, possuindo o significado de processos pelos quais os sujeitos do mundo real se constroem e constroem o ambiente. Não permitem que os seres vivos sejam já acabados, imunes a uma interconexão com o ambiente, mas, aptos a tratar a vida como processo de habitar, de organismos abertos, contextualmente passíveis de se afetarem mutuamente em suas constituições (INGOLD, 2000).

Podemos compreender o *bricolage*, o senso-prático, a perícia da atenção como distintas formas pelas quais os *saberes fazeres* são conceituados e entendidos como saberes impossíveis de serem descolados do ambiente nos quais se constroem paralelamente ao exercício contínuo das atividades e modos de vida inerentes a variados grupos humanos – como o são os caçadores e coletores, e, portanto, os próprios pescadores.

Assumo o pressuposto de que todas essas formas de compreender e apreender o mundo são geradas, paralelamente, ao desenvolvimento das próprias atividades, que consistem no objetivo maior dessas interações. E, também, nas relações sociais que permeiam essas atividades: as relações de ensino e aprendizagem e o habitar coletivo com seres humanos e não humanos em um mesmo ambiente, no âmbito da socialidade.

O *saber fazer*, ao mesmo tempo, é desenvolvido como técnica e modo de compreensão da realidade, fundamentado em alguns pressupostos pelo pescador, como a imprevisibilidade do ambiente marinho, fazendo com que esse movimento também não seja passível de ser transmitido através de relações sociais descoladas do próprio exercício da atividade e do contexto dinâmico em que a mesma se constrói. Abordaremos agora algumas das diferentes socialidades, que podem, em determinadas conjunturas, permear a constituição complexa desse modelo de compreensão e apreensão do real.

## 1.7 Socialidades pertinentes ao *saber fazer*: a relação corpo, técnica e pessoa

Neste espaço discutirei três estudos diferentes acerca da pesca artesanal e, em cada um deles, um aspecto foi enfocado de maneira significativa. Essas análises podem, em suas especificidades, aprimorar o instrumental relativo à interpretação das construções dos *saberes fazeres* inerentes à interação entre pescadores e o próprio exercício da atividade com o ambiente – denominada pesca artesanal. Essa três perspectivas analíticas têm em comum, além da própria pesca como tema, outros aspectos que, com os desdobramentos desta exposição, serão explicitados.

O pertencimento foi uma das categorias que permearam a compreensão de Cristiano Wellington N. Ramalho a partir da pesca artesanal pernambucana, na localidade de Suape. A atividade praticada tem duas formas: a pesca de dentro e a de fora. Na categoria pertencimento, o que quero abordar tem a ver com o percurso social atravessado pelo pescador para ter acesso ao saber necessário à pesca, convertendo sua inexperiência em habilidade na pescaria.

Esse percurso pode ser entendido na construção do pertencimento em duas instâncias: o pertencimento com a representatividade do mar em suas vidas, em que esse ambiente compõe o imaginário, se tornando alvo de produção de sentido para esses indivíduos integrados nele socialmente; e outro é a forma pela qual o indivíduo se integra no grupo de pescadores, como ele tem acesso aos saberes, como é disposto em uma hierarquia, e também em um campo onde dele se espera um comportamento – ou, em outras palavras, o exercício de um papel social (RAMALHO, 2006).

O acesso ao *saber fazer* da pesca artesanal em Suape passa pelo exercício de um papel relativo ao aprendizado com o mestre da pesca. Sem esse conhecimento da hierarquia o pescador não avança em seu aprendizado, que passa pela gradual adaptação à atividade em seu contínuo exercício. O mestre da pesca não revela seus saberes de forma leviana, para qualquer indivíduo que queira ter acesso a tal conhecimento, mas sim para aqueles com quem ele tem algum laço de estreitamento, geralmente algum familiar mais próximo, como um filho; ou, em outros casos, um sobrinho, primo ou outro parente. Além de esse saber não ser passível de ser transferido em sua complexidade oralmente, o saber foi conseguido na prática, em um caminho criativo e árduo, seja para localizar os pesqueiros com maior precisão, seja para navegar em harmonia com o mar.

O respeito com o mar, assim como uma relação/sentimento de pertencimento e reconhecimento da imponente desse ambiente, orienta a forma como se desenvolvem os

*saberes fazeres* relativos à pesca, não na forma estrita de prescrições, mas na forma de comportamentos ritualísticos, que acabam por reforçar essa relação íntima com esse ente (RAMALHO, 2006).

A construção da pessoa pode ser analogicamente comparada ao processo de pertencimento esboçado por Ramalho. É só observar e compreender as arguições de Carlos Emanuel Sautchuk acerca das duas especialidades de pesca artesanal na vila de Sucuriju, no estuário do rio Amazonas, se relações de pertencimento podem ser consideradas por meio da socialidade. As relações desse tipo – no exercício das pescas tanto de arpão nos lagos, quanto a de anzol na costa –, na forma como foram apreendidas pelo autor, demonstram um eco dessas relações sociais, permeando os corpos de quem pratica as duas atividades em suas especificidades.

O pescador de arpão a bordo de uma canoa se relaciona com o pirarucu em uma disputa, pessoa contra pessoa, no sentido de jogar com ele, compreendendo no peixe a reflexividade de um jogador esperto, sem subestimá-lo, assim como esses sujeitos tratam com receio o próprio fundo do lago e suas adversidades materializadas nos jacarés e nas grandes cobras.

Essa forma de lidar com o ambiente lacustre (com o ser foco de sua respeitosa captura e também em relação ao ambiente e aos seres que nele percorrem seus caminhos) permeia o seu corpo: transformando-o em elemento apto e pertencente às adversidades do balançar da canoa em sua posição na proa, e também da sua habilidade de fazer do arpão uma extensão do seu corpo.

Para uma relação tão direta e íntima com um ambiente composto como é o lago, o aprendizado do chamado proeiro (devido ao fato de ficar na proa da canoa mirando o tucunaré com o arpão) e laguista (pescado que pesca quase que exclusivamente no lago) deve ser também íntimo com a atividade que exerce ou visa exercer. Por isso, o organismo pessoa, que já é consolidado como caçador do pirarucu, estabelece uma relação de tutela com aquele que junto dele e sob sua supervisão está começando a integrar a corporalidade e o engajamento ambiental inerente à atividade. Dessa maneira orienta os movimentos desde cedo, com as crianças que ficam perto do lago com seus arpões de brinquedo (feitos pelos pais). Na maioria dos casos são filhos que simulam trejeitos de um futuro proeiro, para depois assumirem a posição de piloto da canoa para, ao mesmo tempo, observarem os movimentos do proeiro.

A forma como um proeiro e laguista pesca, é também o reflexo da relação direta com o seu tutor segundo as reflexões do autor; o tutor na maioria das vezes se sente responsável por esse meio de o laguista que foi por ele tutelado interagir com o ambiente do lago, mais

especificamente, capturar o peixe. Esse processo de ensino e aprendizagem pode ser compreendido, como uma educação da sensibilidade e da atenção, onde também as interações entre sujeitos e condições existenciais vão ser mediadas através das relações sociais.

Assim como o proeiro e o laguista, o pescador da costa – que também interagiu com Sautchuk no processo de construção de um estudo etnográfico –, para conseguir empreender a pesca, tem que aprender de forma característica as habilidades relativas ao *saber fazer* pesqueiro. A forma pela qual eles desenvolvem o seu *saber fazer* é significativamente distinta da relação de aprendizado do laguista.

O pescador da costa é muito mais um observador do que um aluno tutelado, assim como deve lidar acentuadamente com o desenvolvimento de sua resistência física ao enjoo característico à vida no movimento das marés, deve também se ater as sutilezas de uma habilidade de arremesso de arpão. Seus trejeitos e movimentos são interligados à continuidade de tempo, que ele como sujeito da atividade irá autogerir, acessando as condições ambientais através do barco, sentindo o movimento das marés, permeando através da embarcação os seus sentidos. Na medida conforme os períodos temporais passam, a experiência na atividade se manifesta, tomando forma no corpo do pescador costeiro, da mesma forma que a aquisição processual de habilidade também depende de sua “participação observante” no barco.

Artigo abstraído do todo que compõe o que seria o *saber fazer* como um tipo ideal, (uma construção abstrata que descreve características do *saber fazer* no intuito de pensar sobre um *saber fazer* real) é a relação de corporalidade que se dá através do exercício contínuo das pescas artesanais. Essa corporalidade se constrói em sua diversidade de manifestações através também da relação entre humano e artefato. Ou, em outras palavras, pescador e o seu instrumental: essa interação mediada socialmente vai também intermediar a relação do pescador com o mundo, através da pesca.

O pescador, ao usar o instrumento da pesca de forma característica à conjuntura relacional que conforma seu *saber fazer*, está adquirindo nova perspectiva de ação perante o ambiente em que se processa a busca pelo peixe, corporificando a sua interação com o instrumento de pesca, na mesma medida em que ele se torna extensão do seu corpo.

A pesca artesanal modifica-se de maneira dinâmica perante condições objetivas de diferentes fontes e formas: tanto pelas nuances do ambiente, quanto pelos diferentes meios nos quais ela acessa essas condições através do *saber fazer*. Constituído por um modelo de compreensão também característico a meios materiais de efetivação na realidade, o instrumental da pesca ou a tecnologia da pesca, assim como os outros componentes relativos ao *saber fazer* também são socialmente construídos. Portanto, se o instrumental da pesca pode



nos dizer sobre a forma que a atividade toma, em suas possibilidades de exercício, seus *saberes fazeres*, a maneira pela qual essas tecnologias se estabelecem e se modificam podem nos dizer também acerca das relações que vão determinar a forma dessa atividade.

A relação entre pesca artesanal e as tecnologias são oriundas do próprio *saber fazer* do pescador, através da conversão do entorno relativo a seu habitar, em matéria para seu inventário instrumental. Portanto, pelo seu inventário técnico socialmente constituído, filtrando as condições de existências, esses sujeitos criam meios de interagir com o ambiente (DIEGUES, 1983; SAUTCHUK, 2007; RAMALHO, 2006). Também nos tempos hodiernos, diferentemente de produtores dos meios, eles lidam com relações de consumo e assimilações tecnológicas exógenas ao saber da atividade – especificamente a tecnologia oriunda da técnica e da interação entre ciência e a produção de mercadorias. Um instrumental da pesca produzido distante da formulação do *saber fazer* pelos pescadores.

Esse segundo processo pode ser considerado como recorte da realidade caracterizado como relação de “fraco com o forte”, nas interpretações oriundas da produção teórica de Michel de Certeau (1998). O que quer dizer a relação de quem produz e difunde os produtos com aqueles que formulam de maneira relativa ao seu campo de possibilidades, as formas de se apropriarem desses artefatos. Pensando esse tipo de relação “fraco com o forte” como manifestado na pesca, pensamos em como a forma de seu *saber fazer* pode ser tendenciada objetivamente, estabelecendo-se novas formas de interagir com seu instrumental e produzindo-se então novas formas do *saber fazer*.

O fato de artefatos técnicos se converterem em aspectos significantes da vida cotidiana de uma quantidade ascendente de indivíduos pode gerar peculiaridades típicas a essas relações, o que propôs Weber com o conceito de racionalização (1996). Que pode ser entendido também como o processo descrito através do conceito de “sistemas peritos”, com a alta frequência e a concentração das fontes geradoras de tecnologia. Há um estrato de especialistas que não resumem a totalidade da população do mundo. Processo que produz um desconhecimento por parte dos “usuários” dos artefatos nos processos correspondentes ao seu funcionamento, o que torna a interação pertinente a esses sistemas a uma confiança dos usuários relativa à incerteza de seu funcionamento. Baseia-se nessa forma de racionalidade gerada reflexivamente com os resultados apreendidos dessa relação. Como o exemplo, demonstrado por Anthony Giddens (1991), em que, mesmo sem conhecer a troca de energia e a complexidade que produzem o movimento de um elevador, os indivíduos o usam constatando o seu êxito em cumprir o objetivo pelo qual é usualmente requisitado. Mas também por acreditarem, por uma crença nos moldes da caracterização de racionalidade,

feitas por Max Weber (1996), nos mecanismos e saberes utilizados para sua criação.

A convivência entre o *saber fazer* e a técnica moderna na pesca existem somente através de sua condição de atrito, sendo que uma permeia o espaço da outra; por isso, a atividade em que antes existia uma maior interação direta com o ambiente, pelos seus sujeitos, agora acresce em números de intermediários exteriores a esse *saber fazer*. E esse processo não se resume em um acúmulo de instrumentos produzidos por pescadores e instrumentos elaborados através da técnica moderna e industrial, mas sim em uma reorganização do inventário de instrumentos e de saberes.

Essa reunião reorganiza o que seria a pesca artesanal, em que não se ordena o *saber fazer* e os procedimentos ligados ao uso de tecnologia de maneira equilibrada: essas duas forças interagem em diferentes intensidades. A partir da observação e interpretação desses processos, Winifred Knox (2007) problematiza a categoria de pesca artesanal sugerindo uma nova caracterização que faça jus ao atual momento da atividade – a ascendência de um instrumental moderno –, produzindo novos meios de se chegar à captura do peixe, assim como um rearranjo de todo o processo produtivo.

Nesse movimento, aspectos que antes iam compondo os modos de vida da pesca vão se modificando processualmente; produzindo, por consequência, novos caminhos ao desdobrar-se a atividade e perdendo-se outros no desuso, processo que ocorre em todo decorrer de uma história humana, como é caracterizada por Michel Serres (2004).

Como também nos mostra o relato de Knox acerca dos pescadores mais jovens de Pitangui, que agora dispunham de GPS para a navegação, e não praticavam nem desenvolviam a localização dos pesqueiros sem o instrumento – mesmo estando na posição de mestrança na pesca:

“Quando o mestre aposentado Geraldo, 85 anos, foi perguntado se seu filho mestre Rola- dono de um dos outros 3 maiores barcos do local sabia se guiar pelas marcações até os pesqueiros, conforme ele tinha feito a vida inteira, Mestre Geraldo confirmou que o havia ensinado a se orientar por elas, como seu mestre, não escondendo certo orgulho por isso. Mas ele respondeu: “Agora não. Ele tem o ponto marcado no GPS, aí ele vai lá direitinho só por ele (GPS)” (KNOX, 2007;69 e 70).

Por mais que a relação entre produtores, difusores e os consumidores de tecnologia se desenvolva permeada por um desequilíbrio de forças, podemos compreender que existem nuances nesse movimento que condicionam de alguma forma a inviabilização da ligação direta à produção e ao consumo tecnológico. Que é a existência de uma problematização da ligação entre a diversidade dos instrumentos criados pela indústria até seu estabelecimento na vida cotidiana, como determinados por fatores que excedem o fato de essas mercadorias

serem empurradas “garganta a baixo” aos consumidores. Nesse processo, são levadas em consideração as diversas relações sociais impressas nessa interação entre atores diferentemente empoderados, porém também influentes na evolução do contexto tecnológico da pesca artesanal. Sobre a complexificação social da assimilação de novas tecnologias, recorre-se a passagem de Lehtonen (2003):

“On the whole, what makes the ‘awareness’ of a novelty turn into a personal ‘need’ is a question of heterogeneous influences coming together” (LEHTONEN, 2003; 370).

## **PARTE 2**

### **Socialidades pesqueiras em Ubú e Parati**

#### **2.1 Sobre a comunidade de pescadores.**

Os percursos da pesca nos locais estudados nesta pesquisa e também em outras análises – em que podemos recorrer à oportunidade de interpretar a construção da atividade pesqueira artesanal relativamente a outros contextos (FILGUEIRAS, 2007; DUARTE, 1999; DIEGUES, 1983; KNOX, 2007; RAMALHO, 2006; SAUTCHUK, 2007) – nos demonstram que a pesca em sua formação é inter-relacionada a fatores que complexificam largamente a relação direta entre homem e mar ou rios. Esta interação é inerente ao ato de pescar, podemos pensar os tipos de pesca artesanal que se constituem em Parati e Ubú como dependentes de relações de diversos tipos e níveis de influência, que condicionam a forma como os pescadores acessam o mar e exercem a atividade pesqueira. Nas próximas páginas, tentarei esboçá-las.

Para dar conta dessa proposta, caracterizarei os diferentes aspectos das relações que compõem a realidade da pesca que, abstraídos uns dos outros e da totalidade do real, podem nos revelar amostras explicativas sobre o desenvolvimento da pesca artesanal dessas comunidades.

Ao buscar entender a pesca, me pautei a dividi-la em uma série de aspectos inerentes à atividade, postados lado a lado, como distintos componentes de uma socialidade pesqueira que abrange os modos de vida dos pescadores de Ubú e Parati. Um desses aspectos começará a ser percorrido a partir desse momento, na tentativa de entendimento do conjunto de relações

entre pescadores e outros sujeitos interligados a atividade da pesca artesanal, que compõem de maneira tipicamente ideal o que seria a comunidade de pescadores artesanais de Ubú e Parati.

Quando afirmo *comunidade* de pescadores de Ubú e Parati não estou querendo dizer que os indivíduos viventes nessas duas localidades sobrevivem e se reproduzem exclusivamente a partir da atividade da pesca artesanal. Na verdade, o que proponho é que dentre todas as pessoas que coexistem nas duas localidades advindas do município de Anchieta, existe um grupo de afinidade que compartilha um campo de perspectiva, de interesses e afinidades (WEBER, 2002) ligados intrinsecamente à atividade da pesca artesanal. Uma comunidade que abrange transversalmente tanto Ubú quanto Parati, substanciada por aqueles sujeitos envolvidos no processo produtivo da pesca e também em relações sociais das quais a própria atividade da pesqueira faz parte fundamentalmente. Desde aqueles que possuem irmãos, pais, primos, tios e amigos de longa data que são pescadores, até aos próprios sujeitos dessa atividade de caça.

Nesta linha de raciocínio, as comunidades de pescadores tanto de Ubú quanto de Parati não são entendidas ao serem observadas como grupos fechados, mas sim como uma reunião de um tipo específico de ação coletiva (BECKER, 1977). Partindo dessa premissa, destaco a existência de uma racionalidade específica do ator social que tem em vista, ao agir, um outro indivíduo, um semelhante que faz parte do âmbito das relações dessa comunidade; por uma convergência entre afinidades em seus modos de existência cotidianos, relativos a pesca e o pertencimento (RAMALHO, 2006) a um grupo que compartilha de características, (construídas com o tempo de exercício das diversas socialidades da pesca artesanal, o que inclui a passagem dos anos de vida cotidiana nessas localidades), também afins no que tange a perspectiva de ação com os indivíduos exteriores a comunidade de pescadores.

Assim, as relações comunitárias pertinentes aos pescadores artesanais de Ubú e Parati com outros moradores das localidades são também embasadas na topofilia (TUAN, 1980), na afinidade sentimental com um lugar comum, com o ambiente praiano e marinho. A perspectiva analítica que concebe a topofilia na relação dos grupos humanos com o espaço, ambiente e território, destaca, para além do vínculo econômico e de subsistência com os mesmos, uma afinidade sentimental construída no convívio com as peculiaridades do ambiente de desenvolvimento de determinado grupo. Sendo assim, podemos pensar a relação dos pescadores de Ubú e Parati com os seus respectivos territórios, com o ambiente praiano e com a paisagem como uma interconexão que excede o fato de esses lugares serem os espaços de sua produção econômica; porque se constrói, também, relações sentimentais com partes específicas dessa paisagem, por exemplo, as praias onde acontece o trabalho, o lazer e as

conversas entre os membros da comunidade.

As lagoas, antes de serem poluídas pelos efluentes advindos da Samarco, também foram lugares para atividades de lazer. Um exemplo foi apontado por Corrêa (2013): a reunião de membros das comunidades na lagoa de Ubú; uma mistura de ritual com atividade lúdica chamada “furar a lagoa”: antes de ser aterrada e posteriormente asfaltada a faixa de terra entre a lagoa e a praia do Além, a comunidade costumava reunir-se periodicamente para abrir uma ligação entre o lago e o mar.

Tendo em vista de que a atividade coletiva é a ação do indivíduo que leva em consideração, na sua racionalidade, os “outros” indivíduos – num processo que abrange todas as relações entre pessoas que estão em convivência (BECKER, 1977) – os membros da comunidade de pescadores artesanais de Ubú e Parati levam-se em relação de maneira mais convergente em seus interesses. Mais entre eles do que deles com os turistas, agentes públicos de diferentes tipos, proprietários de casas de veraneio, atravessadores, entre outros atores presentes relativamente ao campo de relações constituído nessas duas localidades.

Pensar a relação entre as pessoas como fundamentadas em múltiplas intencionalidades que se reconhecem em um campo de perspectiva, na hora de agir, não implica no fato de esses atores possuírem consciência total sobre as consequências de suas ações. Assim, quando os indivíduos, ao agirem, levam em conta os outros, eles não conseguem prever as consequências totais do exercício de suas agências, pois as consequências reais das práticas das pessoas sobre a realidade excedem as intenções e a capacidade de previsão daqueles que agem. Processo denominado de agência, em vista de explicar a motivação e a abrangência da ação humana (GIDDENS, 2003).

Vários dos pescadores artesanais de Parati e também de Ubú são ligados, por parentesco, a pequenos comerciantes, além de outros moradores da região que não vivem diretamente da pesca artesanal. Usualmente os pescadores estão ligados a um grupo familiar de moradores mais tradicionais dessas regiões, a não ser nos casos de alguns indivíduos que vieram de fora.

O parentesco com pessoas que exercem cargos efetivos na mineradora Samarco ou mesmo na Petrobrás, duas grandes empresas que estão em atividade na região, é raro, como afirmam alguns dos pescadores que comigo conversaram. Esses indivíduos especulam a quantidade de pessoas da comunidade que trabalham permanentemente na Samarco como girando em torno de três, no máximo quatro, dentre todos os moradores.

De fato, a oferta de emprego da mineradora só chega ao âmbito da comunidade de pescadores de Ubú e Parati na forma de demandas por mão de obra temporária na construção

de infraestrutura para operação da empresa, de obras e construções onde essas pessoas têm que lidar com situações de emprego repetitivo de força física, como serrar materiais ou cavar buracos. Esse tipo de trabalho abala de certa forma o pertencimento pesqueiro, pois posta esses indivíduos em situações de trabalho desgastantes e sem nenhuma autonomia perante as tarefas que a eles são delegadas. Esse tipo de trabalho consiste nas descrições de alguns pescadores em serrar e cavar buracos, sob intensa vigilância dos encarregados da empresa, que regulam os horários dos trabalhadores irem ao banheiro ou realizarem outras atividades, como, por exemplo, fumar um cigarro.

Na relação entre o pescador artesanal de Ubú e Parati e a oferta de emprego para serviços exteriores ao *saber fazer* da atividade, podemos compreender a interrupção que o trabalho alienado (MARX, 1978) produz no pertencimento construído no cotidiano da pesca artesanal, em que ao invés de desenvolver uma atividade ligada a seu grupo cultural, com saberes construídos a partir de relações de pertencimento comunitário em um espaço e ambiente nos quais o pescador possui laços de afinidade, ele passa a trabalhar sob vigilância constante, sem autonomia criativa em suas tarefas e descolado do fruto de seu trabalho (não sabe usar e também não tem a oportunidade de utilizar tal produto). O trabalho torna-se, ao invés de meio de transformação criativa da natureza, mero meio de subsistência, através do recebimento do salário.

A resistência dos pescadores artesanais, assim como daqueles que já pescaram ou possuem laços de afinidade com a pesca em relação ao trabalho sem autonomia, já foi esboçada em outros estudos, mais especificamente, nas relações entre o modo de vida da pesca artesanal e o corte de cana-de-açúcar (RAMALHO, 2010); também na percepção dos pescadores sobre o trabalho na construção civil (MILLER, 2002).

Pessoas que possuem com os pescadores laços de parentesco, em alguns casos relatados pelos próprios sujeitos da atividade da pesca, são donos de comércios na região, como também em outros momentos possuem empregos, fora da vila. Outros moradores mais antigos, que também mantêm relações com a pesca, possuem pequenas casas que são como um anexo à sua própria residência, postadas para o aluguel no intuito de complementar as suas respectivas rendas – tendo em vista o turismo ou a crescente atividade industrial nas localidades, que passa a requerer habitações para os trabalhadores translocados por conta da necessidade de mão de obra temporária pela indústria.

Os comércios dos familiares dos pescadores, ou mesmo de ex-pescadores, dividem-se entre quiosques, mercearia, uma mistura entre bar e venda, e uma loja de venda de artesanato, de um ex-pescador. Esse último demonstra seu pertencimento à socialidade pesqueira através

do fato de, além de ser ex-pescador, adquirir a matéria de seus artesanatos dos próprios pescadores, como conchas de moluscos de variados tipos, esqueletos e peles de peixe, além de peixes inteiros. Assim, esse morador de tempos mais antigos de Parati complementa sua aposentadoria e também percebe na interação com os pescadores dos dias de hoje o contexto que perpassa a atividade, como são as inferências cotidianas da mineradora Samarco com a atividade da pesca. Porém, não só de empatia com esses pescadores vive este senhor, de sua própria experiência vê cotidianamente o sururu quase que desaparecer dos entornos da comunidade; tendo em vista que já viveu momentos de fartura desse marisco, quando pegá-lo era mais fácil: além de sua oferta pelo ambiente ser abundante, era comum compartilhá-los com outros moradores.

Hoje, ao querer se alimentar de sururu, um aspecto do *habitus* (BOURDIEU, 1989) relativo à socialidade de quem passou a vida convivendo com a atividade de coleta de mariscos, com a pesca e concomitantemente com o ambiente característico ao desdobrar dessas atividades, recorre à compra do mesmo em uma localidade de Anchieta denominada Iriri, disposta a mais de 10 km de Parati.

Além disso, o artesão afirma, em sintonia com os discursos dos pescadores, que tal mudança se deu pela atividade da mineradora presente na localidade e tão mencionada nesse texto; assim como também aponta outras intervenções da empresa no território comum as duas comunidades, como é o caso do pó preto difundido na região e acumulado nas casas dos moradores que entram em um ciclo diário de limpeza dessas partículas em suas residências.

No intuito de compreender a intensidade e as consequências da emissão das partículas de minério suspensas com as atividades da Samarco Mineração, foi construída uma dissertação de mestrado denominada “Poluição do ar atmosférico e doenças respiratórias em pescadores de Anchieta/ES” (DORNELLAS, 2011), focada na comparação entre a saúde do sistema respiratório dos pescadores artesanais de Ubú e Parati, que, junto à comunidade de Mãe-Bá, são os residentes mais próximos da indústria de beneficiamento de minério que opera na região – além dos pescadores de Inhaúma, comunidade de pescadores que, dentro do território do município de Anchieta, está mais distante da mineradora.

A pesquisa concluiu que os pescadores de Ubú e Parati, além de serem claramente mais expostos às partículas de minério oriundas da atividade da Samarco, em comparação aos pescadores de Inhaúma, também demonstram variadas consequências no funcionamento de seus corpos e principalmente de seus aparelhos respiratórios (DORNELLAS, 2011).

“Decorrente de uma situação relacionada à proximidade das residências dos

pescadores de Ubu/Parati, em relação à indústria de mineração, todos os pescadores do Grupo A relataram sofrer de frequentes resfriados, gripes, rinites, crise de sinusite, pneumonia, falta de ar, entre outros. No Grupo C, Inhaúma, não ocorreu nenhum relato, como também seus integrantes não relataram sentir falta de ar, em contraposição a maior parte dos pescadores da comunidade de Ubu/Parati (Grupos A e Grupo B) que deram depoimentos desse sofrimento, com falta de ar (dispneia), queixa comum dos indivíduos que apresentam problemas respiratórios e cardíacos. A dispneia encontrada principalmente nos dois grupos de Ubu/Parati (A e B) reflete nos resultados do exame físico (FR, ETe AP) que seus componentes estão abaixo da média normal e alterados, diferentemente dos pescadores residentes em Inhaúma, o que já era esperado por nós, quando formulamos o plano de pesquisa. Podemos afirmar que os pescadores de Ubu/Parati apresentam sinais e sintomas de problemas respiratórios” (DORNELLAS, p. 65 e 66, 2011).

Demonstração de empatia entre a perspectiva do morador mais antigo de Ubú e Parati para a vida cotidiana do pescador está na relação de afinidade entre pessoas, que pode ser encontrada na ligação de parentesco entre um não pescador ou ex-pescador com um irmão, filho, primo, sobrinho que vive da atividade da pesca. Essa ligação faz com que os parentes e amigos dos pescadores tenham um conhecimento maior das nuances da atividade, assim como suas dificuldades, criando-se uma afinidade em suas formas de perceberem a realidade. Nesse processo dá-se um dos aspectos desse tipo de relações sociais que caracterizam uma comunidade no sentido weberiano, que é pensada para mais que um recorte territorial, ambiental, e um aglomerado de pessoas que vivem próximas fisicamente no município de Anchieta.

A exemplo do que foi mencionado logo acima, vou recorrer à exposição de um contato feito de minha parte com uma senhora e seu filho, que possuem uma venda no começo da Praia de Ubú, no sentido Guarapari – Anchieta. A proposta de descrever analiticamente essa interação é mostrar como não pescadores participam do mundo da pesca através de diferentes ligações pessoais, que fazem com que eles compartilhem aspectos cosmológicos com os mesmos. Neste pequeno comércio, além de bebidas, são vendidos mantimentos e alguns outros bens de consumo, mas o que o aproxima do contexto da pesca é o fato de também vender porções de peixe, feitas com os peixes capturados na região. Mais um aspecto que acresce a intimidade desses dois indivíduos com a pesca é o fato de a senhora já haver sido marisqueira e o seu filho já ter sido pescador. Além disso, os dois têm materializado um mesmo sujeito da pesca: seu filho, no caso da senhora, e o irmão, na perspectiva do outro entrevistado.

Dessa forma, as convergentes afinidades com a pesca, somadas ao convívio cotidiano de anos passados na comunidade, fazem com que esses dois atores sociais possuam uma



perspectiva bem embasada na experiência acerca do contexto da atividade da pesca artesanal. Essas duas pessoas possuem cosmologias formadas sob o contexto da pesca e, além disso, possuem uma convergência de interesses com os pescadores. Em vista disso, em alguns momentos, ao caracterizar o turismo na região, o filho da dona do comércio que lá trabalha não traça uma fronteira entre as implicações do tipo de turismo exercido em Ubú sobre o pequeno comerciante ao mesmo tempo que também afeta o pescador artesanal. Ele pensa a atividade em suas relações mutuamente dadas entre o comércio local refletidas nas relações com os pescadores artesanais. Ou seja: para eles, o turista que traz os seus bens de consumo de casa, para evitar ao máximo o comércio local, também suja a praia e, através do constante trânsito nos locais de trabalho dos pescadores, abalam de certa forma a vida cotidiana desses indivíduos.

A relação desses comerciantes com o turismo é peculiar devido ao fato de que mesmo dependendo do poder de consumo dos turistas eles não agradam-se com a presença deles devido as atitudes nocivas ao ambiente local e por eles não corresponderem a sua expectativa, por trazem a maior parte dos mantimentos que irão consumir de fora das comunidades não contribuindo com o comércio local.

A decepção dos comerciantes com os turistas parece ser ligada também ao fato deles agora por não serem mais pescadores serem dependentes de um outro sujeito para subsistirem e esse sujeito turista não corresponde a suas expectativas como possível consumidor, pois, mesmo o pescador também sendo dependente de um outro sujeito que irá comprar o pescado, esse comprador mesmo aquém das expectativas do pescador artesanal, parece corresponder melhor ao pescador que oferta seu peixe do que os possíveis consumidores do comércio local.

Esta senhora e seu filho são alguns dos que enfatizam o discurso caracterizador da distinção entre bons e maus momentos nas comunidades de Ubú e Parati, a partir do divisor temporal entre o período pré-instalação da Samarco e do momento posterior a entrada da empresa, até os dias de hoje.

Os relatos de pessoas das localidades se localizam entre um tempo bom, onde não existia Samarco operando na localidade, e um tempo ruim, a partir da presença da mesma em suas vidas. Portanto, quando eles falam de momento “bom” ou “ruim” nas suas vidas, entendo que estão fazendo referência a um estado social compartilhado, e não somente às suas condições de indivíduo.

Outro exemplo de compartilhamento de afinidades de perspectivas dentro da comunidade pode ser encontrado no momento em que essa senhora ou seu filho se referem com certa indignação ao desconhecimento das condições e percursos da pesca, demonstrados

por alguns turistas quando questionam o preço do peixe. Pois, ao demonstrarem indignação, aproximam os campos de perspectivas dos pescadores e de suas respectivas experiências cotidianas, ao mesmo tempo em que demonstram certo distanciamento com os turistas. Esses, para ela e seu filho, se mostram como alienados das condições locais do exercício da pesca.

Para essa senhora e seu filho, as condições de exercício da pesca, que são encaradas pelo seu conhecido pescador artesanal, são o enfrentamento com as imprevisíveis nuances do mar, com os riscos e as vulnerabilidades relativas ao distanciamento do continente. E também circunstâncias produzidas pela interação entre distintos atores que coexistem no atrito, em um cenário ambiental localizado na costa de Parati e Ubú: a pesca artesanal e a atividade industrial no porto de Ubú e também a atividade industrial petrolífera.

A dureza da atividade pesqueira é compartilhada nas expressões difundidas por moradores que não exercem de fato a atividade de pesca, mas que recorrem à reflexividade em relação a fatos acontecidos com pessoas próximas ao âmbito de suas relações comunitárias. Por isso, expressões usadas por atores de uma comunidade são representativas de situações que remetem às empreitadas de pesca, como: *E se um navio te jogar para o fundo?* ou *e se o barco pegar fogo, como já aconteceu?*

A partir dos exemplos trabalhados até o momento nesse tópico, é explicitado o fato de que a convivência atual entre os moradores de Ubú e Parati é subsidiada também pela convivência entre seus antepassados, aspecto que pode significar um dos fundamentos de sua mútua afinidade. Outro aspecto dessa relação de conhecimento entre os moradores é o fato de eles terem encontrado, na Samarco Mineração, um antagonista em comum, algo que de certa maneira também marca seus entendimentos sobre as circunstâncias nas quais encontram suas vivências, em mais um ponto afim.

O importante, ao se delinear esse tópico, é demonstrar que quando se está falando de um modo de vida no qual a pesca artesanal é uma prática fundamental, não se está enfatizando a importância da esfera econômica da vida sobre os outros aspectos. Contudo, tenho a intenção de mostrar que essa atividade de reprodução da vida fomenta e faz parte de uma série de relações de afinidade comunitárias de socialidade entre os moradores.

Marshall Sahlins (1978) nos demonstrou isso no estudo que ele denominou de “as primeiras sociedades de afluência”, em que afirma que esses grupos humanos dedicavam menos tempo às atividades produtivas e mais tempo a atividades de conversa, de interação entre os seus membros. Nessa perspectiva, as relações comunitárias que envolvem a pesca artesanal em Ubú e Parati são tão importantes quanto a própria atividade, pois para os pescadores pode ser tão agradável viver da pesca quanto conversar com seus companheiros na

praia perto dos barcos. Ou mesmo pode ser tão bom comer sururu à vontade quanto poder dá-los a seus conterrâneos. Além de, como também é usual em um desembarque, na volta de uma empreitada de pesca, mesmo já acertada a venda com os atravessadores, ceder um grande *dourado* a um vizinho que lhe pede, para poder preparar o almoço. Também quando o próprio pescador toma a iniciativa de ofertar o peixe para ser feito no bar de seu amigo, com o intuito de relaxar após uma pesca que durou dez dias.

A interpretação sobre as relações entre os moradores tradicionais de Ubú e Parati, pescadores ou não, extrapolam a diferenciação proposta por Émile Durkheim, quando diferenciou de certa maneira grupos humanos simples e grupos humanos mais complexos, mais condensados, através dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Esses conhecidos apontamentos também tinham a função de mostrar como os indivíduos humanos se tornavam algo para mais que a simples soma, quando esses existiam em coletividade (DURKHEIM, 1999).

A solidariedade mecânica, segundo Durkheim, dava-se pela aparente semelhança entre os indivíduos que de certa forma eram independentes uns dos outros na forma pela qual produziam seu sustento, porém compartilhavam na perspectiva do autor valores e modos de vida estritamente semelhantes. Assim eram por ele caracterizadas as comunidades ou tribos humanas em comparação a civilização europeia onde os indivíduos não constituíam um coletivo por semelhança, mas, pela complementariedade funcional entre diversas partes de um organismo/sociedade (DURKHEIM, 1999).

O autor também caracteriza a passagem de um tipo de solidariedade para outro, entre outros aspectos, pelo adensamento populacional, condensação dessas populações e a intensificação das formas comunicativas que produziriam um adensamento social e moral, com o aumento dos encontros entre os diferentes grupos de humanos com seus valores e modos de vidas distintos que antes eram isolados na maior parte dos aspectos que constituíam suas vidas (DURKHEIM, 1999).

Na discussão sobre comunidade que fiz até esse momento, possuindo como referência as comunidades pesqueiras de Parati e Ubú, é pertinente pensar que as pessoas dessas duas localidades possuindo relações de afinidades, no âmbito comunitário e características comuns entre seus membros, são suscetíveis à influência de outros grupos humanos, além de também interagirem diretamente com indivíduos de fora do raio de abrangência dessas localidades. Neste sentido apresentam seguimentos estruturais variados nos quais se encontram misturadas formas de solidariedade.

Ao encerrar esse tópico, estou deixando de fora de maneira proposital um aspecto

relevante da socialidade comunitária que é transversal a Ubú e Parati: a existência de uma associação de pescadores que, no âmbito do associativismo, une formalmente os dois lugares. Esse aspecto estará contemplado na terceira parte desse estudo, em que tratarei de maneira mais profunda o engajamento político das comunidades através dessa associação.

## **2.2 Sobre algumas memórias da pesca de antigamente**

Esse tópico tem o objetivo de caracterizar alguns elementos que faziam parte do cotidiano da pesca artesanal de Ubú e Parati em tempos mais remotos em relação aos dias de hoje. Também visa delinear algumas características relativas às formas que possuíam as pescas artesanais dessas localidades, desde o período anterior ao momento em que é instalada a indústria de beneficiamento de minério chamada Samarco, nas proximidades das comunidades, para tentar captar através dos relatos de alguns pescadores artesanais da localidade referências que nos demonstrem as diferenças circunstanciais que permearam o desenvolvimento da pesca até o momento do início do empreendimento, que é essa investigação.

A análise que a partir desse momento irá se desdobrar visa debruçar-se a respeito das pescas artesanais passadas, desde dias próximos à instalação da Samarco em meados da década de 1970, ou também em dias que os próprios pescadores caracterizem como momentos da pesca tidos por eles, em seus pontos de vistas, como recortes da realidade considerados antigos.

As informações contidas nesse texto foram compartilhadas comigo através de diálogos informais com os pescadores artesanais em seus locais de trabalho e socialidade, mais precisamente: a beira da praia. O tom informal das interações foi adaptado às questões referentes a essa pesquisa. Sempre para a viabilidade desse objetivo, tentei dissociar minha presença de estudante advindo de uma universidade pública, da presença de um representante do Estado que fiscaliza, ou da semelhança com o perfil dos pesquisadores das empresas de consultoria que trabalham na produção de pesquisas/condicionantes para o exercício da atividade industrial na localidade. Devido a esses fatores, tomei uma atitude, que pode ser interpretada por uns como exagero: decidi não registrar foto de nenhuma ida ao campo e de nenhum pescador, assim como também deixei de anotar e citar seus nomes, aspecto convergente com o fator de que não precisei apresentar nenhuma carteirinha de estudante para conseguir conversar com esses indivíduos.

Na fala dos pescadores mais antigos das comunidades, com quem eu tive contato,

afirmava-se a pesca como atividade realizada desde sempre na localidade. Perspectiva convergente com os relatos advindos de estudos que relacionam a pesca à forma pela qual os tipos humanos mais próximos do que são os pescadores de hoje que habitaram as regiões litorâneas, ao redor do mundo e, concomitantemente, a área hoje correspondente ao território brasileiro.

Segundo Darcy Ribeiro, os grupos indígenas (que habitavam o território que hoje é prescrito oficialmente como Brasil) viviam alternando entre diferentes tipos de caça e coleta e isso incluía a pesca marítima e fluvial, intercaladas com a cultura da terra, no cultivo de alimentos. A fartura existente nessas regiões – devido a diversidade ambiental proporcionada aos que ali viviam –, com o início da colonização nas regiões costeiras, passou a ser motor da intensificação da disputa por essas regiões, por parte dos europeus e luso-brasileiros com esses povos indígenas, que foram até agora considerados os primeiros habitantes do litoral brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Em Anchieta, houve o tempo posterior à expulsão dos jesuítas do território brasileiro e, concomitantemente, o fim de sua gestão sobre os aldeamentos coloniais (o que incluía o poder de permitir ou não a entrada de qualquer indivíduo nas aldeias) – estas passando a ser operacionalizadas pelo aparato burocrático colonial, que era, em sua maioria, composto por portugueses ou luso-brasileiros. Nesse momento, houve – da perspectiva da administração colonial – o incentivo do preenchimento das terras que eram exclusivamente de uso dos indígenas aldeados, catequizados e civilizados por não indígenas em geral também portugueses e luso-brasileiros, o que ocasionou a difusão das técnicas de pesca e agricultura dos índios para os novos moradores, assim como a miscigenação entre índios, europeus e luso-brasileiros (MATTOS, 2009). Holanda (1994) afirma que no começo da interação entre europeus e o ambiente brasileiro, quase que nenhum instrumento e técnica advindos do velho mundo eram suficientemente efetivos.

Assim podemos pensar que aqueles pescadores artesanais de Ubú e Parati, nos quais seus ancestrais eram originários dessas comunidades, são descendentes de um processo de interação peculiar entre modos de vida oriundos dos povos indígenas nativos e também dos europeus.

Para pensar o desenvolvimento das pescas artesanais de Ubú e Parati na história, podemos levar em consideração que a atividade desde há muito tempo até momentos mais recentes, possuía íntima relação com as nuances do ambiente local, pois muitos dos instrumentos que compunham a atividade, e que hoje em dia não fomentam mais o inventário instrumental das pescarias desses lugares, tinham suas matérias fundamentais, passíveis de

serem encontrados nas redondezas, antes de serem transformadas em *petrechos*. Como, por exemplo, o Tucum: um vegetal que anteriormente exercia a função que é hoje do náilon, o papel de delinear as linhas de pesca e trançar as malhas de rede. Fato que reforça a ideia de que as redes feitas de fibra vegetal acompanharam os grupos humanos, desde o advento inicial da tecelagem primitiva no final da era Paleolítica (DIEGUES, 1983) até épocas bem mais recentes, quando se dão os eventos aproximados entre 20 e quarenta anos atrás nas vilas vizinhas que são focos desse estudo.

O material era procurado nas matas do entorno da comunidade pelos próprios pescadores, ou por suas mães e esposas, para então serem trabalhados e convertidos em linhas. Processo endossado, em um relato feito comigo, como bastante exaustivo e requerente de parcela bastante relevante de tempo, aproximadamente uma manhã inteira de trabalho. Além do material vegetal para fazer as linhas e também as redes, eram encontradas nessas matas do entorno das comunidades – onde se parasse em uma caminhada podia-se notar – diversas qualidades de fruta. Como, por exemplo, o araçá, exemplificado por um senhor pescador, que me compartilhou algumas das informações que permeiam o desenvolvimento desse texto.

Nessa época, a intimidade dos pescadores de Ubú e também de Parati com seu instrumental remonta a relação similar entre o pescador de auto-subsistência e seus instrumentos de pesca. Esse tipo de pescador é uma formulação analítica de Antônio Carlos Diegues, tendo em vista caracterizar os tipos mais antigos de exercício da pesca na história da humanidade, assim como também demonstrar os processos produtivos da pesca, presentes em grupos humanos mais afastados e isolados dos aglomerados populacionais de média e grande magnitude. Situação essa dos ribeirinhos da Amazônia e tribos indígenas espalhadas ao redor do mapa brasileiro.

Um exemplo contemporâneo de pescadores que fazem seus próprios instrumentos, e que também já foi citado nesse texto, é delineado a partir da observação da vivência dos pescadores laguistas, que fazem a pesca de arpão na vila de Sucuriju no Amapá e constroem sua intimidade com esse artefato de captura desde os tempos de criança, quando ganham do pai um brinquedo em forma de réplica do arpão, para exercerem simulacros da atividade em forma de brincadeiras, na beira do rio (SAUTCHUK, 2007).

Os barcos, apesar de serem feitos vez sim vez não pelos pescadores, eram em sua gênese manufaturados, na própria vizinhança de Ubú e Parati. Feitas por alguns moradores habilidosos com madeira encontrada nos entornos da comunidade, as embarcações a remo podem ser consideradas próximas às canoas “de um pau só”. Disseminadas em várias partes

do território do Espírito Santo, e ao longo de todo o litoral brasileiro, essas canoas eram feitas de apenas um tronco de árvore que era talhado até chegar à forma de uma embarcação. Esse exemplar de barco também foi documentado na etnografia de André Alves acerca dos catadores de caranguejo da Grande Vitória em meados da década de 1990 (ALVES, 2004). Também testemunhei relatos desse tipo de embarcação com os pescadores das Ilhas das Caieiras em Vitória: em ambos os exemplos essas canoas eram oriundas dos grupos indígenas de São Mateus, outro município do Espírito Santo; as canoas “de um pau só” eram feitas a partir das técnicas similares àquelas utilizadas por esses grupos indígenas.

As embarcações a remo feitas nas comunidades eram voltadas à pesca mais próxima da costa; em alguns momentos sendo usadas para percorrer distâncias maiores, abrigando entre uma e, no máximo, três pessoas, durante suas empreitadas de pesca. As embarcações voltadas a pescas de longa distância, que iam a lugares mais distantes da praia, quando ficavam vários dias no mar à procura de lugares bons para pescar, eram os barcos a pano, que eram maiores e comportavam aproximadamente entre três e cinco pescadores. O nome “barco a pano” se refere ao tecido ou espécie de lona que é acoplada à embarcação, e que utilizava da força do vento para mover o barco. A pesca no “barco a pano” era exercida com linha feita de fibra de tucum, existente nas matas mais próximas; em cada linha existiam cerca de cinco anzóis com camarões de isca, que eram capturados em um lugar conhecido.

A forma como os pescadores organizavam-se para ir pescar nos tempos mais antigos em Parati e Ubú era influenciada pela maneira como se constituía essa comunidade de pescadores. Em outras palavras, as companhias de pesca eram formadas pelos moradores dessas comunidades, que, em tempos passados, em sua maioria trabalhavam com a pesca artesanal. Segundo o relato de um dos pescadores mais antigos da comunidade, com o qual tive a oportunidade de conversar, os pescadores de Ubú e Parati eram membros de três famílias, que, conforme iam ramificando-se na forma de casamentos entre as diferentes famílias e com pessoas de fora, agregavam novos membros e, em alguns casos, novos participantes para o processo produtivo da pesca.

As tripulações de pesca eram um misto entre pescadores que pescavam entre familiares e alguns que pescavam com companheiros de outras famílias, mas que eram indivíduos pertencentes à própria comunidade. A formação da tripulação dava-se pela disponibilidade mútua entre indivíduos dispostos a pescar e o número de vagas em empreitadas de pesca. Geralmente os pescadores aprendiam a pescar em família, como também costumavam dar seus primeiros passos na atividade também em família: mais precisamente com o pai, irmãos mais velhos e tios.

O ingresso do indivíduo em uma tripulação específica estava atrelado ao fato de ele ter a posse dos instrumentos, ou, na linguagem da pesca, os *petrechos*. Fora possuir os artefatos, algo que era bastante determinante era se ele tinha a embarcação ou não, já que nem todos da comunidade as possuíam. Desse modo, aqueles que eram donos dos instrumentos, dependendo do tamanho da embarcação, dispunham de certa autonomia sobre as atividades da pesca, pois tinham posse dos instrumentos e da embarcação. Se ela fosse uma embarcação para pesca nas proximidades da praia – uma mais costeira que comporte no máximo três pessoas, mas que também permitiria a pesca solitária –, o pescador possuiria uma autonomia diferenciada sobre todo o processo produtivo. Como, por exemplo, o tipo de pesca que ele exerceria. Em acréscimo, teria para ele o fruto da pescaria; ou, se decidisse ter um companheiro de pesca, teria menos trabalho para tê-lo ao seu lado, pois teria de arregimentar uma só pessoa.

Quando o pescador não possuía os *petrechos* da pesca e nem a embarcação, ele ficava suscetível a participar das tripulações que para ele estavam disponíveis, variando conforme seu tempo de pesca e suas relações de parentesco, já que um pescador que tem mais tempo pescando é mais provável de possuir um saber característico à atividade de mestrança na pescaria – destarte, um atributo imprescindível de ser oferecido a uma empreitada de pesca. Se o indivíduo não tinha muito tempo de pesca, mas um parente com o barco, o pescador sem instrumentos e sem embarcação podia ter seu caminho até a pesca estreitado. Mas quando o pescador era jovem na atividade, dessa maneira não possuindo os saberes relativos à mestrança na pesca, que incluíam a navegação e a localização dos pesqueiros, ficava suscetível aos tipos de pesca que a ele chegavam como oportunidade. Por isso, muitos dos pescadores de Parati e Ubú, dentre outros motivos que também serão explorados nessas páginas, já passaram por diversos tipos de pesca, sendo que alguns já trabalharam até em barcos de pesca de rede de arrasto em grande profundidade, com até vinte tripulantes, como me disse um senhor pescador acerca de sua experiência de trabalho enquanto remendava sua rede em frente à praia de Ubú.

Antigamente, a forma como seriam divididos os peixes pescados em uma companhia de pesca era combinada anteriormente à saída para o mar, portanto, cada pescador possuía a consciência sobre o processo de divisão dos frutos advindos da atividade pesqueira entre os tripulantes. O dono da embarcação e dos materiais ficava com a maior parte, que poderia ser a “terça parte” do fruto da pesca, ou a “quinta” – que mais precisamente se refere à quantia de um peixe para o dono da embarcação para cada cinco espécimes capturados pelos pescadores. Excedendo, é claro, o mestre da pesca, que era responsável pelo material, pela limpeza da



embarcação, e também dono do *saber fazer* da pesca, no que tange a localização dos cardumes – esses lugares que na linguagem dos pescadores são chamados de *pesqueiros*.

Esse sistema de divisão em que o dono da embarcação tem direito a um peixe de cada cinco pescados por cada indivíduo no barco, sendo o único membro da tripulação a ser isento de tal tributo, o mestre da pesca que tinha *linha livre*, era denominado de *1 para 5*. Um antigo pescador, ao narrar o processo de divisão descrito logo acima, ressaltou a diferença deste com o processo que ocorre nos dias de hoje: *hoje tem até calculo de porcentagem*. Esse método mais sofisticado de divisão dos espécimes capturados era mais comum a embarcações maiores com uma tripulação maior.

Os frutos da pesca naquela época eram para o consumo das famílias dos pescadores, os peixes eram salgados para ser conservados devido à ausência de gelo, existente somente em Vitória. Nesse tempo, a venda através do dinheiro era rara: os peixes pescados, em sua maioria, eram trocados por outros gêneros alimentícios com os lavradores que moravam e tinham suas roças nas regiões próximas das comunidades de pescadores. Esses lavradores trocavam pelo peixe a farinha, o melado, a rapadura, banana, entre outras culturas agrícolas. Segundo um senhor, que acerca de dezoito anos se aposentou da pesca e conseguiu através de uma concessão da prefeitura municipal um quiosque em Ubú, existiam poucos atravessadores que compravam o peixe para haver a circulação de dinheiro. A partir de sua fala, nota-se que apesar da pouca circulação de dinheiro, existia na época o gosto das frutas e verduras, que para ele eram melhores que o sabor das que ele compra hoje em dia com dinheiro. Essas últimas parecem estar sem gosto, o que acontece, em sua opinião, pelo uso de produtos químicos, os agrotóxicos.

A troca de peixes por farinha, dentre outros gêneros alimentícios, coaduna com as interpretações acerca do tipo de pesca artesanal caracterizado, por Diegues, como de “produção simples” (1983). É similar a processos de troca demonstrados em outras duas etnografias, uma referente aos pescadores e campesinos ribeirinhos dos alagados, caracterizados como “homens anfíbios” (FRAXE, 2011) pela proximidade de suas vidas com os ciclos do rio; e também o trabalho já citado nesse texto, sobre os pescadores costeiros e laguistas da Vila de Sucuriju no rio Amazonas (SAUTCHUK, 2007), em que os segundos trocavam o pirarucu salgado por farinha de mandioca. A diferença é que nos dois casos citados a farinha trocada era trazida por aviamento, um trabalho dos atravessadores. A troca também não era a única forma de lidar com o peixe pescado por eles: era levado para venda, pelos próprios pescadores ou também através de aviamento, no caso dos ribeirinhos tipificados como “homens anfíbios”.

Dois pontos me chamam atenção para se traçar uma caracterização mais geral acerca desses tempos passados da pesca, o primeiro é a relação com o ambiente, característica a atividade da pesca artesanal, que nesse caso pode ser identificada, como decorrida de maneira mais íntima nos tempos da onde saíram essas experiências relatadas comigo no exercício dessa pesquisa, pois o que pude perceber era que o âmbito de vivência dessa comunidade se intercalava mais com as matas que existiam no entorno e que faziam parte da socialidade desses indivíduos, para além de fornecerem materiais do instrumental dessa pesca. Como me afirmou um antigo pescador, eram usuais as caminhadas para dentro desses entornos de vegetação densa; onde se parasse poderia encontrar uma qualidade de fruta distinta. Já nos dias de hoje, segundo sua experiência, o que se encontra são diminuídos entornos vegetais, que são encobertos pela poeira advinda das atividades da Samarco Mineração.

O segundo aspecto de uma caracterização mais geral da pesca artesanal dos tempos passados nessas duas localidades pode ser entendida como a percepção de um contexto onde existia um grau que me parece menos avançado em relação à pesca dos dias de hoje, no que tange ao avanço dos processos conceituados como o estabelecimento da “racionalidade econômica” (WEBER, 1996) e de um “*homo economicus*” (BOURDIEU, 1979). Pois esses pescadores utilizavam com menos frequência, pra não dizer raramente, de dinheiro em seu cotidiano. De certa maneira, estavam mais intimamente conectados às condições locais de existência, desde a construção de seu instrumental até os diversos aspectos de sua socialidade, como a sua alimentação e experiências que de certa maneira eram lúdicas, como caminhar na floresta e tomar banho na lagoa de Ubú.

## **2.3 Sobre as pescas de hoje**

Nessa seção está o foco principal deste capítulo, cuja substância é a tentativa de se esboçar um entendimento acerca da cultura produzida através do desenvolvimento da atividade da pesca artesanal nas localidades de Ubú e Parati. Neste tópico, visio traçar as circunstâncias e as relações que contribuem para o desenrolar dessa atividade, em um espaço de tempo próximo à escritura deste trabalho. Concomitantemente, procuro entender um aspecto extremamente significativo da vida de uma gama de sujeitos humanos. Dessa forma, aqui se desenvolverá uma análise em duas instâncias: a primeira consiste no entendimento da atividade da pesca artesanal como atividade de reprodução social e biológica, de seres humanos; a segunda é caracterizar e entender o modo de vida intimamente atrelado à

atividade como um delineamento cultural singular e circunstancial a um contexto de relações provenientes da coexistência social.

Quando invoco a categoria de pesca artesanal em Ubú e Parati, na verdade, me refiro a pescas artesanais, pois na localidade são exercidas uma gama de atividades de caça e coleta marinha. Para cada uma dessas atividades existe um contexto de exercício, não totalmente idiossincrático, perante as outras formas de se pescar – mas que em cada uma delas são reunidas peculiaridades características. Esse tópico irá dividir-se entre aspectos mais gerais que contemplam a maioria das pescas exercidas em Parati e Ubú, além de outros mais específicos em relação a cada uma das pescas.

Até essa parte do texto, tentei demonstrar a quantidade de agravantes que existem no modo de vida da pesca artesanal e que complexificam as manifestações existentes tanto nos locais em que se dá esse estudo, quanto em todos os outros locais onde a pesca existe como atividade de sustento e composto dos modos de vida humanos. Concomitantemente, quando se trata de voltarmos os olhos para o processo produtivo da pesca, seguimos pelo mesmo raciocínio: ao caracterizar a pesca não podemos nos restringir somente as relações homem e ambiente – pescador e mar –, ou como o pescador exerce a atividade da pesca, mas levando em conta todo o processo em que o ato de pescar é determinado em sua forma e substância. O que inclui explorar e levar em consideração esse processo de produção da cultura: como o pescador de Ubú e Parati tem acesso e lida com o inventário instrumental da atividade; como ele chega a ser pescador; como ele pode começar a exercer um tipo específico de pesca dentre outros; como ele lida com o arsenal de normas que existem sobre a atividade pesqueira; como ele opera com os outros atores do ambiente em que ele exerce a pesca. No caso dos pescadores dessas comunidades litorâneas, o mar. Pensar também como circulam os frutos da pesca, além de fundamentalmente tentar explorar (de forma interpretativa) como esses indivíduos de fato exercem a pesca – a exposição não ocorrerá necessariamente nesta ordem em que estão os aspectos, classificados acima.

### **2.3.1 Sobre o âmbito normativo da pesca artesanal**

Como todos os indivíduos viventes em um território pertinente a um estado-nação, os pescadores artesanais dessas comunidades vizinhas se encontram numa organização social, amplamente influenciada pelo estado moderno. Porém, quando aciono analiticamente esta entidade conceitualmente abstrata e diluída em instituições, estou evocando o que é caracterizado por Max Weber por tipo puro de dominação burocrático (WEBER, 2000).

Segundo Pierre Bourdieu, levando em consideração as reflexões de Max Weber, uma das atribuições desse vetor de poder – dentro do campo burocrático materializado através das instituições estatais – é o de legitimar o poder de classificação; de imbuir o poder de julgamento de determinadas imputações humanas sobre o real, mais precisamente a perspectiva técnico-científica. Dessa forma, também atribui a esse modelo de compreensão da realidade uma capacidade específica de estruturar a organização social. Mesmo a perspectiva do estado moderno sendo convergente em relação ao poder que o mesmo relega ao conhecimento científico, o campo burocrático dilui-se em diversas instituições com propósitos e motivações distintas, diferentemente empoderadas (BOURDIEU, 1997).

Dessa forma, os percursos dos sujeitos pescadores de Parati e Ubú passam pela capacidade de influência do estado moderno. Além das atribuições que se referem a um cidadão não pescador, existem ordenamentos estatais que são específicos ao próprio cotidiano da atividade da pesca artesanal.

Por exemplo: RGPs (Registro Geral de Pesca); licença para embarcação quando o pescador é proprietário do barco; licença ambiental para um tipo específico de pesca. Ao lidarem com esse trajeto adverso, os pescadores, usualmente no contexto abordado nesse estudo, não vão direto às instituições ligadas a essas sanções, que funcionam como pré-requisitos normativos anteriores ao exercício da pesca.

Eles vão até atores e organismos institucionais que fazem a mediação convergente com seus interesses, de sujeitos da pesca e do *saber fazer* perante os procedimentos que, desde os seguidos e intervalados estabelecimentos normativos e legislativos (Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009), estão atrelados ao desdobrar da atividade pesqueira. Dessa maneira, os pescadores de Ubú e Parati, ao invés de irem diretamente à Secretaria Estadual de Pesca – ou ao Ministério da Pesca, IBAMA, Capitania dos Portos – se direcionam por meios intermediários entre eles e essas organizações. Por exemplo: eles se direcionam até a Colônia de Pescadores de Anchieta, Associação de Pescadores de Parati e Ubú e, em alguns momentos, vão até a Secretária Municipal de Agricultura e Pesca (que antes havia sido uma secretaria exclusivamente voltada à pesca), para então procurarem meios de sanar as questões provenientes de sanções exteriores ao próprio exercício e processo formativo do senso prático (BOURDIEU, 2009), que é um saber não formalizado e não formalizável nos moldes do conhecimento científico e inerente à atividade da pesca artesanal.

Além disso, o que também ocorre nessa situação é a recorrência pela qual o sujeito da pesca passa a interagir com advogados e despachantes, que contratados pelo pescador

artesanal ou dono de embarcações, quando condicionados economicamente e também motivados para essa relação, dão prosseguimento a resolução desses impasses anteriores à atividade da pesca.

Tanto na primeira quanto na segunda mediação entre o pescador e os alicerces normativos da atividade, fica evidenciada uma relação de dependência, nos primeiros casos ligados a relação entre os pescadores artesanais e a Colônia de Pescadores, à Associação de Pescadores e a Secretária Municipal de Pesca. Na segunda situação, eles interagem com prestadores de serviços, como advogados e despachantes. Porém, mesmo com o agrupamento construído, nessa análise, de instâncias públicas e privadas de mediação com as normas da pesca, as relações dos pescadores com as organizações citadas são bastante heterogêneas – o que vou procurar explicitar a partir desse momento.

No processo reflexivo demonstrado pelos pescadores – em algumas interações comigo na forma de conversas informais tendenciadas objetivamente para o meu tema de interesse investigativo, isto é, identificar as relações fronteiriças inerentes à constituição da atividade da pesca –, denotam um entendimento de que a colônia de pescadores por ter verbas, apoios estruturais, provindos do próprio poder estatal como carro e funcionários pagos pela Prefeitura Municipal de Anchieta, é pensada por eles como pouco representativa dos interesses dos pescadores devido ao fato de que o poder executivo municipal recebe grande margem de tributos da Samarco mineração, empresa na qual os pescadores se postam contrariamente, devido as interferências da indústria sobre o ambiente da pesca. Além disso, um dos representantes da associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati afirma que a Colônia Z-4, de Anchieta, é restrita na atuação advinda da Federação Capixaba de Pescadores Artesanais. E essa pela Federação Nacional de Pescadores Artesanais, fato que faz com que as demandas e peculiaridades locais não sejam supridas pela organização dos pescadores concernente ao município de Anchieta.

Porém, quando as interações entre pescadores e poder público municipal tratam-se dos caminhos necessários a serem percorridos por esses indivíduos no que concerne a solução dos entraves burocráticos inerentes a pesca artesanal contemporânea brasileira, o fato de eles terem que lidar tanto com a colônia de pescadores quanto com a Secretaria Municipal de Pesca passa a ser para eles uma relação de confiança momentânea, quando oferecidas por esses órgãos alternativas viáveis para se continuar pescando. Para além disso, essas instituições são tratadas por esses pescadores com desconfiança, principalmente quando se trata de reclamações acerca da atividade da Samarco e da Petrobrás.

A própria Associação de Pescadores de Ubú e Parati foi pensada e criada, tendo em

vista nas perspectivas de seus idealizadores, a relação entre Colônia de pescadores de Anchieta e Prefeitura Municipal, como próxima aos interesses da indústria na localidade. Que é materializada na Samarco mineração e na Petrobrás, sendo que, nesta relação de causalidade formulada pelos pescadores, a primeira é mais lembrada do que a segunda em sua relação com o poder público municipal. Assim, dentre outros motivos, a associação de pescadores foi criada com o objetivo de fomentar um mecanismo, na concepção dos sujeitos da pesca, efetivamente representativo dos interesses comuns na realidade da pesca artesanal das localidades. E também para os diferenciar das possibilidades de ação da colônia de pescadores que é um misto de estado e sociedade civil.

Outra relação existente entre os pescadores artesanais de Ubú e Parati e o poder público dá-se através das interações entre os sujeitos da atividade da pesca e, o que vou denominar de instituições fiscalizadoras da atividade, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e a Capitania dos Portos.

O IBAMA estabelece os ciclos de defeso do pescado por região. Mais precisamente, este órgão público – através de pesquisas embasadas por um modelo de compreensão da realidade derivada da ciência moderna e ocidental, que paira na área de conhecimento formal da Biologia – visa apreender a agência da natureza (INGOLD, 1992; 2000) materializada nos ciclos de reprodução dos peixes e crustáceos, para assim conceber quais épocas serão permitidos a pesca de determinados espécimes, tendo em vista a organização de um “equilíbrio” ambiental. Os ambientalistas também classificam os tipos de pesca permitidos, assim como os instrumentos apropriados para a pesca em equilíbrio com o ambiente. A efetivação dessas sanções normativas se dá através da fiscalização *in loco*, esse processo acontece com a ação dos servidores públicos na forma de fiscais ambientais ou da polícia ambiental.

A complexidade das normas e a exterioridade dessas em vista do tipo de saber produzido pelos pescadores na atividade da pesca faz com que o pescador se dedique avidamente ao cumprimento das mesmas, quando possível. Porém, em outros casos usuais, relatados a mim, esses sujeitos passam a traçar alternativas que contornem a fiscalização.

Segundos os estudos de uma sociologia do desvio formulada por Howard S Becker, a atitude desviante dá-se a partir de um comportamento ou ação que vai de encontro a uma regra imposta, sem ser esse comportamento formulado para infringir a regra em si, mas para efetivar uma ação que só é considerada desviante a partir da regra imposta (BECKER, 1977; 2009). Consequentemente, para os pescadores o objetivo maior é pescar, sendo a regra imposta pelo IBAMA somente um entrave a ser ultrapassado, visto que o IBAMA é a uma

instituição extremamente posterior as atividade de pesca artesanal tradicionalmente estabelecida nas localidades. O problema para esses sujeitos emerge do fato de que a imposição de uma regra dá-se a partir da capacidade de sancionar, atributo de atores empoderados, como são os agentes públicos (denominados de policiais ambientais) que sancionam a atividade da pesca produzindo, como nas palavras de Becker, inúmeras “carreiras desviantes”. Pois os fiscalizadores possuem o poder de apreender os *petrechos* de pesca, de multar o pescador e até mesmo de infligir sua prisão, e os indivíduos, que são passíveis de serem dessa forma fiscalizados, evitam os encontros com esses agentes a partir de diferentes estratégias – que não vou explicitar nesse espaço para não prejudicá-los.

Outro tipo de comportamento fiscalizador que acomete a atividade da pesca artesanal em Parati e Ubú é a eventual averiguação da embarcação pelos agentes armados da Capitania dos Portos, que verificam se os pescadores estão em dia com as licenças da embarcação, com os equipamentos adequados para o funcionamento do barco e de segurança. Alguns pescadores se dedicam avidamente a cumprir tais requisitos, tendo em vista a livre pesca, como é o caso de um pescador de Ubú, que possui mais de três décadas de pesca e se orgulha de ter todos os documentos organizados e todos os procedimentos do barco em dia, julgando-se preparado para uma interação exitosa com os agentes da Capitania dos Portos. Todavia, mesmo respeitando os regulamentos, esse senhor não aceita a forma caracterizada por ele como arrogante na maneira como esses agentes abordam o pescador. Em alguns momentos, como ele afirma, tratam os pescadores como “criminosos”. É possível observar que o sentido da categoria “criminoso” está mais atrelado ao sujeito que fere certa moralidade oriunda da organização social que a um indivíduo que venha infringir a lei. Portanto, o pescador segue o regulamento quando possível, tendo em vista a força que cairá sobre ele quando a regra é transgredida, sem concordar com o sentido moral desta legislação, que muitas vezes é mais externa que as regras morais que regem as normas da coletividade local.

Outra análise empreendida por muitos sujeitos da pesca artesanal em Ubú e também em Parati sobre o seu próprio contexto é a de que houve – desde os tempos mais antigos da pesca na região, num momento anterior a operação da Samarco Mineração no local até os dias mais próximos aos de hoje –, um crescimento da fiscalização direcionada à pesca artesanal, que é cada vez mais incisiva. Dessa maneira, os pescadores passaram a associar algo, que é por eles caracterizado como perseguição, ao fato de se considerarem um entrave para essas indústrias que operam nas localidades. Pois além da militância através da Associação de Pescadores de Ubú e Parati, os pescadores ficam nas trajetórias dos grandes navios que chegam ao porto de Ubú operado pela Samarco e também pescam por entre o trânsito de

navios em operação pelas atividades da Petrobrás. Além disso, no que tange a área delimitada como de exclusão do Porto, os pescadores, continuamente, pescam na localidade devido ao fato de afirmarem que ali sempre foi local de pesca. Com algumas ações da associação representando esses interesses, a presença desses sujeitos que, antes, era de longe repreendida, agora ocorre quando os navios estão parados no porto. A pesca é interrompida nesse espaço, devido à atividade portuária, somente quando os navios começam a fazer manobras de ancorar e desancorar nas imediações do porto e também dos pesqueiros.

Com a Petrobrás os pescadores interagem quando os navios passam por cima de seus *petrechos*, como redes e boias deixadas mirando em determinados pesqueiros; assim como quando os próprios estão pescando e aqueles que estão a serviço da petroleira chegam impondo a sua retirada – algo que não ocorre passivamente da parte deles. Muitas vezes os pescadores ficam no caminho do navio, obrigando-o a manobrar, pois estes sujeitos da pesca se sentem detentores desse direito: eles, e antes seus pais e avós, segundo suas memórias, também pescavam ali e por isso nutrem um sentimento de pertencimento (RAMALHO, 2006) relativo ao exercício da pesca naquele espaço.

Alguns outros relatos de pescadores de Ubú e Parati dizem sobre a pesca nas proximidades das plataformas de extração de petróleo, prática considerada ilegal, por ali se tratar de uma área de exclusão da pesca. Mas, segundo os pescadores, essas áreas são os locais de maior probabilidade de atração de peixes, pois a oferta de alimento advindo dos restos de comida da plataforma e a luminosidade da mesma são fatores convergentes na atração dos seres marinhos passíveis de serem pescados.

A questão trata-se de que os pescadores – ao perceberem inúmeros fatores convergentes com uma degradação ambiental nas áreas costeiras de Ubú e Parati, fruto da atividade industrial intensa e também da pesca industrial, exercida pelas traineiras de outros locais do Brasil – não se concebem como reais responsáveis pelo impacto no ambiente, para serem tratados como os principais alvos de uma fiscalização intensa dos órgãos autoafirmados como competentes. Mas concebem que, no fundamento dessas seguidas fiscalizações (ou, nas palavras, deles “perseguições”), há uma ação conjunta e intencional dos órgãos públicos, ligados às áreas ambientais, para inviabilizar a sua atividade e abrir o caminho para o “progresso” ou para o “desenvolvimento” – entendido na percepção dos pescadores como materializado nas atividades industriais que ocorrem na localidade, tendo como resultado o fim da pesca artesanal na área pela sua inviabilização devido aos impactos da atividade industrial em grande escala.

Nas ciências sociais existem diferentes aportes teóricos que convergem para a



concepção que a vida social, em geral, se organiza variavelmente independente da existência do Estado. Mais precisamente, ao pensarmos a instituição estatal, devemos descartar a possibilidade de atribuí-lo como a evolução positiva maior de uma organização social, e pensá-lo mais como um tipo cultural de ordenamento da vida. Nessa linha de raciocínio, Pierre Clastres (2004) concebe as sociedades indígenas da América do Sul, que se organizavam sofisticadamente sem a necessidade de um aparato estatal. Um exemplo de organização social paralela ao estado é a forma como os pescadores de Ubú e Parati dividiam historicamente os recortes territoriais, onde cada indivíduo ou família iria operar o seu lance de rede, como expõe Josilene Corrêa (2013).

Evidência que coaduna com o contexto de exercício da pesca em Ubú e Parati pode ser encontrada na concepção de direito costumeiro, identificada por Edward Thompson (2005), na antiga Inglaterra do século XIX. Onde, por exemplo, os territórios comuns, como bosques e florestas, passaram a ser ordenados por atores empoderados através do Estado, restringindo assim práticas costumeiras dos camponeses que ali organizavam sua vida, como a caça e a coleta de frutos, ou mesmo um passeio no bosque. O que aconteceu a partir daí na Inglaterra foi algo equivalente a persistência das ações desviantes dos pescadores artesanais de pescarem próximos às plataformas de Petróleo entre outras. Os camponeses derrubaram os cercamentos que os impediam recorrentemente de acessar tais áreas verdes em diferentes momentos.

A perspectiva analítica que concebe a ideia de direito costumeiro também pode ser pensada nas situações em que os pescadores das comunidades, foco desse estudo, ultrapassam a normativa da Capitania dos Portos, que restringe a pesca a uma distância mínima de uma milha da costa. Norma que vai de encontro ao *habitus* (1989) pesqueiro desses indivíduos, que sempre convergiu com uma pesca mais costeira, voltada a distâncias mais próximas da praia, onde se encontram peixes como a pescadinha e o pargo. Além disso, a essa distância é possível ao pescador a realização de uma pesca sem necessariamente depender de uma embarcação motorizada, nem pernoitar no mar.

A forma como os pescadores dessas comunidades compreendem os fatos advindos de sua realidade pode ser entendida em parte como a interação entre os aspectos de seres que formulam suas perspectivas ao viverem na sociedade contemporânea, com acesso a meios corporativos de informação, como televisão, rádio e, em alguns casos, a internet. Alguns desses indivíduos também tiveram, em graus distintos uns dos outros, uma educação formal; frequentaram a escola por alguns anos, conectando-se com o saber desenvolvido na socialidade da pesca artesanal e com o tempo de exercício da vida na pescaria.

São advindas dessas fontes, mostradas acima, as contribuições que ajudam a moldar a

forma pela qual o pescador artesanal compreende o mundo. O que foi caracterizado por Anthony Giddens como um dos aspectos de que em uma vida na “modernidade radicalizada” é nutrida a “reflexividade” dos indivíduos, ao formularem suas impressões sobre suas próprias vidas e sobre as vidas das outras pessoas. Os meios de comunicação massificados influenciam em grande parte a visão do mundo das pessoas, pois passam a ser significativos meios e instrumentos de difusão de informação que vão ajudar a nutrir tais racionalidades, sem reduzir seus respectivos processos de autopercepção e percepção do mundo ao seu redor especificamente a eles (GIDDENS, 1991). Somado as interações cotidianas com pessoas da comunidade, turistas, agentes públicos, atravessadores, comerciantes, pesquisadores de universidades, pesquisadores de empresas de consultoria socioambiental contratadas pelas indústrias em atividade na localidade, o pescador compõe sua “reflexividade” e tem acesso ao significado do discurso que caracteriza o “progresso” como desenvolvimento econômico e tecnológico-industrial, materializado na atividade industrial em exercício na porta de suas casas e de seus locais de trabalho.

### **2.3.2 Sobre os processos produtivos da pesca**

No território onde estão localizadas as comunidades vizinhas de Ubú e Parati existem diferentes formas de a pesca ser exercida; pensadas a partir do tipo ideal de “pesca artesanal”, pode ser caracterizado como um conceito que se refere a uma pesca exercida na contemporaneidade, que reúne características como o baixo impacto no meio ambiente circundante, a pouca capacidade de produção. Nesse caso, a intensidade de captura de pescados, em comparação a pesca das traineiras e outras formas de pesca industrial; além de também possuir aspectos considerados dentro da noção de pesca artesanal, a organização variavelmente comunitária da companhia de pesca e em alguns casos da posse dos instrumentos (DIEGUES, 1983). De certa maneira, a categoria mostra-se em convergência com o não usual estabelecimento de uma empresa de pesca que objetiva a expansão constante de seu poderio produtivo e da conversão dos frutos advindos da atividade da pesca em investimento nesse processo produtivo. Visando essa possível expansão de suas capacidades, isso pode ser caracterizado como uma relação não embasada estritamente na racionalidade capitalista (FRAXE, 2011), apesar de os pescadores de Ubú e Parati lidarem com relações características ao mercado.

Ao me referenciar na análise dos tipos de pesca observadas em Parati e Ubú, a partir da tipificação de Antônio Carlos Diegues, não penso em encaixar a atividade em um modelo, mas usá-lo como referência enquanto estiver enxergando algumas conectividades entre as evidências encontradas pelo autor – que é referência no Brasil nos estudos voltados não somente à pesca artesanal, mas nas relações entre os diferentes agrupamentos humanos e o ambiente circundante – e os fatos decorrentes dessa pesquisa. Por isso, também problematizo a linha tênue que separa e ao mesmo tempo liga os modos de vida da pesca artesanal, como populações marítimas e suas relações com a sociedade de maior escala, como nos sugere também Diegues (1998).

Essas ligações em diferentes níveis de proximidade – relações fronteiriças entre sociedade de maior escala e populações pesqueiras – já foram problematizadas desde o começo deste texto, a partir das reflexões sobre a própria concepção de cultura e pesca artesanal, além do *saber fazer* que permeia a atividade, trabalhados no primeiro capítulo. E encontradas em tópicos anteriores ao presente capítulo, na exposição de fatos relativos às relações comunitárias inter-relacionadas a pesca e também do âmbito normativo, exógeno a formulação do *saber fazer* da atividade, que abrange o exercício da pesca artesanal e a ordenação de sua espacialização.

Ora, se as culturas dos povos em quase todas as suas manifestações devem sua forma ao estabelecimento de relações com outros agrupamentos culturais e sociais, através de graus distintos de proximidade e de interferência mútua, posso pensar a pesca artesanal como exemplo característico de um modo de vida limitado e possibilitado em sua substância pela relação entre influências exógenas e endógenas, humanas e não humanas (INGOLD, 2000; WOLF, 2005, BOAS, 2011, BARTH, 2000), porém todas ambientalmente situadas.

Mas que ao mesmo tempo possuem, como modo de vida, especificidades contextuais, como é o caso dos pescadores de Ubú e Parati, que fazem a mediação social da realidade presente em seus contextos na construção de suas características pescas artesanais, sem receberem com passividade as influências externas a comunidade. Também sem denotar que esses indivíduos possuem um vetor de força com a mesma intensidade que alguns processos que vem de encontro a eles, como são o tempo mercadológico característico ao modo social de produção vigente na sociedade urbana de maior escala, que é ramificado em diversas influências na pesca artesanal dessas comunidades.

Uma contribuição que norteou esse raciocínio na problematização entre pesca artesanal e sua constante e circunstancial recontextualização está contida nas reflexões de Winifred Knox (2007), já anteriormente expostas neste texto no capítulo um. É a sua

categorização da “pesca artesanal” como pesca “pós-artesanal” que – ao invés de servir como um modelo teórico anterior à realidade, feito com o intuito de generalização – é, de certa forma, um apontamento para uma especificidade relativa à pesca artesanal. Um registro de interação entre grupos sociais distintos, com influências externas à própria comunidade – por sua vez, transformada, na constituição das pessoas dos pescadores e da própria pesca artesanal, no processo de internalização dessas influências que vem do âmbito exterior para esses agrupamentos sociais.

A autora pensa, em sua análise, a partir das pescas situadas na praia de Pitangui no Rio Grande do Norte, evidenciando aspectos da mudança na pesca: como as relações sociais existentes entre os próprios membros da comunidade, e desses indivíduos com pessoas exteriores ao grupo, ocasionam a forma como a atividade haliêutica passa gradualmente a aumentar o seu inventário instrumental e tecnológico. Onde se compra, ao invés de produzir, artefatos fornecidos por saberes e práticas exteriores a própria experiência da pesca, e que se encaixam e dão forma, assim como são assimilados, caracteristicamente, a maneira como a atividade se desdobra, produzindo diferentes reações sobre os grupos pesqueiros. Isso também indicou, quase dez anos antes, Antônio Carlos Diegues, no livro “Ilhas e Mares” (1998).

### **2.3.3 Sobre os *petrechos* de pesca e a manutenção das embarcações**

A partir da exemplificação de uma característica que posta a pesca artesanal conceitualmente no âmbito do “pós-artesanal”, que é a composição de seu instrumental, é de onde iniciarei as explanações relativas ao processo produtivo característico às pescas artesanais de Ubú e Parati. Essa exposição foi viabilizada pela minha interação com os pescadores artesanais durante o trabalho de campo. Não acompanhei de fato nenhuma empreitada de pesca em exercício no mar, durante uma pescaria, mas pude presenciar outras partes do processo produtivo. Também angariei relatos com os pescadores, que me permitiram reflexões sobre a atividade. Este texto é resultado de uma interpretação acerca da análise da pesca pelos pescadores artesanais dessas duas localidades, com os quais tive a oportunidade de me comunicar.

As pescas artesanais exercidas pelas pessoas das comunidades de pescadores de Ubú e Parati estudadas aqui, dividem-se entre pesca de rede, pesca de espinhel, pesca de linha e pesca do polvo de armadilha, chamada pelas pessoas da comunidade como pesca de “pote” ou de “caneco”. Nenhuma dessas pescas constitui seus respectivos processos produtivos com matéria encontrada estritamente no ambiente local, além de também não construir a totalidade

dos instrumentos utilizados na pesca, como usualmente acontecia em um tempo passado, também explanado nesse texto.

A relação dos pescadores que não possuem seus instrumentos com os sujeitos não pescadores que produzem é mais complexa do que a relação do “forte com a do fraco”, como nos diz Certeau (1998), por conta dos diferentes graus de complexificação e adensamento do processo produtivo, que vai desde a escala industrial a uma menor escala – porém também modernamente tecnicizada.

Os pescadores, apesar de não mais produzirem a totalidade de seus instrumentos, como acontecia com a pesca de subsistência do passado e também com a pesca mais contemporânea aos dias de hoje, estabelecem formas características de assimilarem esses produtos na pesca artesanal. Assim como angariam e desenvolvem maneiras de com esses artefatos lidarem. Como o pescador que compra a linha de náilon, mas tem que deter o saber de trançar a rede, se escolhe e tem a oportunidade de pescar de rede, pois não há (na fala de pescadores sobre a atividade) produção de excedente que de certa forma compense pagar alguém para remendar e trançar esse instrumento.

O pescador que se utiliza da rede para chegar até o peixe também tem que pensar o tamanho da malha do artefato. Em outras palavras, o tamanho da área dos múltiplos orifícios, pertencentes a uma rede trançada, interfere nos tipos de peixes que serão pescados ou não. Concomitantemente, também a forma de trançar a rede é aspecto ordenado por uma legislação. O que faz com que o ato de burlar tal norma, com um tamanho “indevido” de sua malha de rede aos olhos do Estado, faça o pescador sofrer sancionamento, como apreensão desse material e até mesmo sua reclusão em cárcere.

O uso desse artefato como instrumento fundamental na pesca de rede também é um componente significativo da ligação do pescador com o ambiente em que a atividade é exercida, como a forma que a interação da rede com o mar chega ao pescador que a manuseia como percepção e engajamento no ambiente (INGOLD, 2000). A partir dessa interação decorrem-se imputações sobre a realidade em que a pesca é exercida da parte daqueles que exercem tal vínculo com esse ambiente que é caracteristicamente situado em graus diferenciados e entrecruzados de co-apropriação, entre pescas, turismo e atividade industrial.

È através da rede que de certa forma o pescador cataloga o fundo. Com essa usual interação, conhece as nuances desse espaço, assim como aquilo que geralmente ali está contido e o que foge de sua respectiva normalidade, como nos mostra (VOGEL & COLAÇO, 2005) sobre a forma como os pescadores da lagoa feia em Campos, no estado do Rio de Janeiro, produzem cotidianamente conhecimentos sobre as sessões e diferentes áreas relativas

ao fundo dessa lagoa.

Um exemplo da rede como instrumento de percepção do ambiente se encontra no relato de um pescador, desde que nasceu morador da localidade de Ubú, sobre as atividades da Samarco mineração. A empresa começou a operar e periodicamente expandir seu processo produtivo, assim como manter sua operação na localidade com as seguidas dragagens. Estas, segundo os pescadores das comunidades estudadas, se processam da seguinte maneira: ao cavar o fundo do mar, os detritos acumulados nessa profundidade são remexidos, assim como os efluentes industriais despejados pelas atividades da empresa. Concomitantemente, quando a rede é inserida no mar acaba por também, na busca por peixes, coletar os detritos em excesso na forma de rochas soltas no fundo do mar, que danificam e até rasgam o instrumento, que também é marcada em sua coloração, quando a mesma é retirada do mar e sai do contato com a matéria acumulada no fundo.

Outra percepção ambiental proporcionada pelo petrecho é quando o pescador de vez em quando percebe que uma baleia passou no caminho que estava a sua rede e a carregou. Uma visita não muito agradável em sua perspectiva, pois o prejuízo relativo ao seu instrumento de trabalho é bem significativo devido às suas condições econômicas de pescador artesanal.

O pescador de rede também usa periodicamente, quando vê a necessidade, o espaço da praia anterior a de Ubú, no sentido Guarapari para Anchieta, para lavar a sua rede. Há também o processo de remendar, que se estabelece como parte significativamente grande da pesca em geral. Pois diariamente, ao voltar da pesca, ele descarrega aquilo que pescou com a rede, e passa a verificar se no instrumento há algum dano. Se houver, passa a remendá-lo com uma agulha específica na praia em frente a sua casa, onde também interrompe a lida com a rede para almoçar e descansar, por aproximadamente entre uma e duas horas, e depois voltar para finalizar o trabalho diário na rede.

Os tipos distintos de tamanho de rede são usados conforme acompanham os ciclos das espécies, que se dividem entre o ciclo da espécie, identificado pelo pescador, e os ciclos de defeso do IBAMA. Portanto, nessa relação com os ciclos da pesca o pescador utiliza um tipo específico de rede por uma média de três meses, em vista de uma captura bem-sucedida, como me disse um experiente pescador de rede.

A pesca de linha e a pesca de linha de espinhel requerem manutenção com os anzóis e com as linhas de náilon, que pelos pescadores foram compradas em um nível que parece ser menos cotidiano e intenso do que o trabalho diário de remendar redes de pesca, sendo que no espinhel e na pesca de linha existem apenas a substituição dos anzóis e das linhas danificadas

com o tempo de uso.

A pesca de polvo na armadilha reúne uma relação interessante entre pescadores artesanais e os instrumentos de captura, pois apesar de a matéria para a confecção do petrecho ser comprada, o trabalho de construção artesanal das armadilhas é feito pelos companheiros de pesca, que efetivará a captura a partir dela. Além disso, os materiais usados não foram produzidos para que fossem utilizados na pesca, a sua utilização é de responsabilidade da criatividade dos que idealizaram esse tipo de instrumento para captura.

Os canecos ou potes de pescar polvo são produzidos ao se cortar em várias partes canos feitos de PVC. Posteriormente, mergulha-se essas partes em água fervente, para então ser possível dobrá-las em uma de suas extremidades, tapando um de seus orifícios, fazendo dois furos para poder pendurá-las com a linha e ligar um pote ao outro em carreiras. Depois de prontos os potes, os pescadores vão até o barco para ajeitá-los, pendurando-os até chegar a hora de largá-los nos locais específicos.

A inspiração que contribuiu significativamente para a concepção desse tipo de pesca pelos pescadores dessas regiões – assim como para a ideia de construir o artefato fundamental de seu exercício –, ocorreu há alguns anos, quando, segundo um pescador artesanal, houve a apreensão pelo IBAMA de um grande barco de Santa Catarina, que fazia uma espécie de pesca de polvo no pote, mais caracterizada como uma operação industrial com instrumentos mais sofisticados e mecanizados, onde a escala de captura era maior e também mais impactante nos recursos marinhos. Gradualmente, quando os pescadores foram tomando nota desse tipo de pesca, desenvolveram seu próprio instrumental, que abrange uma quantidade menor de polvos e, segundo alguns desses pescadores, tem impacto menor que a técnica em versão industrial, já que muitas vezes o polvo entra na armadilha com o intuito de desovar.

A fusão de instrumentos exteriores ao *saber fazer* da pesca, a própria atividade pesqueira dá-se no âmbito das relações sociais, ou seja, alguns indivíduos confiam na sua utilidade, passam a usar e assim os outros começam a refletir ou não sobre a possível assimilação da nova necessidade. O pescador avalia sempre a possibilidade de uso, portanto, nesse movimento heterogêneo, alguns instrumentos são usados por uns, mas não por outros, alguns são substituídos, outros prevalecem. Como é o caso do GPS que se mostra útil, na perspectiva de um pescador mais antigo, somente em distâncias mais longas, onde não existe mais a terra para o navegador se referenciar durante a navegação. Porém existiam técnicas de navegação, sem o continente como referência, em tempos mais antigos, quando o uso de GPS não era difundido. O que nos leva a pensar que o uso desse instrumento altera a forma do saber do pescador, que pode pescar sem dominar distintas técnicas de mestrança, como é a

navegação.

Um pescador de Ubú me relatou sobre seu filho, dizendo que quando o mesmo vai pescar em locais distantes (pesca impossível de ser exercida no que tange ir e voltar no mesmo dia), entra no barco de madrugada, dorme e só acorda na hora de pescar, diferentemente do pai que, quando ia pescar nas mesmas distâncias, ficava acordado ao lado do piloto do barco, no intuito de aprender as técnicas de navegação. Isso porque, quando tivesse o próprio barco, poderia exercer a mestrança – afinal, já estaria apto a tal empreitada, navegar nas águas do mar, pois na época esse senhor não concebia o uso do GPS na pesca, pela dificuldade de acesso.

Outra responsabilidade fundamental que possui o pescador é a manutenção das embarcações, um trabalho de incumbência do dono da embarcação e/ou mestre da pesca. Esse encargo dos consertos e reparos em uma embarcação defeituosa é usualmente terceirizado a outros atores que não necessariamente são pescadores, a não ser quando se trata da pintura que em alguns casos é uma tarefa exercida com gosto pelo pescador. Alguns reparos mais simples, feitos nas baiteiras, são algumas vezes realizados pelos pescadores por conta da facilidade na manutenção, pelo seu tamanho menor em comparação aos barcos a motor.

Em uma conversa com um mecânico de embarcações, que estava no começo da praia de Parati, pude ter acesso a algumas informações sobre o funcionamento e manutenção do motor dos barcos de pesca. Esse mecânico reside em um município a aproximadamente 15 km de Parati e de Ubú, chamado Piúma, onde também existe forte atividade pesqueira artesanal. Essa pessoa possui afinidade com a pesca, pois já pescou camarão através das redes de arrasto em um município chamado Mucuri na Bahia. Ele fala que essa sua experiência de pesca o faz mais suscetível de exercer os reparos nos barcos, principalmente quando ele conserta as embarcações no mar, que ficam balançando com o movimento da maré, sem esse indivíduo ao menos sentir náuseas.

O custo de seu serviço como mecânico é por hora direcionada ao trabalho, mas o preço desta hora varia conforme o cliente. Por exemplo, para os pequenos pescadores artesanais, donos de somente uma embarcação, pobres de dinheiro e sofrendores devido à vida difícil no mar – segundo sua concepção –, o custo de seu trabalho é baixo, proporcional ao seu entendimento acerca do que é *justo*. Já para os donos de várias embarcações ou outros clientes abastados, ele faz o que propriamente chama de *meter a faca*, ou seja, cobra mais caro em sua mão de obra. Essa variedade de preços por um mesmo serviço remete a uma moralidade regendo as leis de mercado, que são inerentes ao modelo econômico monetário capitalista e, de certa forma, é uma organização socialmente dada das relações de mercado, uma “economia



moral” atomizada na forma como o mecânico estabelece o preço de seus serviços (THOMPSON, 1998).

Os custos de um motor de barco novo característico da pesca artesanal pode custar em média 25 mil reais. Os barcos podem ficar em média três anos sem necessitarem de manutenção e a embarcação dura décadas. O senhor mecânico diferencia os motores mais antigos das embarcações mais novas a partir dos seguintes critérios: rotações – os motores mais novos possuem uma quantidade de rotações mais alta do que os modelos mais antigos, força – os motores mais novos, devido a sua maior quantidade de rotações, podem exercer maior força ao impulsionar tais embarcações. Os mesmos critérios se aplicam a velocidade alcançada pelo barco.

O mecânico também caracterizou as exigências e as consequências no motor de cada tipo de pesca: o lance de rede e a posterior mira exigem pouco do motor da embarcação, pois só há necessidade de ir até o pesqueiro fazer o lance da rede que fica submersa e, posteriormente, no final do dia, ir até lá *mirar*, ou seja: pegar os peixes capturados na rede.

A pesca do polvo, feita de linha, só exige do motor quando o mesmo reboca as baiteiras para os locais de pesca ou aos pesqueiros, mas, posteriormente a esse momento, as embarcações fazem a caída, se utilizando da energia do mar sem a necessidade da utilização do motor, no movimento das marés.

A captura dos peixes pelo espinhel exige bastante do motor da embarcação devido as maiores distâncias; outro fator que converge com a exigência do motor é a constante alternância de pesqueiros, também a geladeira, que comporta grande quantidade de peixes. Portanto, exercendo peso na embarcação – por isso exigindo mais do motor.

A pesca feita de linha exige pouco do motor por conta da curta distância percorrida para ir de encontro ao pesqueiro, e a menor capacidade de armazenamento em sua geladeira devido à ida e a volta no mesmo dia.

Outra forma de manutenção ocorrida com as embarcações é o conserto que ocorre nos estaleiros, que são estruturas em que se pode retirar o barco do mar ou do rio para lidar com sua estrutura. Como no caso da embarcação da pesca de polvo utilizada por um pescador, com o qual mantive contato durante o trabalho de campo, que foi para o estaleiro ter a estrutura consertada, pois estava permitindo entrar mais água no barco do que o limite aceitável a uma navegação segura para a tripulação.

Existem dois estaleiros em Anchieta e, aproximadamente, cinco no município de Piúma. A embarcação é puxada da água até o estaleiro por um mecanismo que nela se encaixa, uma espécie de trilho que retira a embarcação da água. O conserto muitas vezes é

necessário, usando-se das instalações do estaleiro devido a essa estrutura ser capaz de suspender o barco da água, algo inviável sem o estaleiro. Pois não há como consertar sua estrutura estando o barco na água, independente da gravidade do dano na estrutura do barco.

### **2.3.4 O saber e o fazer da pesca e a circulação do pescado**

A socialidade da pesca abrange toda a vivência cotidiana dos pescadores, inclusive quando eles não estão pescando, como nos momentos anteriores e posteriores ao próprio exercício da atividade. Assim são as conversas na praia, onde eles analisam o tempo e as condições de se ir pescar; também é nesse lugar que as crianças começam a se familiarizar com a atividade da pesca, em que a simulação da atividade dilui-se nas brincadeiras, ao se usarem nelas alguns instrumentos ou objetos usados nos barcos dos seus parentes. Como quando um dia estava na prainha, no começo de Parati, e observei algumas crianças, que têm parentes na pesca, exercendo a tentativa de se pegar alguns peixinhos com uma lona transparente.

Um pescador de meia idade – que pesca polvo de linha e polvo nos “potes”, além de já ter a oportunidade de pesca de espinhel – me disse que começou a ficar íntimo da pesca e também aprender os atributos inerentes ao exercício da atividade quando o seu pai o mandava ir de baitera a remo até o barco a motor que ele utilizava para pescar; para, então, limpá-lo, através da retirada de água em excesso que vai sendo acumulada no barco durante uma pescaria. Essa tarefa se tornava difícil para uma criança, que ainda não possuía a predisposição física para aguentar o balanço do mar dentro do barco sem intercalar as suas tarefas com a náusea. Quando terminava sua tarefa, voltava de baitera para as proximidades da praia, pulava na água e ficava boiando, em uma tentativa de curar sua ressaca advinda da tarefa no balançar do barco. Por fim, quando chegava a casa, sua mãe já percebia o que antes ele estava fazendo ao notar a palidez do seu rosto, que contrastava com sua usual pele morena.

A maioria dos pescadores de Ubú e Parati aprendeu a pescar quando ainda eram crianças, com o auxílio de algum parente, que podiam ser pais, tios, primos ou irmãos mais velhos. Os saberes relativos à atividade são assimilados, pelo que pude entender até aqui, no exercício e na observação dos mais jovens para os pescadores mais experientes. Os atributos para se pescar podem ser sintetizadas na palavra *safo*, dita por um pescador em uma conversa nossa. De *safo* entende-se um estado de alerta constante, concentração que faz com que o pescador possa responder às situações dinâmicas de pesca.

Além de *safo* ser um atributo mais geral, existem as aptidões relativas à função do mestre da pesca, cuja atuação abarca necessariamente noções de navegação e de localização dos pesqueiros; se não usa o GPS, precisa ter segurança em seu saber. A maioria dos *saberes fazeres* relativos às mestranças é aprendida na pesca e na observação de outros indivíduos pescando. Cada vez que são utilizados, se aprimoram e desenvolvem maior sofisticação. O processo contrário também ocorre, pois se o saber não é utilizado, ele vai perdendo gradualmente a sua sofisticação. Assim já foi afirmado nesse texto, quando da abordagem da influência do GPS no desenvolvimento dos saberes de navegação, inerentes à pesca artesanal marítima.

Outro fato concernente a socialidade pesqueira é a formação da companhia de pesca que vai para o mar. Os pescadores usualmente se juntam para pescar, na forma de relações de parentesco ou de relações comunitárias. Esses indivíduos começam a pescar com algum parente que já possui o barco, ou podem procurar algum outro morador da comunidade que pode lhe ofertar participação em uma empreitada de pesca. A formação de uma companhia de pesca se materializa através de um percurso anterior a pescaria, que geralmente é orquestrado pelo dono da embarcação, o que também expressa uma dificuldade extra para o sujeito que possui o barco e os instrumentos. Os critérios para a escolha de tripulantes nos dias de hoje está relacionada à posse de carteirinha de pescador (devido ao medo da multa ou da apreensão da carga pescada pela fiscalização) pelo proponente, alguma experiência na pesca, mas que não necessita consistir em um saber muito desenvolvido e se o indivíduo é conhecido por alguns dos membros da tripulação ou por alguém do seus círculos de relações sociais. O que também significativamente conta no momento de adentrar uma empreitada de pesca é a disposição e o compromisso com a atividade coletiva da pesca que o indivíduo propõe-se a participar deve possuir.

O trabalho de se formar uma tripulação é mais acentuado nas embarcações que vão para empreitadas de pesca que excedem os dez e beiram os vinte dias. Esses barcos também possuem capacidade de abrigar até seis pessoas, fator que contribui para que a dificuldade de se achar companheiros de pesca seja maior que em outras embarcações.

Existe também um modelo de formação de grupo de pescadores, que é mais fixo, em que esses indivíduos já possuem um vínculo e um compromisso de pescarem juntos, possuindo instrumentos e até mais de uma embarcação que pertence ao coletivo, como são alguns dos pescadores que pescam polvo de linha. Outro modelo fixo de relações entre companheiros de pesca é relativo a pescadores que são parentes e pescam sempre juntos, como indivíduos que pescam entre irmãos e pais que pescam com os filhos.

A preparação para pescar varia conforme o tipo de pesca que é exercido. Para uma pesca de linha mais costeira, de ir e voltar no mesmo dia, os preparativos consistem em adquirir algumas iscas. No caso da pesca de linha, usam-se camarões, às vezes pescados em um local próprio ao conhecimento dos pescadores; e, em alguns casos, quando o pescador dispõe de condições financeiras e está motivado a isso, podem ser comprados em Guarapari. No caso da pesca de linha no qual se objetiva o polvo, são pescados pequenos peixes como o pargo e a michova – que, quando são tratados como isca, são chamados de “parguinho” e “michovinha”, por serem os exemplares menores pensados para esse uso. Se não forem utilizadas no próximo dia não serão mais lançadas como isca ao mar, pois, para pegar o polvo, os pescadores dão preferência às iscas mais frescas possíveis.

O que pude perceber é que as pescarias que vão durar muito mais que um dia, entre dez e vinte, requerem maior atenção prévia à empreitada de pesca, necessitando de mais procedimentos. Não somente devido ao tempo maior que as mesmas ficam no mar, mas ao seu tamanho, à quantidade de tripulantes presentes e quantidade de peixe que nela será acumulada. Método diferente das pescas de ir e voltar no mesmo dia, que são feitas com embarcações menores, com uma tripulação menor e que pescam uma quantidade pequena em comparação as embarcações maiores.

Nessas embarcações a motor, de maior escala que os barcos a remo e os de pesca mais costeira, são realizadas a pesca de espinhel e de linha de fundo, focando-se o dourado, entre outros peixes, que podem chegar a ser capturados, como o atum e a sarda cavala. Os barcos são abastecidos com óleo e gelo, adquiridos com os fabricantes de gelo que, em alguns casos, também são atravessadores, com os quais os pescadores combinam a venda do peixe, anteriormente a pesca.

A pesca de espinhel é realizada em abrolhos. O lançamento de espinhel acontece entre três companheiros, um bota a isca no anzol, um segundo a passa para uma terceira pessoa, que os lança. A pesca de espinhel de superfície pode ser entendida como mais branda por consistir somente em largar os anzóis com as boias. Os pescadores ficam postados em vigília em relação ao aparato de pesca, diferente da pesca de linha de fundo, em que os vários anzóis devem ser manipulados constantemente pelos pescadores em vista de verificar se houve captura.

No tipo de pesca artesanal de até seis tripulantes, todos pescam, mas, além de pescar, alguns possuem tarefas específicas, como é o caso do cozinheiro, do gelador e do mestre da pesca. O primeiro dedica-se mais à cozinha do barco, preparando todas as refeições nos horários em que os pescadores estiverem com fome, também deixa café sempre à disposição

para a tripulação. Item fundamental para pesca, como me afirmou um pescador de Parati, pois o café proporciona a energia e o estado de alerta necessários à dinâmica da pesca. A segunda função se trata do gelador, o indivíduo que organiza a geladeira do barco, onde os peixes pescados são armazenados. Essa função é essencial à pesca, pois é responsável por manter em bom estado o peixe, pescado no primeiro dia, até o término da atividade, que pode se alongar por até vinte dias. Para isso, o gelador deve ter noção da quantidade exata de gelo e a melhor forma de posicionar cada peixe na geladeira.

O mestre da pesca é o maior responsável pelo desenvolvimento da pesca em uma empreitada. Ele pode ser entendido como o líder, o gestor da atividade e detentor do saber legítimo da pesca. Navega com a embarcação atento às adversidades da maré, além de ter o cuidado com os equipamentos da pesca; como a necessária atenção relativa ao trânsito constante de navios na região onde os pescadores de Parati e Ubú pescam, já que as grandes embarcações podem passar levando os caros *petrechos* da pesca. Esse pescador fica literalmente em pé e aguenta quase todo o tempo da pesca, e cobra os outros pescadores pelas suas funções, informando-os sobre a rotina do barco; quando avisado pelo cozinheiro de que a comida já está pronta, convoca a tripulação para fazer as refeições. Com o fim da pesca, é trabalho do mestre da pesca limpar a embarcação, não necessariamente ao momento imediato do desembarque.

Agora descreverei mais três tipos de pesca, aos quais tive acesso e pude aprender sobre com os relatos dos pescadores artesanais, durante as interações. São estes: a pesca de linha nas baiteiras, a pesca de polvo de linha também nas baiteiras a remo, a pesca de rede e a pesca do polvo no pote.

A pesca de baiteira, na fala de alguns pescadores, mostra-se recorrente e bastante efetiva nos momentos em que as pescadinhas estão mais próximas à praia. Nas épocas de janeiro e fevereiro, por exemplo, quando esse momento passa, deve-se navegar para mais longe para se encontrar outros peixes, entre duas a três horas de distância. O pescador, na maioria do tempo de pesca, manipula ao mesmo tempo duas a três linhas. No caso do pescador que me deixou ciente das características da pesca de linha, manipulava três linhas simultaneamente, já seu irmão, e também companheiro de pesca, manipula duas linhas paralelamente.

Mesmo quando estão em embarcações motorizadas, nem sempre os pescadores de linha usam o GPS. Apesar da ascendência desse material como instrumento da pesca, eles localizam os pontos de pesca através da triangulação com a terra e usam de referências, formações rochosas e construções humanas. As dificuldades de navegação multiplicam-se

quando a distância percorrida mar adentro gera a falta de visão do continente para servir de referencia.

As etapas da pesca artesanal do polvo com linha de náilon começa em fixar a isca no anzol, que é postado logo acima da *pruma*, peça que é uma espécie de peso de cerca de dez centímetros, usada no intuito da linha chegar ao fundo tendo em vista que o polvo percebe a isca e empreenda um ataque na mesma grudando-se com força. Pois, segundo o pescador que me fez esse relato, *a mordida do polvo é forte*, por isso torna-se possível trazê-lo do fundo até a superfície enganchado no anzol – porém, mesmo com a mordida forte, corre-se o risco de o animal soltar-se e fugir. Logo que o anzol fisgado volta à superfície e ao barco, o polvo é tirado bruscamente e afligido por um golpe fatal de faca, pois é hostil e pode atacar o pescador agarrando-se nele através de sua mordida.

Para sentir se o polvo fisgou a isca fiada no anzol, puxa-se sutilmente a linha para verificar o seu peso, consciente também de que pode ser, como algumas vezes é, uma pedra ao invés de um polvo fisgado. As linhas com as iscas são distribuídas entre popa (a parte traseira da embarcação) e a proa (parte dianteira) de todas as embarcações envolvidas. A atividade da pesca do polvo dá-se no movimento da maré que leva as embarcações, na chamada *caída da maré*, com as prumas e os anzóis arrastando no fundo do mar.

A movimentação dos pescadores é constante. Há a verificação de captura entre as linhas, o que impossibilita o pescador, durante o processo, de fazer qualquer outra coisa na embarcação; necessitando-se, nessa dinâmica, de que o sujeito da pesca seja *safo*.

A pesca de polvo, realizada pelo pescador com o qual eu mais interagi e obtive relatos sobre esse tipo de pesca, dá-se entre cinco companheiros que utilizam três baiteiras a remo e uma embarcação a motor. Primeiramente, eles se direcionam até a embarcação a motor com as baiteiras, amarrando-as no barco, para então irem até o ponto em que iniciarão a caída (navegação a partir da força da maré), onde há polvo, pesqueiro localizado pelo mestre de pesca. Depois cada indivíduo se posta nas baiteiras e um fica na embarcação a motor para também pescar. As embarcações são levadas pela maré e depois quando o sujeito no barco percebe que aqueles pesqueiros já deram o que tinham que dar, vão recolhendo cada baiteira, amarrando-as sem tirar os pescadores, dispondo os mesmos novamente no movimento da maré, em um processo denominado de *emendar a maré*, que, após ser repetido algumas vezes, encerra a pescaria do dia.

O próximo processo de pesca realizada em Parati e Ubú a ser caracterizado nesse espaço é chamado pelos pescadores de pesca de polvo no *pote* ou *caneco*. Esses nomes se referem à armadilha utilizada para a captura do polvo. A pesca do polvo no *pote* é exercida em

águas mais profundas do que a pesca desse mesmo animal exercida com linha, e consegue capturar polvos maiores por ser exercida em mares mais distantes e profundos em relação à praia. Ela acontece quando as águas mais próximas se encontram no vento sudoeste ou na calmaria, que são duas variações ambientais que não favorecem a pesca de polvo feita com linha e anzol.

A captura com armadilhas consiste no fato de os pescadores deixarem, no fundo do mar, diversos recipientes em formato de pote, amarrados em linhas, no intuito de que os polvos façam desses locais suas casas. Porém, para que esse processo ocorra e resulte na captura do animal, deve-se esperar aproximadamente entre dez e doze dias, para então recolhê-los. O molusco faz desse recipiente sua morada, protegendo sua entrada com pedras até o momento em que sua residência mostra o verdadeiro motivo de estar lá postada, convertendo o morador em capturado, ao serem recolhidos os potes. Levam-se cerca de três horas e meia para chegar até os lugares onde são deixadas as armadilhas para a pesca, e cerca de três horas para arrumá-los na embarcação anteriormente ao ato de pescar.

Ao usarem a rede os pescadores de Ubú e Parati chegam a captura dos peixes, através de saírem nas ultimas horas da madrugada para lançarem os artefatos nos pontos de pesca, os denominados por eles de pesqueiros. As redes são estendidas no fundo do mar, marcadas com boias e lá deixadas até o final do dia ou até o outro dia, quando os pescadores irão lançar algumas outras redes e mirar as que foram deixadas no dia anterior, as trazendo para o barco.

Após o desenrolar de uma pescaria, em todos os casos, há o descarregamento dos frutos da atividade. Esse processo ocorre quando os pescadores chegam a terra e não se desenvolve necessariamente no momento imediato após a chegada de uma pescaria. Primeiro os pescadores efetuam uma refeição e, em alguns casos, principalmente se esses indivíduos chegarem à noite ou de madrugada (como foi o caso de uma chegada e posterior descarregamento de uma empreitada de pesca de polvo no pote que eu presenciei), irão dormir até de manhã, para então começar a descarregar o pescado.

Pude presenciar, de fato, um descarregamento em que já sucessivamente ocorreu a venda e, em outro caso, estive presente na pesagem e na venda de polvos que já haviam sido descarregados; ouvi ainda imputações sobre esse tipo de processo em minhas conversas com os pescadores artesanais dessa região. Pude acompanhar o desembarque de uma pesca de dourado, em que foi usado o espinhel como mecanismo de captura do peixe; essa empreitada de pesca durou doze dias. Em outro momento pude presenciar a pesagem e a venda de polvos que haviam sido capturados em armadilhas postadas também a, aproximadamente, dez dias antes do desembarque. No primeiro caso houve o descarregamento direto do barco para o

carro dos atravessadores, e, no segundo, passaram-se os polvos da geladeira do barco para caixas de isopor em terra, para depois ser efetivada a venda.

A tripulação da pesca de polvo no pote que acompanhei chegou a casa por volta de uma da manhã e, mais tardar, ainda no período matutino, os atravessadores ligaram conforme havia sido combinado o momento da venda, anteriormente, com os pescadores. Dessa forma, os polvos são pesados em uma balança que se arma na frente da parte traseira do veículo que, nesse caso, era um carro com o bagageiro fechado e isolado para que se mantenha uma temperatura fria. Assim deve ser, tendo em vista a manutenção da qualidade da carne dos animais capturados, que estavam realmente frescos como me demonstrou um pescador conhecido, com o qual conversei durante o ocorrido, ao colocar o dedo na ventosa do polvo e ela aderir a sua pele como se esse ser marinho ainda estivesse vivo.

No caso do descarregamento do dourado, acompanhei um processo bem mais lento do que a venda dos polvos descrita logo acima, que se processou envolvendo uma quantidade maior de pessoas participando e acompanhando tal situação. O descarregamento começou com um pescador indo até o barco que continha o pescado estocado. Esse indivíduo chega até a embarcação ancorada próxima à praia, e caminha dentro da água enquanto “dá pé” até chegar quase na baiteira, fazendo um pequeno trecho final a nado. Ele, então, sobe na baiteira e rema até o barco maior; quando já está sob a embarcação, amarra o transporte a remo na parte traseira da embarcação a motor que cotinha o peixe.

Depois de uma comunicação aos gritos com o motorista da van que levaria o pescado para os empresários e atravessadores donos das fábricas de gelo em Guarapari, foi decidido o melhor local. Dentre toda a praia para a descarga do pescado, assim, foi decidido que eles iriam dar início ao descarregamento dos peixes no lugar onde o carro pudesse esperar em um terreno plano por conta da quantidade de peso que o veículo terrestre iria carregar. A manobra alongou-se, pois a embarcação teve que dar volta sobre uma ilhota que possui um contorno rochoso, parando finalmente em uma distância de aproximadamente 30 metros da praia.

A estrutura do desembarque consistia em um carro, mais precisamente, uma van com a porta dos fundos aberta. Esse veículo aparentava ter sido adaptado para manter a carga gelada: possuía a cabine do motorista e lugar para um carona, a parte traseira era toda fechada e sem janelas, o interior desse local era recheado por gelo postado no intuito de armazenar e conservar o peixe no trajeto até o local da venda. Os responsáveis pelo carro e pelo serviço de aviamento reclamavam da falta de gelo relativa à quantidade de peixes e a distância que haveria de ser percorrida sem a devida quantidade de gelo para manter a carga fresca.

Posicionada em frente às portas traseiras do furgão, estava uma caixa de plástico



comumente utilizada em peixarias. Com uma forma retangular e a profundidade de pouco mais de um palmo, ela se encontrava com a boca virada para baixo. Sob essa caixa estava a balança que iria pesar o fruto da pescaria antes dos mesmos serem postados no furgão.

Ao redor do processo, além de mim, se encontravam indivíduos que pareciam ser funcionários das empreiteiras em função da Samarco mineração. Eles estavam de folga, suas conversas eram embaladas por doses intervaladas de cachaça – que se encontrava em pequenos recipientes denominados popularmente como “meiotas” – acrescidas de limão espremido pelos degustadores que ali admiravam o tamanho dos peixes, trazidos do barco motorizado para a praia de baiteira, da areia até uma rampa que a ligava à rua, e dessa rampa eram organizados em montantes para serem pesados. Os peixes eram transportados de dois em dois ou de um em um, conforme o tamanho do espécime. Eles eram segurados pela base de suas caudas, um dos indivíduos que os carregava constatou que *nada corta mais do que o rabo do dourado*, em uma tentativa de justificar o uso por ele de um par de luvas, acessório não utilizado por todos que estavam envolvidos em carregar o peixe. A rampa onde os peixes eram primeiramente postados foi aprimorada com uma tábua longa de madeira, com o objetivo de obstruir o contato dos dourados com o cimento e da areia presente na rampa. Depois da tábua, não satisfeitos com o acessório, foi utilizada uma placa de alumínio que tentou cumprir a mesma função e, por fim, foi substituída por uma canga.

Os dourados pescados pareciam ter em média entre um metro e quarenta a um metro e sessenta de comprimento sendo que os exemplares maiores podiam chegar a um metro e setenta. Esse animal é um peixe que tem a cabeça de um contorno quadrado, toda a margem de sua parte inferior é esverdeada e, ao refletir a luz, dá o tom que lhe dá nome – nos exemplares mortos há mais tempo o brilho é mais sutil.

O peso de toda pescaria era dividido em montantes pesados separadamente; eram anotados esses pesos para posteriormente serem somados, confirmando-se assim o resultado da pescaria por peso e valor em dinheiro. Quem exercia esta função era um jovem que também acumulava o papel de cozinheiro da embarcação, e que não tinha a tarefa de anotar os pesos dos exemplares usualmente, mas foi requisitado pelo mestre da pesca para que, naquele dia, tomasse conta dessa parte do descarregamento.

Quando a pesca é terminada dividem-se os frutos da pesca, de forma que, por algumas evidências, essa divisão será descrita nesse espaço. Um fato interessante é a pesca de polvo de linha, que é a obrigação moral do pescador em contribuir satisfatoriamente para a pescaria, que será dividida do montante total para cada pescador, sem ser considerado a contribuição de cada um em quantidade de polvos, havendo uma divisão igual, fora as despesas do barco a

motor. Se houver uma contínua disparidade, por exemplo, quando existe a recorrência de um indivíduo estar pescando menos que outros, ele acompanhará um companheiro melhor sucedido em seus lugares de pesca, pois o ganho de um converte-se em ganho para todos nesse tipo empreitada de pesca, privilegiando-se o companheirismo ao invés da competição. Esse proceder da atividade pesqueira me parece ser a concepção de igualdade entre as capacidades dos pescadores, e, quando acontece a disparidade, é como se o jeito de pescar em si não fosse o causador da pescaria mal sucedida, mas responsabilidade de um mero engano sobre o lugar melhor pra se pescar. Para solucionar isso, o pescador às vezes pode receber ajuda do mestre da pesca ou de qualquer outro companheiro.

Nos dias de hoje, o que usualmente é dividido entre os pescadores ao final da pescaria é o valor em dinheiro advindo da venda, ao invés dos próprios espécimes capturados. Por exemplo, em uma embarcação grande com motor e geladeira dividem-se o lucro entre o mestre da pesca e o dono da embarcação com duas partes, o cozinheiro e o gelador com uma parte e um quarto do total e os outros pescadores com uma parte do todo. Ao levar em conta que todos que estão no barco pescam, a divisão indica ser feita em vista do acúmulo de atividades pertinentes a cada função existente em uma tripulação, para além da pesca.

Alguns pescadores, que usam a linha e fazem uma pesca de baiteiras a remo ou de barco a motor mais costeira, vendem seus peixes em suas próprias casas, que já são conhecidas por moradores ou compradores usuais como pontos de venda. Esses indivíduos, diferentemente daqueles que vendem para os atravessadores, têm que gastar seu tempo exercendo um beneficiamento sobre os animais capturados, como é o caso de um casal de pescadores de Parati, que limpavam as pescadinhas capturadas. Essa limpeza ocorria embaixo de uma castanheira, na praia em frente à casa de propriedade desse pescador e de sua esposa. Sendo um local de trabalho, eles também têm que manter o lugar limpo onde acontece o tratamento do peixe, para que não venham urubus – apesar de, mesmo com a limpeza, eles sempre insistirem em aparecer.

A relação que o pescador artesanal de Ubú e Parati possui com os atravessadores pode ser considerada, transversalmente, como de dependência, a todos os pescadores com quem eu mantive contato. O que me levou a pensar dessa forma pode ser caracterizado em alguns fatores. Primeiramente, os pescadores artesanais de Ubú e Parati que vivem somente da pesca artesanal não dispõem de estrutura para acumular o peixe pescado em uma empreitada de pesca muito longa ou de seguidas pescarias, como freezers e gelo para alongar um pouco mais a data limite para o armazenamento dos peixes. Em segundo, não existe um local com estrutura para que o pescador possa ofertar o peixe para a venda, assim como um ponto que

também seja referência para os compradores, como são os lugares onde usualmente os atravessadores vendem os peixes, como o mercado de peixe de Guarapari ou nas peixarias desse município vizinho as comunidades.

Às vezes, quando estão sem o capital para a compra do gelo e do combustível para a embarcação, os pescadores têm acesso a esse material anteriormente à pesca junto a atravessadores, casando a venda do peixe a pagar essa dívida prévia, sem terem certeza de que irão capturar pescado suficiente para cumprir com esse compromisso e ainda satisfazer as necessidades de seus respectivos lares.

## **2.4 Os tempos cíclicos no cotidiano da pesca artesanal**

Os variados aspectos que compõem a vida dos pescadores artesanais das comunidades que eu estudei durante essa pesquisa, de forma geral, me proporcionaram uma compreensão convergente de que o tempo cíclico – identificado em vários estudos como aspecto fundamental dos modos de vida dos grupos humanos mais intimamente relacionados com as suas condições locais de existência, como são os diferentes tipos de pescadores, agricultores ou indivíduos que exerçam ambas as atividades (BOURDIEU, 1979; FRAXE, 2011; PRITCHARD, 2005; DIAS-NETO, 2010) – se organiza de maneira peculiar no cotidiano dos pescadores artesanais de Ubú e Parati. Os ciclos que envolvem a atividade da pesca artesanal dessas localidades são construídos a partir da relação de reconhecimento e interdependência entre os pescadores artesanais com as nuances do seu ambiente de atuação.

Além disso, o próprio ambiente de atuação do pescador é mediado por relações sociais entre os diferentes grupos, que ordenam e limitam uns aos outros nas formas características de interagirem com um espaço comum. Por esses fatores, os ciclos que envolvem a pesca artesanal dessa localidade são frutos de relações entre atores diferentemente empoderados. E o que irei tentar fazer a partir de agora é a tipificação desses ciclos, pertinentes às pescas tanto de Ubú quanto de Parati, a partir da interpretação de indícios que permearam a minha interação com esse referido contexto. O que não denota que cada ciclo relativo à atividade age isoladamente sobre o cotidiano da pesca artesanal, ao contrário, eles se entrecruzam.

Em Ubú e Parati existem processos que decorrem de seu contexto ambiental, dando forma à pesca artesanal das localidades. Os respectivos processos tratam-se das dinâmicas com as quais as direções, intensidade e origem dos ventos mudam. Além disso, refere-se também à transição entre estados do mar, de uma calmaria e o mar revolto, assim como as épocas

em que aparecem espécies de peixe e desaparecem outras. Todos esses aspectos influenciam a constituição de tipos específicos de pesca em Ubú e Parati e contribuem para o surgimento de exemplos distintos de pescador artesanal. Somado a esses fatores, denotam um traço geral existente no pescador artesanal dessas localidades que se encontra no fato de o mesmo não exercer ao longo da sua vida somente um tipo de captura de pescados. Aliás, o pescador artesanal, durante um mesmo ano, se decide viver somente da pesca, exerce variados tipos de pescaria, para não ter que possuir outros ofícios que garantam o seu sustento, o que nos dias de hoje é usual para alguns pescadores.

Por exemplo, antes de se pescarem os polvos de linha e de caneco, em Ubú e Parati, havia a pesca do peroá, considerado peixe valioso, bom de ser vendido por conta da grande procura para serem preparados nos lares, e da venda nos quiosques para os turistas. Nessa época, quando se pescava um polvo (ao contrário dos dias de hoje) era sem querer, como um bônus não muito valorizado da pesca. Há a escassez desse peixe nas regiões mais próximas à costa, devido – na percepção dos pescadores – a um movimento que atinge a pesca artesanal: o ciclo de abundância e escassez dos peixes, quando algumas espécies somem por um tempo e reaparecem em outro momento. É o caso do peroá, em decorrência da sobrepesca desse pescado, que ocorre por embarcações de fora e até da pesca industrial com grandes capacidades de captura, como também pelas próprias nuances ambientais no desenvolvimento das espécies.

Outro fator que contribui na perspectiva dos pescadores para a escassez de pescado na região é a dragagem operada pela mineradora Samarco que, segundo os pescadores, ocorre de quatro em quatro anos. Essa dragagem ocorre a partir do ato de cavar o fundo do mar através de um aparato industrial no intuito de remover o sedimento para facilitar o trânsito dos grandes navios.

Esse processo é orquestrado pela mineradora Samarco no intuito de viabilizar e facilitar o trânsito de navios de grande porte no porto industrial de Ubú. Essa manobra foi percebida, de fato, pela primeira vez, no ano de 2001, quando os pescadores, ao pressionarem indivíduos ligados à indústria, conseguiram a informação de que um dos navios parados no porto, naquela ocasião, era uma embarcação que operava a dragagem. Mesmo os pescadores percebendo a dragagem de maneira oficial, no começo deste século já percebiam suas consequências no seu instrumental em momentos bem anteriores, devido à coloração das linhas de pesca e de redes, claramente manchadas pelos efluentes que emergiam com a dragagem. Contudo, não eram por eles associados a esse processo, além do fato de ocorrer o afastamento das espécies da região costeira. A partir do momento em que os pescadores

começaram a cobrar a empresa pelas seguidas dragagens, houve uma mudança no processo feito por essa, e também percebida pelos pescadores de Ubú e Parati. Essa mudança consistiu no fato de que as dragagens, que antes ocorriam nos meses de janeiro até março, passaram a ocorrer de agosto até outubro. Pois, nessa época, o mar já é mexido e, devido a esse estado, a coloração da água é barrenta, fazendo com que os efeitos da dragagem sejam disfarçados aos olhos dos leigos. Pois os pescadores continuam a perceber seus efeitos através da ausência de espécies comuns a essa época, como o peixe chamado xixarro, e pela coloração dos instrumentos de pesca que ficam manchados e pelos detritos e rochas soltos no fundo do mar.

Os pescadores afirmam que, quando há a dragagem, os efluentes dessa própria indústria são remexidos, afastando os peixes, matando o sururu das pedras e contribuindo com o ciclo de escassez. Entretanto, o que existe são ciclos entrecruzados entre pesca, indústria e seres vivos marinhos. A experiência de um pescador de Parati, que presenciou a atividade de dragagem de perto, conta que durante o processo notou diversos seres marinhos mortos como tartarugas e peixes. Alguns dos pescadores artesanais afirmam ainda que esses animais mortos são tratados pelos agentes públicos do IBAMA, como de responsabilidade dos anzóis e redes pertencentes aos pescadores artesanais da localidade.

Segundo os pescadores, as dinâmicas do ambiente marítimo de Ubú e Parati são peculiares, no sentido de proporcionarem mudanças constantes nos ventos e, concomitantemente, nas possibilidades de pesca. Ou seja, durante um curto intervalo de tempo, uma pesca é inviabilizada e outra é proporcionada, como é o caso da pesca do polvo de linha que é inviabilizada quando o fundo do mar fica mexido, devido ao vento sudoeste ou quando o mesmo fica muito parado com ausência de corrente. Nessas duas condições, os polvos não saem de seus esconderijos.

Nesse momento, o pescador muda o tipo de pesca realizado por ele, para atender às demandas do ambiente. Alguns que pescavam polvo de linha passam a tentar pescar polvo nos potes momentaneamente e outros passam a procurar empreitadas de pesca do dourado de espinhel. Essas constantes mudanças nos tipos de pesca esbarram, segundo eles, na normativa produzida pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente que, na emissão da licença ambiental para o pescador artesanal, libera somente o exercício de um tipo de pesca relativo a um tipo de ser marinho, ou seja cada pescador recebe a licença para um tipo de pesca, situação alvo de constantes reclamações por parte deles. Isso representa algo incoerente com a realidade da pesca em Ubú e Parati. Além disso, há o fato de o pescador também pegar usualmente as iscas que ele irá usar, como o camarão e pequenos peixes, como o “parguinho” e a “michovinha”.

O que me pareceu demonstrar a clareza quanto à distância entre a norma de emissão das licenças ambientais de pesca e o cotidiano da pesca artesanal dessas comunidades de Anchieta é simplesmente esboçado no relato de um pescador. Ele afirma que, em alguns casos, quando os instrumentos de pesca são passíveis de buscar no mar diferentes espécies de peixes – o espinhel, a linha e o anzol e até a rede –, os indivíduos podem idealizar quais espécies podem encontrar para captura, mas vão de fato capturar os peixes que encontrarem.

Quando questionei a um pescador de Parati se ele apresentava o interesse de um dia ser dono de barco, ele me respondeu negativamente, pois, entre outras adversidades, pelas condições de pesca em Parati, com as nuances proporcionadas pela dinâmica do ambiente, possuir somente um barco, visto que também a embarcação tem uma licença específica para um tipo de pesca, assim como um instrumental específico para uma atividade parecia, para ele, dificultoso. Isso se justifica pelo fato de que, nesse mar, a cada época do ano e a cada mudança de direção do vento, a pesca, para ser exercida, precisa ser adequada, o que inclui o seu instrumental e o propósito da embarcação.

Sazonalidade que também se apresenta atrelada ao modo de vida dos pescadores artesanais de Parati e Ubú pode ser encontrada no verão, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro, até março, e também nos feriados como carnaval, semana santa, entre outras datas. O turismo aflora nas comunidades devido a sua condição de balneário. Dessa forma, o cotidiano da pesca passa por algumas vicissitudes, como a presença de pescadores amadores, banhistas e de turistas proprietários de jet ski, que algumas vezes passam por cima dos lances de rede, produzindo novas adversidades no cotidiano da pesca. Nesse momento, os pescadores de Ubú e Parati também ganham maiores oportunidades de venderem o pescado para os turistas, já que também, dos meses de janeiro a fevereiro, existe um fluxo maior de peixes mais próximos à costa, como é o caso das pescadinhas.

## **PARTE 3**

### **A pesca artesanal no caminho do *desenvolvimento* e vice e versa**

Os moradores do estado do Espírito Santo estão expostos a um discurso recorrente já há algum tempo, oriundo das falas de representantes eleitos, de candidatos a algum cargo da gestão pública, especialistas falando em programas de televisão, publicidade oficial e

publicidade das grandes indústrias que operam no estado. Esse discurso caracteriza as atividades industriais de grande estrutura como aquelas que irão proporcionar uma melhora das condições de existência da população em geral através das ideias valores (RIBEIRO, 2008) chamadas *desenvolvimento e progresso*.

Não fiz nenhuma análise quantitativa acerca do número de vezes que as duas categorias foram utilizadas em discursos advindos dos atores tipificados no começo do parágrafo anterior. Pois, esse não foi o propósito, devido ao fato de aquilo que me proporcionou o destacamento das categorias *progresso e desenvolvimento*, do todo da realidade, foram percepções que fizeram parte da experiência de pesquisa voltada a compreender o contexto e o desenvolvimento dos modos de vida dos pescadores artesanais de Ubú e Parati. Isso ocorreu em somatório à minha proximidade vivida desde o meu nascimento com o contexto das localidades envolvidas nesse estudo, esforço de observação que, na minha perspectiva, não deve ser restrito aos processos sociais localizados estritamente nas comunidades, mas também relacionado a ações e iniciativas que, mesmo distanciadas, exercem grande influência nesses locais.

Nas comunidades pesqueiras de Ubú e Parati, no município de Anchieta, a história do *desenvolvimento* e do *progresso* não é muito diferente do resto do Espírito Santo. Desde os anos 70, diferentes iniciativas industriais voltaram-se às proximidades do território de vivência dessas localidades, sempre caracterizadas pelos seus idealizadores como *progresso e desenvolvimento*. Em vista disso, pretendo construir neste último capítulo desta dissertação de mestrado os modos de vida dos pescadores artesanais de Ubú e Parati, representando uma interpretação do processo de inserção e operação dos processos de industrialização dividida em três partes.

Em um primeiro tópico procurarei, através de uma discussão puramente teórica, abordar reflexões advindas de estudos de situações sociais separadas no tempo e no espaço das quais me voltei nessa pesquisa, no intuito de compreender da onde vem as ideias de *progresso e desenvolvimento*. Quando digo “da onde vem”, refiro-me aos valores e a processos sociais que constituem a formulação e as circunstâncias sociais referentes ao surgimento e a forma como essas ideias são empregadas.

No segundo tópico mapearei e caracterizarei os atores e diferentes processos sociais que compõem a industrialização (Não discutirei qualquer iniciativa industrial, mas os grandes projetos ou projetos de grande estrutura (RIBEIRO, 2008), conceito que em um momento oportuno explicarei) do município de Anchieta, que interfere diretamente nas comunidades de Parati e Ubú. Por último discorrerei sobre as mobilizações políticas dos pescadores artesanais

dessas comunidades que tem em vista, lutar por seus interesses perante atores eminentemente poderosos em suas capacidades de materializarem seus interesses.

### **3.1 A racionalidade desenvolvimentista: os valores e os processos sociais que permeiam a sua formulação e modo de operar**

Antes de abordar a relação entre as diferentes iniciativas ligadas diretamente à industrialização com os pescadores artesanais de Ubú e Parati, neste tópico procurarei entender os elementos que compõe a formulação desse tipo de ação social de grande escala, ou seja da sua racionalidade e do seu modo de funcionamento, dessa forma, tomo como pressuposto nessa análise as categorias de *progresso* e *desenvolvimento*. O objetivo foi compreender as racionalidades e outras dinâmicas advindas de processos sociais distintos das quais são imbuídas tais iniciativas de industrialização em larga escala voltadas ao território de Anchieta, que se demonstram como delineamentos de imperativos culturais específicos que se voltam para a realidade das comunidades de Ubú e Parati na forma de empreendimentos industriais. Ao aplicar ideia de racionalidade para nomear esse tópico tive a intenção de pensar o conceito como o processo de formulação e as motivações da ação social a partir de suas conexões com valores e processos sociais presentes no âmbito da sociedade (WEBER, 1996).

Nos próximos parágrafos abordarei interpretações que possam contribuir para o entendimento dos sentidos contemporâneos das categorias de *progresso* e *desenvolvimento*, quando usadas para caracterizar empreendimentos industriais, como a instalação e operação da mineradora Samarco no município de Anchieta, no litoral do Espírito Santo. Mas antes deixo claro que esse ensaio interpretativo não se trata de uma análise genealógica e nem etimológica dessas categorias, ela paira no âmbito de ser uma seleção interpretativa de distintas contribuições, que na minha visão e intuição de pensador das relações entre humanos podem servir para tentar compreender a complexidade de forças e processos sociais que constroem a conjuntura em que são desenvolvidos os modos de vida intimamente ligados à prática da pesca artesanal em Ubú e Parati.

No livro *A história da ideia de progresso* (1980), Robert Nisbet caracteriza como, em diferentes momentos do pensamento ocidental materializado através de Adam Smith, Turgot, Stuart Mills, entre outros, variados pensadores desenvolveram maneiras de medir qualitativamente o estado de determinados agrupamentos humanos, incluindo a própria



civilização ocidental e também as outras sociedades (NISBET, 1985).

Essa iniciativa deu-se mais enfaticamente na interpretação proporcionada pelos escritos do autor, após o rompimento em parte da racionalidade ocidental com a hegemonia e autoridade do pensamento religioso cristão, que compreendia o devir da civilização humana como relacionado intimamente à providência divina. Ou seja, anteriormente a essa ruptura, estava na mente de intelectuais, notáveis e autoridades de toda Europa a ideia de progresso como intimamente atrelada a uma ideia de que tempos melhores seriam proporcionados por destino construído pela providência divina (NISBET, 1985). A mudança entre história construída pelo divino para história a ser construída pelos homens foi também identificada por Marilena Chauí na construção e reconstrução, ao longo dos períodos históricos, do mito de uma sociedade nacional brasileira, precisamente no momento em que o desenvolvimento econômico capitaneado pelo estado de São Paulo substitui a ideia do país “*como dádiva de Deus e da natureza*” (CHAUI, 2001).

A partir desse rompimento, em parte relevante, começou a emanar nos círculos intelectuais do ocidente a ideia de que o destino humano seria resultado das diferentes ações no presente. Essa perspectiva motivou diversas formas de planejamento da realidade, em que cada passo dado e cada passo futuro da civilização eram medidos levando-se em conta as consequências possíveis desses delineamentos, assim como também foram idealizados movimentos econômicos, leis e relações internacionais com outros territórios entre outros direcionamentos, que objetivavam consequências também específicas, espalhadas no tempo e no espaço.

As reflexões de Nisbet são expostas neste trabalho com o intuito de pensar o *progresso* e o *desenvolvimento* como categorias oriundas de formas de planejamento da realidade, permeadas pela racionalidade que visa direcionar o presente no intuito de construir um futuro ideal. A perspectiva adotada é daqueles atores com poder suficiente para refletirem e colocarem em prática planos acerca dos rumos de determinada organização social e também sobre os direcionamentos desejáveis a ela.

Outra característica que pode nos fazer entender a ideia de *progresso e de desenvolvimento* exposta na perspectiva do poder público e dos empreendedores ligados a iniciativas de expansão macroeconômica dos territórios, não se resume como presente somente nas racionalidades oriundas do mundo ocidental. Por outro lado é entendida como inerente à perspectiva humana no geral, pode ser encontrada em torno de um aspecto da formulação da ação humana caracterizada de “determinismo”. Antes de ser um atributo que nos meios científicos é usado para caracterizar correntes e campos distintos de conhecimento,

o “determinismo” é uma característica do pensamento humano relativo à formulação da ação na realidade, no qual a complexidade dos diversos fatores são reduzidos ao um teleologismo unicasual (GOMES, 1996).

Em outras palavras, para empreender qualquer ação no mundo, os seres humanos de diferentes formas tomam como pressupostos as possíveis consequências de suas ações, por exemplo, em uma ação simples como pisar no chão, um homem tem que conceber e adotar a ideia de que aquele chão onde ele planeja pisar é uma superfície usualmente rígida, que irá comportar cada passo seu. Dessa maneira, o determinismo permeia toda esfera do cotidiano humano. Porém, essa maneira de pensar a realidade característica ao “determinismo” pode ser manifestada variavelmente e uma das formas na qual ela se manifestou passou a permear e também contribuir para construção da realidade moderno-ocidental. Ela está ligada diretamente à expansão e ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim como a sua forma característica de racionalidade, embasada na tentativa de previsão a longo prazo (em comparação ao entendimento de futuro de sociedades pré-capitalistas) característica ao empreendimento capitalista.

No intuito de compreender a emergência do capitalismo e dos modos de vida atrelados à existência dessa organização socioeconômica da vida, Max Weber concebeu, a partir de suas reflexões, nos primórdios do pensamento sociológico do século XX, a relação de afinidades eletivas entre o estabelecimento de uma “racionalidade econômica” e os atributos concernentes aos costumes e valores dos Puritanos norte-americanos que moravam nos Estados Unidos (WEBER, 1996).

Ele propôs, a partir de seu raciocínio, uma possível contribuição de práticas contempladas e motivadas pela cultura religiosa Puritana para o que seria o padrão de um desempenho na economia de mercado, ou seja, de um *ethos* do empreendedor capitalista e na constituição do capitalismo moderno (WEBER, 1996).

Para isso Weber traça a relação de convergência entre os aspectos da racionalidade puritana norte-americana e um comportamento bem sucedido no capitalismo emergente na época de seus estudos. Uma primeira característica dos costumes puritanos destacada pelo autor pode ser encontrada na forma como o trabalho é interpretado pela cosmovisão compartilhada por esse grupo, que é pensado como atividade cotidiana que dignifica a vida humana. Outro aspecto da racionalidade religiosa dos puritanos está no fato de que eles enxergam a vida como oportunidade para a prosperidade, categoria que pode ser entendida como ascendência econômica. Concomitantemente, pelo fato dessa oportunidade de prosperar ser conferida por “Deus”, não é tida pelos puritanos como passível de ser desperdiçada, no

processo de composição da racionalidade inerente aos objetivos de vida desses indivíduos (WEBER, 1996).

Essa cosmovisão da realidade seria tanto *A ética protestante* quanto o *espírito do capitalismo*, e embasariam a procura, por parte daqueles que a compartilham, de otimizar os procedimentos ligados a um constante acréscimo produtivo do empreendimento capitalista, ao mesmo tempo que se torna uma fonte significativa para o estabelecimento de um padrão da racionalidade econômica capitalista.

São aspectos que emanam da fusão entre racionalidade puritana e comportamento no capitalismo, da procura por constante aprimoramento da gestão, do exercício da calculabilidade e da previsibilidade para o investimento no empreendimento capitalista, de atributos ligados à procura infindável de aprimorar constantemente a empresa capitalista e, por conseguinte, viabilizar a busca infinita dos lucros dessa mesma (WEBER, 1996).

Weber foi a fundo na caracterização de valores ligados a um povo, a um recorte populacional específico e estratificado dentro de sociedades nacionais, para então demonstrar um casamento entre esse conjunto de valores e a perspectiva do empreendedor capitalista, que somado a outros fatores, ocasionou o próprio estado do capitalismo no século XX e concomitantemente contribuiu com a forma do capitalismo dos dias hodiernos.

Nessa parte fundamental da teoria Weberiana está exposto o processo de formulação de uma perspectiva sobre o trabalho, a economia de mercado e a empresa capitalista, que posteriormente vira cartilha, procedimento, regras e valores inerentes às relações capitalistas; ou seja, trata-se da “racionalidade econômica” em si, conjunto de valores que orientam a ação dos indivíduos no meio social em que se processa uma economia capitalista. A motivação que leva à busca interminável de otimizar e especializar os procedimentos ligados ao fazer econômico no capitalismo é aspecto inerente ao capitalismo, que partiu do ocidente e está em vigência em quase todo território mundial através daquilo que o autor caracterizou como processo de “racionalização”, que para ele é uma tendência inerente ao modo de vida ocidental, de sempre gradativamente especializarem as suas atividades.

Ao entender o caráter do que seria a proposta conceitual de Weber, denominada de racionalidade econômica, podemos compreender que a partir de seu desenvolvimento como comportamento humano, o *determinismo* passa a ser submetido às exigências de planejamento e aprimoramento do empreendimento capitalista, independentemente de qual tipo seja. Dessa forma ele passa a atrelar-se ao *modus operandi* do capitalismo, assim como as áreas de conhecimento características a esse modo de produção da vida dos homens.

No desenvolvimento de um modo de vida influenciado significativamente pelas

relações socioeconômicas capitalistas, a ciência passou a desenvolver afinidades complexas no que tange à sua influência na produção do homem sobre o ambiente, como também agiu na complexificação das relações de produção que compõem esse processo, através de sofisticação das técnicas e dos meios produtivos. Portanto a ciência passa a desenvolver-se através do capitalismo, assim como fundamentalmente o transforma e em uma relação de causalidade transformando também as relações sociais (SANTOS, 1988).

Com o passar dos anos de desenvolvimento do capitalismo e de suas ciências houve uma alteração significativa no campo social, no qual ocorrem as relações sociais de produção. O que ocorreu é apontado por Pierre Bourdieu como a transformação no contexto do qual as formas pensadas de proceder no capitalismo são provenientes. Ou seja, primeiramente, no tempo estudado por Max Weber, de emergência do capitalismo, as formas de proceder nas relações tipicamente capitalistas ainda estavam em aberto e também eram dependentes da criatividade dos empresários. Nos dias de hoje, afirma Bourdieu, esse campo, assim como as formas de estabelecimento de relações tipicamente capitalistas, já está consolidado no *homo economicus*, em que esse comportamento depende de conhecimento especializado que fundamentará cada passo dos indivíduos no mercado e na economia (BOURDIEU, 1979).

O que proponho, a partir da exposição dessas reflexões até este momento, é que o pensamento no *progresso* é contemporaneamente embasado de modo fundamental nos pilares da racionalidade econômica (WEBER, 1996) e concomitantemente na ciência, seja nas formas de compreender grupos sociais e medir qualitativamente os seus estágios de desenvolvimento ou nas formas de planejar cada estágio de uma civilização, estado nacional ou sociedade. Isso demonstra mais uma vez a pertinência da afirmação de Bruno Latour de que a política, a sociedade e a produção de conhecimento nunca foram independentes uns dos outros, como afirmam alguns analistas, e que na interpretação do autor são agrupados como rebentos do pensamento ocidental, também por ele caracterizados como *modernos* (LATOUR, 1994).

Outro fator significativamente atrelado às ações e empreendimentos caracterizados como *progresso* ou como *desenvolvimento* – seja no processo de formulação de ideias e projetos desse tipo ou mesmo na própria operacionalização das mesmas –, e à articulação entre interesses públicos e privados, na relação entre administração estatal e interesses de organizações ou atores privados no direcionamento de determinada organização social. Muitas vezes as ações advindas dessas articulações resultam em transformações de grande escala, que envolvem grandes contingentes populacionais como são os processos de industrialização, a partir de grandes estruturas industriais.

Karl Marx, em suas reflexões, produziu imputações sobre a relação entre interesses

públicos e privados, como parte de sua proposta maior de paradigmas teórico-metodológicos para a interpretação e transformação da realidade. Por isso irei caracterizar algumas de suas contribuições como referência para ajudar a pensar os projetos para sociedade caracterizados como *progresso* e *desenvolvimento*, sem adotar toda a proposta de seu aporte teórico na organização do estudo que consiste esta pesquisa.

Marx pensa o todo social como constituído em uma infraestrutura e uma superestrutura oriundas das contradições de classe, entre as classes dos não proprietários e proprietários dos meios de produção. A infraestrutura seria a base material da sociedade, materializada em seus múltiplos aspectos, além disso ela proporcionaria a existência de uma superestrutura, que seria de maneira geral manifestada como a ideologia e os conjuntos de normas e valores dessa sociedade (MARX, 1980; ALTHUSSER, 1985).

Como para o autor a organização da infraestrutura e da superestrutura é fruto da síntese entre as contradições de interesse entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, logo os proprietários possuirão um maior poder de influência sobre a definição das atribuições e da forma de operar do estado, inclusive na definição de o que é público e o que é privado; isso levando-se em consideração que os detentores dos meios de produção possuem significativamente maior poder de articulação e organização do todo social (ALTHUSSER, 1985).

Segundo Althusser, sobre o pensamento de Marx, o Estado pode ser entendido, em três características essenciais: seu poder de organização do todo social, seu aparelho que abrange a operacionalização dessa função de organização da sociedade, como governo e administração pública e uma terceira característica que remete à sua forma, que é pensada como intimamente atrelada à sua relação com a classe dominante. Dessa forma a base material conformará o Estado tanto quanto sofrerá dele as suas atuações restritivas advindas da superestrutura, das normatividades e do caráter ideológico que deste modo reagirá a ele. O aparelho estatal por essas características torna-se o foco maior da disputa entre classes (ALTHUSSER, 1985).

Assim, a forma e a maneira de agir do Estado são reflexos de sua apropriação por interesses exteriores que são refletidos em seu aparelho. Devido a esse fato, na minha interpretação dos conceitos de Karl Marx não existiria de maneira autêntica um Estado ausente, sem influência no todo social. O Estado demonstraria ausência ao relegar a regulação da economia de uma sociedade sob a responsabilidade das leis de mercado; ele exerceria essa função exatamente pela sua capacidade de organização da sociedade e também pela sua característica de ser como um recipiente, ao mesmo tempo que é meio de operacionalização de interesses de atores, que na perspectiva marxista dominam a estruturação da sociedade

como um todo.

A partir de agora irei abordar como, em nível Brasil, é pensada a relação entre a perspectiva do Estado e a perspectiva de atores fora da instituição estatal na formulação e na operacionalização de iniciativas progressistas e desenvolvimentistas. Posteriormente, irei também adicionar outros elementos teóricos que podem complementar essa interpretação.

Quando pensamos a constituição da racionalidade desenvolvimentista em nível de Brasil podemos levar em consideração o que propôs Raymundo Faoro, em uma interpretação sobre como uma evolução positiva (a partir de anseios e de valores específicos) da sociedade nacional foi pensada em distintos momentos concernentes à organização social do território do país. Nesses escritos o autor compreende um movimento cíclico em que diferentes iniciativas ao longo da história são interpretadas pelas classes dirigentes, como passíveis de serem o motor da transformação, do que para eles está ruim (a sociedade brasileira como um todo), para aquilo que para essas mesmas pessoas é entendido como um futuro desejável (FAORO, 1992).

Ao longo da história do Brasil ocorreram distintos projetos modernizadores, pensados como soluções para o mal-estar das classes e estamentos dirigentes da nação em relação ao estado das coisas nessas épocas específicas, assim dando origem a direcionamentos para o estado nacional usualmente espelhado em movimentos advindos de outros países e concomitantemente de outras conjunturas históricas.

“Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente—com muitos nomes e de muitas naturezas— que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes” (FAORO, 1992, p. 9).

Essas reflexões de Faoro estão conectadas a alguns de seus estudos mais antigos sobre a forma como o Estado brasileiro constituiu-se sob influência da matriz estatal portuguesa e até dias mais próximos aos tempos contemporâneos. “... *Desde Dom João I até Getúlio Vargas...*” compartilha de aspectos dessa origem no modo de gerir o Estado atualmente. O autor discorre em sua obra denominada de *Os donos do poder*, entre outras reflexões, sobre a ideia que ele conceituou como *patrimonialismo* (FAORO, 2001), no qual a administração pública direciona a organização econômica e social do país como julga pra si desejável, pessoalizando o Estado a partir dos anseios e ideais do governante e das classes dirigentes. Portanto o ideal de progresso da administração pública do país fica submetido ao ideal do estamento social dirigente.

“Sempre nos cursos dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura, ou, na outra face interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político; para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu correspondente civil e militar” (FAORO, 2001, p. 819 e 820).

Diferente de algumas perspectivas que envolvem a ideia de um estado neoliberal, que não exerce influência nos direcionamentos da economia, onde há regência das relações econômico-capitalistas através das leis do mercado, Louic Wacquant propõe que o Estado neoliberal contemporâneo (possuindo essa dentre outras características, como a postura de encarceramento em massa de seus cidadãos) converteu-se no gerente da organização econômica da nação como se essa fosse uma grande empresa, influenciando e difundindo ações através de todos os seus seguimentos e instituições públicas, convergentes com a transformação progressiva da economia (WACQUANT, 2012).

Outra característica inerente à posição do Estado, pertinente ao neoliberalismo contemporâneo, é a inversão das disputas entre os conglomerados industriais para instalação de seus projetos em locais específicos, para a disputa dos locais (entende-se: diversos níveis das administrações públicas) pela instalação desses projetos industriais em seu território. Processo que ocasiona uma tomada de posição dos países, estados e municípios em flexibilizar leis trabalhistas e ambientais, tendo em vista a viabilização e a atração de investimentos advindos da iniciativa privada (HARVEY, 1996).

Elementos que podem ser identificados nas racionalidades progressistas e desenvolvimentistas que envolvem – como já foi dito nesse mesmo texto – a formulação e a operacionalização de tais iniciativas são suas maneiras de compreender a relação tempo / espaço.

Com a emergência do capitalismo, do processo de urbanização, além de outros aspectos gerais que vieram do ocidente e foram levados para as mais distintas partes do planeta, o tempo passou a ser medido, no intuito de sua divisão a longo prazo na organização e planejamento da produção e do cotidiano de uma economia capitalista. Dessa forma, Bourdieu ressalta que nas sociedades pré-capitalistas, como era a organização social dos camponeses kabiles na Argélia, o futuro era enxergado com receio. Ou seja, o destino era de posse das forças divinas e suas nuances não eram consideradas como passíveis de serem previstas (BOURDIEU, 1979).

O que muitas vezes acontecia era o fato de cada grupo manter uma reserva de

mantimentos específica, se possível, caso alguma situação inviabilizasse esses indivíduos de angariar o seu sustento. Ou pelo motivo de haver um ritual ou cerimônia em que fossem utilizar bens de primeira necessidade de uma forma maior do que usualmente era consumido em seu cotidiano (BOURDIEU, 1979). Forma de perceber o tempo que significativamente difere da previsão a longo prazo dos investimentos capitalistas.

A compreensão e as formas de apropriação do espaço nos tempos pré-capitalistas até os dias atuais sofreram uma série de vicissitudes. Também em relação à emergência da organização socioeconômica capitalista e do processo de urbanização, quando o espaço passa a ser significado e apropriado tendo em vista sua capacidade funcional, no que tange a otimização da produção social capitalista e ou quando o mesmo se torna o próprio *locus* da produção, aspecto inerente à organização das cidades (LEFEBVRE, 2002) ao mesmo tempo em que o espaço é medido, quantificado, portanto, homogeneizado quando convertido em área (HARVEY, 1992 apud LEFEBVRE, 1974).

O *progresso* e o *desenvolvimento* se demonstram como iniciativas associadas, em sua racionalidade, a uma idealização do futuro que enxerga o modo de vida e de se agruparem os humanos em um ambiente urbano que possibilitará a emergência do ponto mais alto do que seria o ser humano civilizado em suas virtudes (LEFEBVRE, 2002). Intimamente vinculado às relações sociais provenientes de uma realidade estruturada no capitalismo, em que a existência (objetiva e subjetiva) dos indivíduos se vincula a produção, a circulação e o consumo de mercadorias.

Para finalizar esse tópico, irei me ater à interpretação de Gustavo Lins Ribeiro sobre as iniciativas caracterizadas como *desenvolvimento* e também a sua interpretação sobre o sentido da categoria, assim como a compreensão do autor sobre o processo decorrente da implantação e da operacionalização do *desenvolvimento* presente no artigo denominado “Poderes, redes e ideologias no campo do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008). Por si só esse escrito já serviria para operacionalizar uma análise interpretativa desses tipos de projetos para a sociedade por conta de sua sofisticação. Honestamente, quando li o artigo pela primeira vez parecia ler uma descrição exata dos processos desse tipo que ocorrem no estado do Espírito Santo.

Lins Ribeiro trabalha o sentido da ideia de *desenvolvimento* a partir da seguinte premissa:

“Após várias décadas de proeminência do discurso sobre desenvolvimento, não há mais lugar para inocência. Inspirado pelo conhecido argumento de Durkheim segundo o qual a religião é a sociedade adorando a si própria, entendo desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma. Isso significa que precisamos conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta”



(RIBEIRO, 2008, p. 2).

Esta posição do autor demonstra uma perspectiva analítica ao abordar Émile Durkheim como inspiração, que pode nos dizer que a ideia de desenvolvimento na sua formulação e forma de operar é uma reorganização peculiar de valores e processos que já permeavam (advindos majoritariamente das culturas ocidentais) a sociedade antes de serem manifestadas na constituição dessa proposta de planejamento da realidade. Em outras palavras, o autor não adota o paradigma teórico metodológico de Durkheim como um todo na interpretação dos fenômenos sociais, para explicar a ideia de *desenvolvimento* como representação coletiva; este que surge como reflexo da sociedade como um todo, mas usa para compreender a vinculação dessa ideia com processos sociais e valores oriundos de distintos lugares e momentos históricos específicos.

O autor assinala os empreendimentos caracterizados como *desenvolvimento* a partir da ideia de PGEs, Projetos de infraestrutura de Grande Escala. Essa ideia é afirmada por ele a partir da elaboração do estudo sobre a construção de Brasília, da perspectiva dos operários (não somente a partir da interpretação que os sujeitos têm desse processo, mas também no estudo das condições sociais ligadas ao cotidiano desses trabalhadores) que construíram a cidade. Dessa forma, o autor considerava o projeto de Brasília um PGE, pois reunia uma variedade de características da mobilização de grande fluxo de trabalhadores nesse empreendimento; a reunião de diferentes atores públicos e privados na formulação e operacionalização do projeto; a característica de se ter pelos seus idealizadores a crença de que esse projeto de cidade seria uma promessa de vetor de mudanças positivas para a sociedade nacional. Por fim, a construção de Brasília pode ser considerada um PGE, pois possui um grande poder e abrangência de reestruturação socioespacial (RIBEIRO, 2008).

Ao analisar todo o processo que envolve a implantação de um PGE, o autor trabalha com duas categorias especificamente formuladas para essa tarefa, a partir de diferentes contribuições teóricas. Essas categorias são: *poder*, uma formulação feita a partir de diferentes autores, mas que “*refere-se à capacidade (a) de ser sujeito do seu próprio ambiente, de ser capaz de controlar seu próprio destino, quer dizer, de controlar o curso da ação ou dos eventos que manterão a vida como está ou a modificarão; ou (b) de impedir as pessoas de se tornarem atores “empoderados”*”. Já que o desenvolvimento sempre implica transformação e tipicamente ocorre por meio de encontros entre insiders e outsiders localizados em posições de poder diferentes, as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações em que desigualdades de poder abundam” (RIBEIRO, p. 2, 2008). Claramente

influenciada pela formulação teórica produzida por Pierre Bourdieu ao longo de suas pesquisas, transversal a diferentes temáticas, focos de estudo e que já foi explicada nestes escritos.

Para Gustavo Lins Ribeiro, a ideia de *desenvolvimento* e os projetos de infraestrutura de grande escala são formulados e operacionalizados em um campo permeado por atores heterogêneos diferentemente empoderados, constituído por normas e valores específicos no que tange a sua formulação e maneira de operar.

“O campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras” (RIBEIRO, 2008, p.2).

Ao conseguir entender a concepção de campo de desenvolvimento, podemos compreender a posição de Pierre Bourdieu acerca da constituição do Estado e suas formas de agir, sofisticando o entendimento das relações entre interesses públicos, do Estado, e interesses privados, que partem de categorias mais rígidas que tratam o Estado como uma unidade no que tange a sua capacidade de agir e de interesses. Assim são as reflexões de Marx e Faoro esboçadas nesse tópico, significativamente diferentes da interpretação de Bourdieu (1997), que compreende o Estado como múltiplo em interesses diluídos em suas variadas instituições, cada uma delas dispostas hierarquicamente, pelas suas capacidades de ação e materialização de interesses. Porém, mesmo com a posição ambígua do Estado, devido a multiplicidades de instituições que o compõem, as capacidades são díspares, há a sobreposição de interesses estatais.

Os atores heterogêneos do campo de desenvolvimento podem ser compreendidos em uma escala menor pelos “tipos sociais” envolvidos nos processos de licenciamento ambiental. É o que faz Bronz (2005) acerca dos empreendimentos de extração de petróleo, classificados desse modo no estudo de sua autoria, a partir da referência que ela teve da forma como a categoria é utilizada por Max Weber, dividindo os atores do processo de licenciamento ambiental inerente a esse tipo de iniciativas industriais, nos seguintes tipos:

“... aqueles que conduzem os procedimentos legais, representantes das instituições do governo a quem compete a gestão das atividades de petróleo no país; os funcionários da empresa proponente do projeto

sujeito à concessão da licença ambiental; os contratados das empresas de consultoria ambiental, responsáveis pela elaboração do EIA; os grupos potencialmente sujeitos aos efeitos da implementação do projeto; e cidadãos comuns, também interessados em discutir os destinos dos recursos naturais da Bacia de Campos. Os gestores representam os interesses do Estado na disciplinarização dos territórios marítimos. Suas ações e intervenções costumam ser justificadas por lei, com base num discurso normativo e despersonalizado. Os argumentos seguem as definições estatutárias de uma lei apoiada em princípios racionais e tecnocientíficos. Os gestores são: políticos, membros do Ministério Público; funcionários e dirigentes do órgão ambiental federal — IBAMA; diretores e membros da agência que regula as atividades de petróleo no país — ANP; e oficiais da Marinha do Brasil responsáveis pela fiscalização das águas territoriais nacionais (Capitania dos Portos). Os empreendedores são todos os funcionários da empresa que participando processo de licenciamento, com o intuito de alcançar a obtenção da licença para a implementação do empreendimento. São os empresários e empregados da empresa petrolífera que respondem pelas características das obras de engenharia do projeto, bem como pelas ações da empresa em relação aos projetos ambientais desenvolvidos para mitigar e compensar os impactos negativos do empreendimento sobre o meio ambiente. Estes funcionários devem cumprir com os requisitos exigidos por lei, que regulamentam uma prática considerada como “ambientalmente correta”. Os grupos populacionais que sofrem os efeitos da implementação de empreendimentos de petróleo offshore são aqueles que se apropriam dos recursos naturais do mar como fonte de reprodução social e subsistência econômica. São aqueles presentes na área de influência do empreendimento e que, nos estudos ambientais, recebem a denominação de partes interessadas, sendo caracterizados no diagnóstico do meio socioeconômico. Trata-se de pescadores, empresários do turismo, turistas, navegadores etc” (BRONZ, 2005, p. 49 e 50).

A autora também caracteriza, por fim, o consultor, ou funcionário de empresa de consultoria, ao qual ela atribui a função de realizar as pesquisas técnicas que são pré-requisitos impostos pelo IBAMA. Em outras palavras, os EIAs (Estudos de Impacto Ambiental) para o processo de instalação de qualquer empreendimento industrial. Esses indivíduos são predominantemente das áreas de conhecimento formal das *ciências da natureza*: biólogos, geólogos, engenheiros ambientais, entre outros.

“As temáticas sociais também aparecem no EIA a partir de uma perspectiva calcada em racionalismo economicista, na qual as atividades humanas se transformam em números e gráficos. Mesmo o cientista social (geógrafo, economista, sociólogo ou antropólogo), que elabora a parte do estudo referente ao meio socioeconômico, deve adequar seu tipo de análise aos métodos quantitativos que predominam nas ciências da natureza. Isto pode ser observado, por exemplo, na parte do estudo referente à análise de impacto ambiental, onde os efeitos do empreendimento sobre os grupos sociais se transformam em variáveis — conceitos matemáticos e estatísticos como: frequência, magnitude, probabilidade, severidade etc. Além de portador do conhecimento técnico-científico, o consultor assume, de certo modo, um papel de mediação dos grupos e sujeitos sociais envolvidos com o processo de licenciamento. Esta mediação ocorre no

contato que o profissional desenvolve com os empreendedores, gestores (funcionários do órgão ambiental responsável por conceder a licença) e grupos sujeitos às influências dos empreendimentos. Deste modo, seu papel nesse campo conflituoso flutua entre os paradigmas do tipo de ciência-técnica que produzem e a sua posição no mercado de consultoria”(BRONZ, 2005, p. 51).

O objetivo desse tópico, mesmo sem demonstrar desde o início a sua fonte de inspiração, foi seguir a sugestão de Gustavo Lins Ribeiro acerca de compreender o sistema de crença e as matrizes culturais que fomentam a ideia contemporânea de *desenvolvimento*, no intuito de compreender também a sua forma de operação. O tópico seguinte será uma tentativa de mapeamento de processos e atores que constituem esse campo, a partir das realidades pertinentes às comunidades de Ubú e Parati, onde os pescadores artesanais e os demais moradores convivem desde meados da década de 1970, com iniciativas que se enquadram, na retórica de seus idealizadores, como de *progresso* e *desenvolvimento*.

### **3.2 Quando chegam os *progressos* e/ou os *desenvolvimentos* em Ubú e Parati**

Durante o ano de 1972, teve início, em local próximo às comunidades de Ubú e Parati, o processo de implantação da primeira usina de beneficiamento de minério da mineradora Samarco, que, a partir desse momento, iria acompanhar e influenciar significativamente a organização social não somente das comunidades de pescadores artesanais estudadas nessa iniciativa de pesquisa, mas também dos municípios litorâneos de Guarapari e Anchieta.

Para compreender essa iniciativa de industrialização, iremos nos ater primeiramente a fatos que de certa forma estão atrelados ao início do processo. O ano de 1972, como é amplamente divulgado, consta no período em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar, que ordenava todos os segmentos da administração pública.

A perspectiva dos atores e grupos dirigentes do Estado brasileiro e da sociedade nacional decorrente do período em que houve uma ditadura militar é compreendida em algumas análises, a partir de sua política econômica caracteristicamente embasada na industrialização como motora do *progresso*, segundo (CYSNE, 1993), os índices quantitativos do período militar brasileiro caracterizam um aumento do desenvolvimento macroeconômico da nação sem se inter-relacionar com a melhora da qualidade de vida da população.

A interpretação acima diverge de informações propagadas em algumas afirmações de

indivíduos que viveram o período militar, tive a oportunidade de ouvi-los em distintos momentos no passar da vida cotidiana. Podemos relacionar a perspectiva que caracteriza positivamente a administração estatal do período militar ao fato de essas pessoas possuírem uma fonte de informação estabelecida em grande parte a partir dos meios de comunicação corporativos para fomentarem sua reflexividade (GIDDENS, 1991) sobre a época. Sendo que essas fontes de informação eram convergentes com a perspectiva do governo.

Nessa época eram expostos somente elogios à gestão governamental, enquanto a crítica direcionada a ela era censurada e restrita a alguns meios intelectuais, como universidades, além de outras mobilizações e panfletagens feitas às escondidas. O apoio conferido ao golpe militar de 1964<sup>5</sup> foi lembrado recentemente por um dos maiores, senão o maior, conglomerado de empresas de comunicação do Brasil.

Marilena Chauí caracteriza o viés adotado pelo governo no período militar acerca da formulação do planejamento que iria direcionar a administração pública e, concomitantemente, produzir consequências na organização social:

“O novo regime - ou o Sistema - apoiou-se numa ideologia de cunho geopolítico, herdada da divisão Leste-Oeste criada pela Guerra Fria, expressa na Doutrina da Segurança Nacional e com a pretensão de promover o Brasil à condição de potência, no ano 2000. Esse feito seria conseguido graças às ideias de desenvolvimento nacional (o “milagre” e a dívida), integração nacional (isto é, centralização das decisões sócio-políticas, consideradas como meras questões técnicas) e segurança nacional (anticomunismo). Sob os auspícios da ideia de planejamento, o regime e a ideologia são mais conhecidos com a expressão Modernização Conservadora...” (CHAUI, 1986, p. 49).

Como parte de uma nação, o estado do Espírito Santo seguiu o caráter inerente às práticas gerenciais do Estado militar, assimilando localmente a perspectiva da administração nacional do que seria o progresso, com suas características locais. Assim, o governo do Estado incentivava e coagia o decrescimento das práticas agrícolas e incentivava a industrialização do território, no intuito de se projetar nacional e internacionalmente a partir do fetiche de tornar-se uma referência no âmbito econômico mundial (SOBRINHO, 2010).

Dessa forma, em plena ditadura militar dá-se início à instalação da mineradora Samarco em um recorte territorial onde anteriormente eram desenvolvidas atividades produtivas características a uma propriedade agrícola. Nessa época não houve consulta aos moradores locais, muito menos um aviso da parte do poder público, ou dos executivos da indústria, sobre aquilo que passaria a ocorrer no contexto dessas localidades.

---

<sup>5</sup> Conferir editorial do dia 31/08/2013 publicado no jornal O Globo, denominado: “O apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”.

Disseram-me alguns dos pescadores de Ubú e Parati que, ao invés da exposição por parte da Samarco do que seria feito na região para a comunidade, os pescadores só conseguiram perceber o que estava acontecendo através do movimento das máquinas e do grande fluxo de trabalhadores na construção daquele empreendimento industrial.

A operação da Samarco mineração teve início com sua inauguração no ano de 1977 e começou a entrar em funcionamento somente com uma usina de beneficiamento de minério e

um mineroduto. Em 1997, a empresa duplicou sua produção com mais uma usina de pelotização. Já em 2008, houve o início das operações de uma terceira usina de pelotização, da segunda usina de concentração e do segundo mineroduto, como nos informa o relatório de impactos ambientais, produzido como condicionante da instalação da quarta usina. Como consequência desse processo, houve um acréscimo de 54% na capacidade produtiva dessa atividade industrial. Em 2012, começou-se a construir a 4ª usina de pelotização da mineradora e o terceiro mineroduto. Idealizada por seus acionistas, com poderio de acrescentar ao processo produtivo da empresa uma quantidade de 8,5 milhões de toneladas, chegando-se ao patamar de 30,5 milhões de toneladas minério beneficiado a ser exportado.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Ver EIA/RIMA 4ª usina de pelotização da Samarco S/A.



**Figura 1: Inauguração da Samarco Mineração, em 1977, com a presença do presidente militar Ernesto Geisel e o governador do Espírito Santo Elcio Alvarez, em Anchieta.**

Fonte: Arquivo Público do estado do Espírito Santo.

O constante aprimoramento do processo produtivo da Samarco denota a racionalidade que move as ações da empresa, o que se encaixa claramente na descrição weberiana de racionalidade econômica que opera visando uma constante expansão (tendo em vista o infinito) e dinamização do empreendimento capitalista (WEBER, 1996).

No processo de instalação da empresa, os interesses dos acionistas e executivos da mineradora Samarco convergiram com os anseios dos gestores públicos do regime militar em relação a uma específica reorganização socioespacial da economia, fato que acabou possibilitando a instalação do enorme pátio da indústria ao lado das comunidades de Ubú e Parati em Anchieta nos anos 70. Essa afinidade de interesses entre gestores do Estado e atores

empresariais repetiu-se a partir da elaboração em meados dos anos 2000 do Plano de Desenvolvimento ES-2025 (publicado em 2006), feito a partir de um conluio entre a gestão estadual personalizada no governador Paulo Hartung com uma organização do poder empresarial: movimento ou grupo “ES em ação”. A expansão da atividade produtiva da mineradora, através de sua 4ª usina, aparece como parte do plano.

Sabe-se que o plano de desenvolvimento ES-2025 pode ser considerado um elemento da articulação entre esse movimento e o governo citado, porém, a relação entre esses atores do cenário político capixaba começou antes, viabilizando a eleição de Paulo Hartung para o governo do estado, devido a ele ser o representante máximo do poder executivo estadual. Idealizado pelos empresários do movimento “ES em ação” como aquele que viabilizaria os seus anseios para o futuro da organização social a nível estadual. Assim, a organização empresarial responsabilizou-se, através de seus membros, a angariar diferentes tipos de recursos e apoios para essa candidatura (RAINHA, 2012).

O movimento “ES em ação” foi idealizado por um grupo seletivo de indivíduos, que possuíam uma ideologia homogênea de expansão econômica dos setores empresariais do Espírito Santo, planejando, a partir de suas ações, um estado destacado no cenário da economia capitalista nacional, construído que em suas visões possibilitaria o “crescimento” do estado, a partir de seu caráter economicamente competitivo (RAINHA, 2012).

Os membros fundadores do “ES em ação” são pessoas que possuem destacadas redes de influências e possibilidades de articulação para viabilizarem seus interesses, além de experiência técnica, pois alguns dos participantes fundadores dessa organização já ocuparam cargos no alto escalão do poder público e também em grandes empresas. Dessa maneira, exigem dos proponentes a membro do grupo os mesmos atributos considerados por eles como essenciais aos seus objetivos, para permitirem a entrada desses novos componentes (RAINHA, 2012).

É interessante para a análise proposta nesse espaço observar que um dos membros fundadores desse vetor de interesses empresariais ocupou o cargo de governador do Espírito Santo na época da ditadura militar no Brasil. Circunstância que demonstra uma afinidade entre anseios das elites públicas e privadas daquele período para com a conjuntura atual, o que pode ocasionar no fato da operação do processo produtivo da Samarco estar presente tanto nos interesses do governo na década de 1970, quanto nos dias de hoje, através do projeto de plano de desenvolvimento organizado entre poder público e privado.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Outro fato que demonstra a afinidade entre as perspectivas para a organização social do estado do Espírito Santo, da administração pública estadual dos dias de hoje e a que ela tomou existiu no período da ditadura militar é o fato de o governador do Estado, à época da instalação da Samarco (no governo militar), Elcio Alvarez



O *modus operandi* do plano de desenvolvimento ES-2025 também reúne outra característica que norteou o planejamento de governo que subsidiaria o *progresso* no período militar: a falta de diálogo com os distintos setores da sociedade, além das elites empresariais. Se na época da instalação da Samarco não houve diálogo com os moradores das comunidades próximas, nem um mero aviso daquilo que iria ocorrer (como ouvi de alguns moradores dessas localidades), a formulação e operação do plano de desenvolvimento atual, adotado pelo governo do Estado em conluio com o empresariado, não teve muitos avanços quanto ao diálogo com a sociedade mais ampla, já que apenas aproximadamente 400 pessoas responderam a um questionário sobre os seus anseios para o futuro do estado, sendo que em sua totalidade esses indivíduos são moradores da região metropolitana da Grande Vitória (RAINHA, 2012; CORREA, 2013). Em outras palavras, os moradores de Anchieta e concomitantemente de Ubú e Parati não foram consultados acerca dos empreendimentos direcionados para a seus locais de trabalho e moradia.

O grupo “ES em ação” – mesmo com um número limitado de sócios fundadores, depois de um período específico de atividades em que o movimento empresarial ficou restrito a esses membros – passou a aceitar diferentes interessados em fazer parte da organização. O processo de agregação de novos membros não foi a soma de interesses de cada novo participante, mas, a reorganização dos interesses pontuais em uma perspectiva que os sintetize (RAINHA, 2012). Esse processo também fez com que o grupo abrisse mais frentes e possibilidades de ações que convergissem no cumprimento dos objetivos pertinentes a organização.

Dessa forma ocorreu com o plano de desenvolvimento “ES-2025”, contando com a participação dos representantes do poder público em todo processo de formulação, assim como também participaram um grupo variável de sujeitos técnicos e empresariais, passou a ter muitas possibilidades de realização de seus propósitos tanto no âmbito objetivo quanto no âmbito subjetivo, ambos em complementariedade.

As possibilidades de realização objetiva consistem nos incentivos do governo estadual e municipal, no que tange a incentivos fiscais, a iniciativas de aprimoramento estrutural do território, visando à viabilização de empreendimentos contidos no projeto, entre outros aspectos. Por exemplo, a elaboração do Plano diretor municipal de Anchieta, que contempla os empreendimentos que já operam e que idealizam operar no município, como é a construção

---

ter sido líder do governo na assembleia como deputado, no governo de Paulo Hartung (quando o plano de desenvolvimento ES-2025, foi escrito). Assim como nos dias de hoje também exerce a mesma função. Ver o artigo jornalístico “Elcio Alvarez é o novo líder do governo na assembleia”, publicado em 07/11/2013 no jornal “A gazeta”.

de pátios industriais da CSU da Vale do Rio do Doce, além de um porto da Vale e outro da Petrobrás, próximos a Ubú e a Parati e a construção da quarta usina da Samarco (que está em fase final) (CORREA, 2013).

No âmbito subjetivo podem ser encontradas possibilidades de realização do projeto de desenvolvimento da organização, na postura de hospitalidade e otimismo que a gestão estadual (Espírito Santo) e municipal (Anchieta) em seus discursos e na publicidade oficial tratam os empreendimentos contidos no plano de desenvolvimento “ES-2025”. É destacada a forma como o estado do Espírito Santo está atraindo investimentos que irão ocasionar em milhares de vagas de emprego, demonstrando, através de suas falas, como esses projetos são importantes para o *progresso e desenvolvimento* do estado. Pode-se entender essas duas categorias, quando usadas na forma de propagandas, como indicativos do aumento de emprego e renda. Em paralelo ao poder de consumo dos capixabas, que são envolvidos por esses projetos industriais, como é também o município de Anchieta.

Existem outros sujeitos que fazem parte significativamente da forma como o movimento “ES em ação” formula e difunde um discurso que visa transformar a opinião pública – que é destacada por Rainha (2012) como elemento extremamente significativo para o grupo – a favor de seus empreendimentos e dos valores atrelados a eles – e que, de certa forma, também já são compartilhados por parte da sociedade. Tais atores com destacado poder de ação são três dos quatro maiores meios de comunicação televisivos privados do Espírito Santo. Um deles também publica mídia impressa (o segundo jornal mais vendido do estado). Esses sujeitos fomentam os indivíduos, que têm acesso a suas inferências comunicacionais, com artigos e reportagens que destacam a quantidade de empregos e a quantidade de dinheiro que tais empreendimentos trazem ou irão trazer para o estado. Além de também venderem os espaços nas grades de programação para as grandes indústrias em atividade no território do Espírito Santo, operacionalizarem a divulgação positiva de suas imagens através da demonstração de adjetivos como responsabilidade social, ambiental e a sua importância para o estado, dentre outros artigos publicitários.<sup>8</sup>

Algumas das maiores empresas de educação superior do Espírito Santo, que também fazem parte do movimento “ES em ação”, possibilitam, através de seus cursos superiores e

---

<sup>8</sup>Ver texto do secretário de desenvolvimento do estado do Espírito Santo intitulado “Um novo tempo”, publicado no jornal A Gazeta no dia 21/08/2012. Ver também os artigos jornalísticos no jornal A Gazeta “Apesar dos gargalos, ES é um dos mais procurados por investidores.”, em 07/01/2012; “Os projetos que vão transformar o estado”, em 27/04/2011; “Desenvolvimento de norte a sul do Estado”, em 12/02/2011; “ES ganha 10 terminais”, em 21/04/2012; “ Petrobrás inaugura unidade de tratamento de gás em Anchieta, no litoral sul do Espírito Santo”, em 26/10/2010; “Desenvolvimento: grandes projetos saem do papel e criam vagas”, em 20/02/2012; “No caminho do desenvolvimento: Uma siderúrgica duas vilas e muita polêmica”, em 25/04/2010; “ Em Anchieta, o surgimento de oportunidades”, em 24/10/2011.

técnicos, a qualificação de parte da mão de obra a ser arregimentada pelos empreendimentos industriais. (Mesmo sem garantir a entrada desses alunos nas fileiras de trabalho das indústrias instaladas ou que virão a ser instaladas no território do Espírito Santo.) Elas utilizam a iminência da chegada desses investimentos, que é criada pelo próprio movimento “ES em ação”, através da publicidade oficial do governo do Estado e de governos municipais, em discursos do poder público, para poder atrair novos clientes/alunos.

Mesmo não fazendo parte formalmente da organização denominada “ES em ação”, algumas empresas de ensino privado dos municípios de Guarapari e Anchieta utilizam do discurso da industrialização (ao mesmo tempo em que fazem coro a ele) em sua publicidade para atrair alunos interessados em se qualificar para serem aptos a disputar as possíveis vagas de trabalho nos empreendimentos em operação na localidade (Samarco e Petrobrás), que estão constantemente em expansão. Ao mesmo tempo, dão a entender que oferecem tais cursos voltados às indústrias devido a uma nova possibilidade de mercado educacional relacionado a esses grandes projetos industriais. Isso é passível de ser observado ao notar distintos informes publicitários, como cartazes e até outdoors dessas escolas, nos municípios de Guarapari e Anchieta. Outro fator atrelado a essas instituições privadas de ensino está no fato de elas periodicamente levarem seus alunos para conhecer os processos produtivos da Samarco mineração. Assim como o discurso proveniente da empresa, esta prática não se resume ao ensino superior, pois também é realizada na educação básica.

Josilene Corrêa (2013), a partir da maneira que interpretou a síntese do plano de desenvolvimento ES-2025, pode identificar os seguintes projetos direcionados ao território que coaduna com os locais de vivência dos pescadores artesanais de Ubú e Parati: projeto nº 59 UTG SUL da Petrobrás, projeto de nº 61 – Implantação de um polo siderúrgico em Anchieta e o projeto nº 70 – Desenvolvimento do porto de Ubú. Dentre esses projetos podem ser encontrados a expansão da mineradora Samarco, a partir da sua 4ª usina que, neste momento, está em fase de finalização. Assim como outros projetos relativos à construção da Companhia Siderúrgica de Ubú (empreendimento abortado uma segunda vez pela Companhia Vale do Rio Doce), que inclui também um possível Superporto da mineradora próximo ao porto já existente da Samarco. Por último, são idealizadas iniciativas industriais voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva da Petrobrás na região, a partir de um terminal marítimo. A petrolífera já possui a UTG (Unidade de Tratamento de Gás) operando nas proximidades de Ubú e Parati.

“A UTG Sul tem capacidade de processar diariamente até 2,5 milhões de metros cúbicos de gás, ligando-se ao gasoduto Sudeste-Nordeste, vindo assim concretizar as políticas de ampliação e diversificação da indústria do petróleo proveniente do pré

sal. O gás é então comprimido na plataforma FPSO Capixaba, a qual produz óleo e gás, e é enviado por um gasoduto submarino de 87 quilômetros até a UTG-Sul...” (CORRÊA, 2013, p. 115).

No momento anterior a instalação do gasoduto pertencente à UTG, a petrolífera instalou, por um período limitado de tempo, uma plataforma denominada Itapuã, que objetivava exercer pesquisas geotécnicas (direcionadas ao entendimento da crosta terrestre) na costa de Ubú, como parte do processo de pesquisa para construção do porto da Petrobrás, que até os dias de hoje não começou a ser construído. Os pescadores de Ubú e Parati, além dos demais moradores, só perceberam esse movimento quando já estava em operação.

Desde a instalação da Samarco nos anos 1970, o governo brasileiro regulamentou as distintas interações entre as variadas atividades produtivas e a entidade caracterizada como meio ambiente. Na época da instalação da mineradora em Anchieta não houve estudo acerca de seus impactos no ambiente, nem mesmo divulgação detalhada de sua atividade produtiva para os moradores das localidades mais próximas.

A partir da Resolução do CONAMA, de nº 001 de 23 de Janeiro de 1986, ficou estabelecido que “... *considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais*”. Além dessa descrição mais geral, o governo nacional classifica um montante de iniciativas (incluindo as atividades de extração, beneficiamento de minério e atividades ligadas à extração de petróleo), que, para serem materializadas, passam a requerer o EIA, Estudo de Impacto Ambiental. Através desse estudo é produzido o RIMA, Relatório de Impactos Ambientais. Posteriormente, como ordena a legislação, este relatório deve ser direcionado para o órgão fiscalizador das questões ligadas ao meio ambiente a nível estadual. No caso do Espírito Santo, o IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente), parte do governo do Estado.

O EIA/RIMA é um construto estritamente técnico-científico, devendo ser realizado segundo a Resolução nº 001 por uma equipe multidisciplinar de especialistas, que congrega, de certa forma, distintas especialidades desse tipo de conhecimento. Há necessidade de o estudo abranger, através de seus especialistas, os meios físico, o biológico e socioeconômico. Bruno Latour aponta que a perspectiva ocidental moderna enxerga os seus portadores como tipos de seres humanos privilegiados nas suas capacidades de entendimento e ação sobre a

realidade, o que acaba refletindo no modo de ser do seu principal modelo de conhecimento, materializado na ciência (LATOUR, 1994).

Segundo o autor, a ciência é usualmente exercida no âmbito das universidades através do debate de ideias, da constante contra argumentação dos seus produtos e da refutação de suas verdades. Porém, esse processo só ocorre quando são argumentos da ciência moderna contra argumentos da ciência moderna. Quando a ciência confronta outro modelo de conhecimento, sua legitimidade cultural e social a posta para além das limitadas capacidades humanas, convertendo o cientista em um não humano, que é creditado como uma capacidade de previsão para além de suas possibilidades (LATOUR, 1994). Isso é o que parece ocorrer na resolução que institui o EIA como um estudo caracteristicamente científico, à revelia do conhecimento de atores locais que detém um destacado saber sobre seus ambientes, como são os pescadores artesanais de Ubú e Parati.

Outro aspecto que envolve o EIA/RIMA é o fato de que o responsável pelo custeio e pela escolha da empresa de consultoria é o proponente e causador do impacto ambiental cujas prováveis consequências serão examinadas. Sendo assim, por raciocínio indutivo, se pode pensar que uma empresa de consultoria que fará pesquisas que inviabilizem a permissão de seus contratantes realizarem as atividades propostas não sobreviveria muito tempo nesse tipo de mercado. No caso do Espírito Santo, algumas das empresas de consultoria que realizam os EIA relativos às atividades da Samarco e da Petrobrás fazem parte do próprio movimento “ES em Ação”.

O IEMA do Espírito Santo é o responsável por fiscalizar as empresas e avaliar os EIA/RIMA, assim como cobrar o cumprimento de compensações e condicionantes advindos desse relatório, ao mesmo tempo em que é um órgão estatal submetido ao governo do Estado. Como já foi exposto até aqui, esse governo estadual é um dos principais idealizadores das atividades impactantes no Estado, o que acaba inviabilizando este órgão de exercer uma função de fiscalização livre de qualquer sanção não oficial nos bastidores.<sup>9</sup> Além disso, o que também pode estar ocasionando o não cumprimento de suas funções de fiscalizador de maneira coerente com o seu propósito oficial é a falta de estrutura proporcionada aos servidores do órgão, para que seja efetivada esta função.<sup>10</sup>

Esse tópico teve o objetivo de mapear criticamente o que seria o campo dos projetos

---

<sup>9</sup> Conferir reportagens publicadas no jornal digital chamado “Século Diário”: “**Cala a boca**” em 28/08/2012 e “**Justiça proíbe Iema de renovar licença de terminal da Petrobrás**” em 23/08/2013.

<sup>10</sup> Ver reportagem publicada no jornal digital chamado “Século Diário”: “Servidores do Iema seguem buscando diálogo com o governo, mas não descartam greve” em 04/12/2013. E reportagem publicada no jornal digital “Capixabão”: “Servidores do Iema entram em greve e só retornarão às atividades depois da resposta do governo” em 18/06/2012.

caracterizados por seus proponentes como de *desenvolvimento*, que são voltados ao território de Ubú e Parati. Para isso, tive que relacionar o local dessas duas comunidades a fatos distanciados de seus territórios, mas que neles exercem influência direta – desde meados dos anos 1970 até os dias de hoje. O mapeamento proposto aqui também tem clara inspiração na interpretação feita por Gustavo Lins Ribeiro, que chama os diversos processos sociais que envolvem os PGEs de “dramas”, por conta da multiplicidade de situações sociais que envolvem os movimentos de instalação e operação desse tipo de iniciativa produtiva.

O próximo tópico desse texto tratará das mobilizações e articulações feitas pelos pescadores artesanais em vista de sua percepção acerca das influências dos grandes projetos industriais voltados a seus territórios de vivência.

### **3.3 Quando modos de vida tornam-se engajamentos políticos**

Na construção desse estudo via trabalho de campo, pude, em cada conversa com alguns dos pescadores de Ubú e de Parati, de certa forma montar um quebra-cabeça interpretativo acerca das diferentes consequências relativas à convivência nada harmoniosa entre a Indústria de extração e beneficiamento de minério Samarco, a petrolífera Petrobrás – que se instalou algumas décadas depois da mineradora – e os pescadores artesanais, que estavam nas comunidades de Ubú e Parati antes da chegada dessas duas empresas colossais.

Algumas das consequências da interação entre pesca artesanal e indústria já foram expostas em tópicos, e no capítulo anterior dessa dissertação de mestrado. Foram abordadas as formas como a organização social da comunidade e o cotidiano da pesca artesanal são afetados pelas industriais atividades mineradora e petrolífera. A partir desse momento construirei uma interpretação acerca de uma última consequência da interação pesca e indústria: a mobilização política de alguns pescadores artesanais no intuito de fazer valer seus interesses perante as forças que se postam como impedimentos e grandes adversidades no exercício da pesca artesanal em Ubú e Parati.

Segundo alguns relatos de pescadores artesanais da comunidade, com os quais tive oportunidade de conversar ao longo desse estudo, desde o começo da instalação da Samarco, em 1972, até os dias de hoje, as consequências da atividade industrial foram sentidas e percebidas gradativamente, umas paralelas às outras. Isto é, as dragagens, o despejo de efluentes na lagoa de Ubú, a diminuição dos mariscos, a escassez de alguns tipos de pescado, o pó preto vindo da empresa, a proibição de pescarem na área do porto, os efluentes industriais que manchavam as linhas de pesca e de rede nos momentos posteriores as

operações de dragagem.

Primeiramente, esses indivíduos não sabiam especificamente quais eram as causas das mudanças nos seus ambientes de trabalho, mas, com o tempo, houve a sofisticação do saber acerca dessas questões. Desse modo, eles passaram a relacionar cada mudança no ambiente à determinada ação da mineradora, assim como também perceberam em quais épocas cada impacto ambiental era desenvolvido.

A partir dessa percepção, os sujeitos da pesca artesanal dessas localidades sempre tentaram pensar alternativas para fazer valer os seus direitos frente à indústria vizinha, ou recorrer à prefeitura municipal e a colônia de pescadores. Porém, o posicionamento da colônia de pescadores de Anchieta e da prefeitura municipal, nas interpretações dos pescadores dessas comunidades, sempre variou entre o favorecimento/ a justificação das ações da empresa (Prefeitura) e a mera passividade e impotência (Prefeitura e Colônia de Pescadores de Anchieta) perante tais inferências industriais que iam continuamente de encontro à pesca artesanal exercida nas comunidades de Ubú e Parati. No entanto, nenhuma iniciativa dos pescadores artesanais, com o objetivo de se mobilizarem por seus direitos, havia sido consolidada como um vetor de representação de interesses desse grupo cultural. Isto até o momento da criação da Associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati, e é sobre esse momento que discorrerei a partir de agora.

A ideia de criar uma associação de pescadores de Ubú e Parati surgiu a partir de uma situação cotidiana, que me foi relatada pelo presidente da associação de pescadores (que ocupa o cargo desde o início da organização até os dias de hoje).

A iniciativa decorre do fato de que, em uma conversa informal ocorrida em um restaurante da comunidade, ficou-se sabendo que o seu irmão, também pescador artesanal da região, teria que retirar seus *petrechos* de pesca (rede de espera) da área do porto de Ubú, lugar já consolidado tradicionalmente como local de pesca da comunidade. Pois havia chegado um pesquisador do Rio de Janeiro para fazer uma pesquisa no local para a Samarco, mas que, posteriormente, serviria também a Petrobrás (fato que os pescadores da comunidade tomaram ciência mais tarde).

Algum tempo depois, quando o presidente da associação – que ainda não exercia o cargo, pois não havia sido criada a Associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati – voltava de uma ida ao centro de Anchieta, percebeu uma discussão entre o seu irmão, outra pessoa da comunidade e dois sujeitos estranhos que pareciam ser de fora do âmbito comunitário. Naquele momento, ao procurar saber do que se tratava a conversa acalorada descobriu que o conteúdo era exatamente o fato já exposto na comunidade através de boatos:

o pesquisador, do estado do Rio de Janeiro, estaria impondo a retirada do equipamento de captura de peixes de seu irmão da área do porto industrial de Ubú.

Ao perceber a conjuntura, o futuro presidente da associação entrevistou, afirmando que o irmão dele só retiraria os *petrechos* de pesca se a empresa o compensasse pelos dias sem pescar, pois aquele era seu “ganha-pão”; era com a venda dos frutos da pesca que o irmão sustentava sua família. Ainda afirmou que, como a captura dos pescados era o meio de vida dos pescadores artesanais, eles iriam defendê-lo com suas próprias vidas, se houvesse a retirada das redes da água sem a permissão do dono.

Depois da discussão sem resolução, um conhecido casal de advogados chegou até o presidente da associação de pescadores artesanais, afirmando que ambos haviam ouvido a discussão entre os pescadores e os pesquisadores vindos do Rio de Janeiro. Eles que costumavam recorrentemente passar as férias em Ubú, onde possuíam uma residência.

O advogado afirmou que a melhor maneira possível para que os pescadores conseguissem desenvolver um embate com a empresa, em vista da defesa de seus interesses, era através da criação de uma associação de pescadores, comprometendo-se a pesquisar sobre os procedimentos requerentes ao desenvolvimento desta tarefa. Algum tempo depois, ele voltou a Ubú e, junto a um grupo de pescadores vindos de lá e também de Parati, escreveram o estatuto da associação de pescadores artesanais.

Porém, do tempo em que o estatuto foi escrito até a fundação formal da associação de pescadores, houve grande distância a ser percorrida pelos interessados em construir essa forma de mobilização política, devido ao fato de que o registro oficial da associação requeria uma quantia considerável em dinheiro, que demorou a ser angariada, pelos futuros associados.

A Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati possuía em sua fundação aproximadamente 25 membros; hoje já é uma organização com 219 componentes. Desde o processo de criação do movimento até suas atividades atuais, essa organização civil é permeada por redes de cooperações, formais ou informais, ligadas a indivíduos e instituições. Segundo um de seus fundadores, foi angariando maior legitimidade perante as empresas e o poder público, à medida que essas redes de cooperação se fortaleceram, paralelamente conquistando maior número de membros associados.

O modo de operação da associação é composto de diferentes atividades, algumas requerentes da participação de todos os associados, como reuniões e assembleias. Quando é necessário o exercício do voto de cada membro ou do maior número possível, para que sejam decididos aspectos que abrangem toda a comunidade de pescadores artesanais. Como, por exemplo, a escolha de demandas a serem expostas ao poder público, ou ainda na requisição e



aceitação de determinadas medidas compensatórias vindas como resultado das atividades ambientalmente impactantes das empresas que operam na região.

Outro tipo de ação da associação gira em torno de apoio jurídico (através do advogado da entidade) e logístico (possibilitando aos pescadores proponentes a aposentadoria ao INSS ou, se for o caso, até o juizado especial) para os pescadores artesanais associados, no momento em que eles requerem sua aposentadoria.

A associação trabalha no processo de aposentadoria dos pescadores reunindo seu histórico, através de seus registros de embarque, licenças para pesca, tipos de pesca exercidos ao longo da vida na profissão. Usualmente, o presidente e o vice-presidente, entre outros membros, também testemunham perante o juizado especial quando a aposentadoria é negada pelo INSS, no intuito de comprovar que aquele indivíduo requerente da aposentadoria viveu por meio da pesca artesanal.

A aposentadoria, segundo o presidente da associação de pescadores, é geralmente negada quando o pescador contabilizou o seus anos de pesca somando-se a pesca realizada em abrolhos, que é uma pesca de maior escala ultrapassando os 3000 quilos (o máximo considerado pelo INSS como pesca artesanal) de pescado capturado por empreitada de pesca. Porém, o Ministério da Pesca reconhece como pesca artesanal uma pesca que consegue capturar até 10000 quilos. Concomitantemente essas diferentes visões, regras e regulamentos dentro do próprio Estado, gera uma confusão e uma posição esquizofrênica do Estado, leva o requerimento de aposentadoria ao âmbito jurídico, o que até agora resultou em sucesso da associação dos pescadores, que conseguiu aposentar os seus membros na situação relatada.

Além das conversas com o presidente e vice-presidente da associação, e com outros membros, pude angariar informações sobre os tipos de mobilizações políticas que a associação desenvolve e já desenvolveu através do livro de um processo de cooperação entre pescadores artesanais e um programa de pós-graduação *stricto sensu* de uma instituição privada de ensino superior de Vitória, capital do estado do Espírito Santo.

O fruto dessa cooperação é o livro *Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES na região metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ* (2009). Nesta obra, há um artigo escrito conjuntamente entre o presidente da associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati e uma professora desse programa de pós-graduação, que também possuía residência em Anchieta, ao mesmo tempo em que militava contra os grandes impactos no ecossistema anchietense produzidos pelas grandes indústrias. O texto foca a atuação combativa da associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati, onde é feita uma divisão das principais frentes de atuação da associação até a sua data de publicação.

No artigo denominado “A luta da Associação de pescadores de Ubú e Parati” contido neste livro são expostas as principais lutas empreendidas pela Associação de pescadores de Ubú e Parati, na percepção de seu presidente, até o ano da publicação da obra. Começando pelo atrito produzido pela aproximação, em 2006, de uma plataforma da Petrobrás (Plataforma Itapuã) que tinha o intuito de fazer pesquisas geotécnicas para viabilizar a construção de um porto para a empresa. Esse fato foi percebido somente quando a estrutura parou em frente à praia do Além em Ubú, e ficou estacionada por cerca de quatro meses, inviabilizando a pesca no local, que é tradicionalmente utilizado nos lances de rede (NEVES, 2009).

É oportuno nessa exposição observar como a associação exerce uma representação dos interesses dos pescadores artesanais da região processualmente, tentando superar as adversidades no caminho. Tenho a ousadia interpretativa de até caracterizar que ela desenvolve-se, em parte, como o senso prático presente no *saber fazer* do pescador artesanal, modificando-se na procura de alianças, conforme cada situação requer e condiciona. Já que muitas vezes os pescadores artesanais envolvidos com as atividades da associação se defrontam com circunstâncias que exigem capacidades recursivas e maleabilidades ausentes em suas condições de pescadores artesanais, como a lida nos campos judiciário e técnico científico.

O primeiro passo no conflito com a petrolífera foi procurar a Secretaria Municipal responsável pela pesca artesanal. O então secretário não se prontificou a auxiliar os pescadores na empreitada de cobrar as empresas envolvidas (Petrobrás e Odebrecht) nos prejuízos afirmados pelos pescadores artesanais. Sendo assim, os pescadores tentaram entrar em contato diretamente com a petrolífera estatal, até meados de 2008, não obtendo esse contato. Um tempo depois, através de um representante do núcleo anchietense do Partido dos Trabalhadores, conseguiram enviar um ofício ao gabinete do então Presidente da República, Luis Inácio “Lula” da Silva, expondo a situação na qual se encontravam, em relação à Petrobras (NEVES, 2009).

Desse modo, a empresa entrou em contato com os pescadores, havendo uma fase de negociação, em que seus representantes exigiram um relatório sobre os impactos causados na pesca, que foi feito em conjunto com as secretarias municipais de pesca e meio ambiente de Anchieta. O relatório foi recebido como inválido por ser, na percepção dos executivos da empresa, “pouco objetivo”. Posteriormente o relatório foi refeito, ficando acordado que os impactos ocasionaram em quatro meses sem a possibilidade de os 74 associados à época pescarem. Algum tempo depois, a petrolífera aceitou depositar a quantia correspondente ao

tempo ocioso para os pescadores de Ubú e Parati; exigindo, porém, que esse pagamento não caracterizasse um ressarcimento causado pelas atividades da empresa – algo que denegriria a sua imagem. Mesmo a contragosto a Associação aceitou tais termos, que eram o pagamento das indenizações a partir do programa de responsabilidade social Ciranda Capixaba, por conta do desespero e da necessidade de seus membros contarem com essa quantia para o seu sustento (NEVES, 2009).

Reuniões como essa, ocorrida com a Petrobrás, tornaram-se rotineiras no cotidiano da Associação de Pescadores de Ubú e Parati. Ocorreram entre os representantes, presidente e vice-presidente, e alguns outros membros, com as secretarias municipais, com a Samarco e com o ministério público, assim como com aliados da associação em suas atividades combativas. Em um momento posterior a essas reuniões, o presidente da Associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati costuma convocar de casa em casa as famílias associadas, no intuito de reunir em forma de assembleia, na quadra de Parati. Para assim, os representantes que participaram das reuniões poderem expor o ocorrido e a posição das empresas sobre determinada situação.

Em relatos sobre reuniões entre pescadores, poder público e executivos das grandes empresas (que atuam na costa de Ubú e Parati) há o assinalamento de que os espaços das falas dos primeiros são reduzidos, ou de certa forma ridicularizados, visto que eles não compartilham de códigos específicos de um saber técnico-científico, que os pescadores caracterizam como “teórico” em vista do saber da pesca que é considerado “prático”.

De certa forma, os detentores dos saberes “técnicos”, algumas vezes, inviabilizam a argumentação dos representantes dos pescadores nessas reuniões. Relação semelhante ocorre em outras situações: o representante do poder público, no caso um Promotor da região que abrange Anchieta e Guarapari, é retratado por alguns pescadores como um indivíduo que utiliza, com frequência, da intimidação para calar as reivindicações e os questionamentos dos indivíduos pescadores artesanais. Estes, por sua vez, por diversas vezes interpelam tal promotor acerca do seu posicionamento sempre favorável às empresas. Em contraponto, o mesmo já ameaçou de prisão o presidente da associação e o vice-presidente, além de algumas vezes ironizar a postura reivindicativa, demonstrando, de certa forma, a não intimidação do representante dos pescadores, ao questionar “como você ainda não foi preso?”.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Ver no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=ATGk0p6jDH4> um vídeo em que este representante do ministério público, tece uma elogiosa fala sobre o “compromisso ambiental” da mineradora que atua em Anchieta, no evento em que estavam presentes também o governador do estado, vice-governador e o prefeito de Anchieta a época. O evento tratava-se da inauguração oficial dos novos equipamentos da mineradora Samarco, que são afirmados como “neutralizadores da emissão de particulados” ou “wind fences”. Esse vídeo foi ao ar em 14/12/2012 em um programa denominado “Espaço Sustentável”, que é transmitido por uma emissora de

Um exemplo de reunião de todos os membros da Associação de pescadores de Ubú e Parati será retratado na exposição sobre uma assembleia dos pescadores artesanais, que eu tive oportunidade de presenciar no primeiro semestre do ano de 2013. O tema do evento era a viagem que o presidente e o vice-presidente da associação fizeram para Angra dos Reis e Ilha Grande, no intuito de conhecer uma experiência de piscicultura de uma espécie de peixe chamado “biju-pirá”. Isso com a finalidade de tentarem fomentar tal cultura em Ubú e Parati com subsídio da Petrobrás, para que ela continue exercendo suas atividades de pesquisa sísmica, perfuração e extração de petróleo na costa concernente à área de pesca dos pescadores artesanais da região. Ou seja: medida compensatória que deve ser suprida pela empresa, esse tipo de criação de peixes era um desejo e uma reivindicação antigos da comunidade, mas que se mostrou inviável para as condições presentes na costa da localidade. A partir de agora farei um relato sobre a experiência de acompanhar a reunião dos membros da associação de Pescadores artesanais de Parati e Ubú.

Fui acompanhar uma reunião, onde estavam presentes dois secretários municipais, o responsável pela Secretaria de Meio Ambiente e o responsável pela secretaria municipal de Pesca e Agricultura,<sup>12</sup> que fizeram falas iniciais em que se apresentaram, pois estavam começando suas gestões e predispuseram-se a “ajudar” a comunidade. Presentes também estavam os associados de Parati e Ubú, que incluem todos os participantes dos diferentes processos produtivos da pesca na localidade.

Os associados se dividem entre pescadores e pescadoras a remo, a motor, marisqueiros e marisqueiras. A reunião tinha como objetivo, proposto pelo presidente da associação e pelo vice-presidente, a exposição da experiência que os dois tiveram relativamente à piscicultura em Angra dos Reis e Ilha Grande, que é a criação de uma espécie de peixe denominado biju-pirá.

A reunião da Associação se dava com a presença de uma quantidade equilibrada de

---

televisão que faz parte do movimento “ES em ação”. É interessante observar a calma do promotor no momento de sua entrevista, comportamento que contrapõe-se a descrição dos pescadores artesanais, sobre sua postura agressiva perante eles.

<sup>12</sup> A presença de dois secretários municipais nessa reunião é um fato relevante acerca da relação entre os pescadores artesanais de Ubú e Parati e o prefeito eleito, que passou a governar a partir do ano de 2013, o candidato ganhador, postava-se em oposição ao candidato indicado pelo antigo prefeito, e teve apoio dos pescadores artesanais insatisfeitos com a postura da gestão passada em relação a pesca artesanal que em momento nenhum disponibilizava-se a dialogar com esse setor social de Anchieta, concernente aos pescadores artesanais, a postura da gestão passada era exemplificada em alguns relatos dos pescadores, como autoritária, por não estar disposta a ouvi-los, essa postura é exemplificada pelo fato do primeiro Secretário de Pesca da gestão passada ter sido um atravessador e dono de fábricas de gelo, posteriormente houve a unificação entre a secretaria de pesca com a Secretaria de agricultura, onde o secretário responsável pelas duas pastas passou a ser um indivíduo especialista em sua área profissional de atuação na agricultura. Portanto o prefeito eleito teve o apoio dos pescadores artesanais, principalmente os mais ligados a Associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati.

mulheres, algumas com crianças pequenas, e de homens adultos. Existiam, também, tanto mulheres quanto homens idosos. Essa convenção ocorreu na quadra do ginásio de Parati, e foi operacionalizada com uma caixa amplificadora conectada a energia e um microfone a ela ligado, posses da Associação de Pescadores— além de cadeiras de plástico, propriedade da associação de moradores de Parati.

O presidente da associação foi o que mais expôs suas reflexões, devido ao motivo maior da reunião ser uma oportunidade de exposição da sua experiência e do vice-presidente da associação junto aos representantes da Petrobrás, que conferiram a iniciativa e os procedimentos relacionados à atividade de piscicultura do peixe biju-pirá, em Angra dos Reis e Ilha Grande no Rio de Janeiro. Essa exposição, enfim, tinha como objetivo deliberar a aceitação ou a inviabilização do projeto para as águas de Ubú e Parati.

Os representantes da Associação expuseram suas impressões acerca desse tipo de piscicultura: esse peixe é criado em tanques-redes no mar, mas também necessita de contato com a água doce e de cuidados específicos, como uma alimentação de, no início de suas vidas, até cinco vezes por dia. Em síntese, a piscicultura do biju-pirá requer uma infraestrutura sofisticada e grande nível de atenção e dedicação de seus criadores, incluindo até a lavagem dos espécimes em determinado período de sua vida. Além desses fatores, algo que foi também exposto pelo presidente e vice-presidente da Associação, foram as condições ambientais encontradas na piscicultura de Angra dos Reis e Ilha Grande. Isto é, condições favoráveis que, com a constância da maré, se aproximavam das possibilidades relativas à piscicultura nas lagoas. Algo significativamente diferente das condições propiciadas por Ubú e Parati, onde a maré é inconstante e às vezes o vento é demasiado forte, mudando bruscamente de um dia para o outro.

A visita dos dois sujeitos à experiência de piscicultura no Rio de Janeiro deu-se por iniciativa da Petrobrás, no propósito de viabilizar o exercício de suas atividades no município de Anchieta, portanto, como uma medida compensatória para superação dos condicionantes necessários ao exercício oficial de suas atividades. A empresa via seus executivos mostrou-se desconfortável com a situação e a reação dos representantes acerca do projeto de piscicultura; pois, na perspectiva dos pescadores, não daria certo essa iniciativa em suas regiões, devido a circunstâncias já apresentadas nesse texto, que são a inconstância do vento e um mar bastante agitado em Ubú e Parati.

Para os pescadores, a empresa estava mais preocupada em viabilizar o exercício de suas atividades, superando um condicionante para que pudesse operar, do que fomentar um projeto com reais possibilidades de perpetuar-se como fonte de vida para os pescadores

artesanais, diretamente atingidos pelas consequências do trabalho da empresa na região.

Outro elemento determinante para a decisão do coletivo foi que a associação de pescadores de Parati e Ubú tinha outro projeto em mente: um atracadouro para os barcos em conjunto a uma fábrica de gelo, para os pescadores da região. Esse empreendimento possuía ampla aceitação, pois contemplaria os diversos tipos de pesca e também as marisqueiras. Ele é um desejo antigo da comunidade. Foi inviabilizado uma vez, porém, por demandar um estudo de impacto ambiental orçado em 17 mil reais (NEVES, 2009), na época da primeira vez que foi proposto à secretaria municipal de pesca de Anchieta. Dinheiro que a associação não tinha, mas com o subsídio da Petrobrás tornar-se-ia possível.

Depois da dificuldade de prosseguir com a deliberação do projeto, por conta da dispersão em algumas conversas paralelas, foi votada a inviabilização da piscicultura do bijupirá e a eleição da construção da fábrica de gelo e do atracadouro, através da Petrobrás, em uma votação. Isso depois da reunião ser um pouco esvaziada em razão de uma nova fala do secretário municipal de meio ambiente, que desagradou a maioria.

A fala deste representante ocorreu em virtude de outra questão que permeou a reunião: a iminência de uma nova dragagem nos entornos da localidade, próxima aos locais de pesca, motivada pela expansão das atividades do porto da mineradora Samarco. O secretário afirmou que foi, com a empresa, nos lugares onde ocorrerão as dragagens – também onde será a zona de despejo do sedimento retirado do fundo do mar –, e que ouviu da companhia garantias de que a atividade não será impactante. Ou seja: a dragagem irá novamente ocorrer – o que de fato aconteceu alguns meses depois, produzindo os mesmos problemas já expostos no final da parte II desse estudo.

Na perspectiva da totalidade dos pescadores, as dragagens que já ocorreram prejudicaram a pesca significativamente, inclusive a mariscagem, por conta do sedimento retirado do fundo do mar, onde também é acumulada a poluição advinda dos resíduos da companhia. Quando o fundo do mar é mexido ele levanta essa substância, que, no caso de Parati e Ubú, foi causa da morte de sururus e afastamento de polvos e outros pescados, como o baiacu da região. Pescadores, desde a fundação da empresa até os dias de hoje, tiveram oportunidades de conhecer tal procedimento muito bem, fato que faz com que eles não acreditem que possa haver qualquer medida mitigadora dos impactos produzidos pela atividade de dragagem.

O acaso também é um determinante importante na formação das redes que envolvem a atuação da Associação de Pescadores de Ubú e Parati. Foi esse elemento que fez com que, em meados do ano de 2011, o presidente da associação encontrasse um indivíduo que faz parte de

uma empresa de consultoria de Curitiba, especializada em realizar cartografias socioambientais. Esse indivíduo estava de passagem por Anchieta e acabou encontrando e conversando com o pescador de Ubú, presidente da associação dessa classe. Ao tomar ciência da dificuldade de legitimação do direito de uso do ambiente costeiro de Ubú e Parati para a pesca e dos seguidos impactos das grandes empresas nesse referido meio, o consultor sugeriu um processo que resultaria no autorreconhecimento das comunidades de Ubú e Parati como comunidades tradicionais.

O processo que resultou no autorreconhecimento ocorreu envolvendo seguidas reuniões dos membros desta empresa de consultoria com os pescadores das comunidades, nas quais eram apontados os locais de pesca e de vivência dos pescadores, assim como as áreas impactadas pelas atividades industriais, se construindo assim uma cartilha socioambiental das comunidades.

Com o fim da elaboração da cartilha socioambiental, reuniram-se todos os membros da associação no local, a quadra pública de Parati – usualmente utilizada para abrigar as reuniões e assembleias dos membros da Associação de pescadores de Ubú e Parati. Realizaram uma espécie de cerimônia de autorreconhecimento das comunidades de pescadores artesanais de Ubú e Parati como tradicionais.

A noção de “comunidades tradicionais” presente neste ato de autorreconhecimento, pelos pescadores artesanais de Parati e Ubú, pode ser interpretada como uma tentativa de legitimação do uso e apropriação de determinado território por um coletivo que já o faz recorrentemente. Ou seja: esse grupo constitui-se como “população residente” de um ambiente específico, sem evocar, em sua autodefinição, uma condição de atraso e de imobilidade no tempo e no desenvolvimento de seus modos de vida (BARRETO, 2006).

A última atividade da associação de pescadores artesanais, de que pude ter ciência e em parte acompanhar, tratou-se de uma reunião entre uma empresa de consultoria, representantes das comunidades, não somente de Ubú e Parati, mas também de todo o território de Anchieta. Assim em decorrência da participação de um representante de uma petrolífera multinacional australiana, a Peremco, que possuía a intenção de sondar a existência de poços de petróleo na costa de Ubú e Parati.

Esse encontro era muito aguardado pelos representantes da Associação devido ao fato de que na última reunião entre as partes (a empresa de consultoria, a petrolífera e os pescadores e pescadoras) foi preterida pelos pescadores a “educação ambiental” (que é um condicionante postado pelo IBAMA) proposta pela empresa para a comunidade, que seria ministrada pela empresa de consultoria ambiental. O argumento da comunidade, através da

Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati, era de que a “educação ambiental” não compensaria os danos causados à pesca da região e, concomitantemente, não revigoraria a capacidade dos pescadores sustentarem suas famílias através da pesca artesanal.

Outra exigência feita, na última reunião entre as partes, foi que houvesse a presença do representante do IBAMA, do setor da Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) – setor responsável pela formulação dos procedimentos de licenciamento e fiscalização dos empreendimentos que trabalham com petróleo e gás. Isso no intuito de discutirem esses procedimentos junto à demanda dos pescadores artesanais locais, que até então não estavam satisfeitos com a interação atual nesse tipo de empreendimento. Incluindo nisso a prática de ofertar “educação ambiental” a uma comunidade de pescadores artesanais, que, desde crianças, aprendem a lidar com os ciclos do ambiente.

O desejo da comunidade, porém, de que viesse o representante do IBAMA não se concretizou<sup>13</sup>. Os representantes da empresa de consultoria alegaram, para os pescadores e pescadoras em conjunto num auditório da Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura de Anchieta, que haviam se reunido uma vez com o coordenador do CGPEG no Rio de Janeiro, mas que algum tempo depois não conseguiram estabelecer contato com o mesmo. Assim, até o início da reunião, ele não havia chegado, assim como não chegou nem ao final.

Esse fato foi tratado como exemplo de desrespeito do IBAMA para com a comunidade de pescadores artesanais pelo presidente da Associação. Logo em seguida, propôs novas exigências de que todos os presentes fossem avisados com antecedência, através do próprio IBAMA, acerca de uma possível próxima reunião; só assim os pescadores e pescadoras artesanais compareceriam. A mediação ficaria sob responsabilidade da empresa de consultoria ambiental.

O não comparecimento do representante do IBAMA tornou-se um fato peculiar por conta de uma das reivindicações que seriam apresentadas a ele era a de que a comunidade preteriria a “educação ambiental” ofertada pela empresa de consultoria contratada pela petrolífera Peremco. Ou seja, a empresa de consultoria estava ciente de que sua função perante a comunidade seria rechaçada, apesar disso se desdobrar há algum tempo, através de reuniões periódicas com a comunidade de pescadores de Anchieta (desde abril até 21 de novembro, data da reunião em que eu estive presente). Os consultores sabiam também que o principal motivo do comparecimento dos membros da comunidade de pescadores artesanais de Anchieta seria a presença de um membro do CGPEG do IBAMA. Não providenciaram o

---

<sup>13</sup> A vinda de um representante direto da sede do IBAMA já era tratada pelos representantes da Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati como um marco, uma vitória das reivindicações exercidas pela organização desde a sua fundação.



cancelamento da reunião e foram bastante questionados, aparentando até certo constrangimento perante a comunidade.

Algo que também chamou atenção foi a postura da empresa de consultoria ambiental. Especificamente o que podemos chamar de didática na comunicação em reunião públicas: de certa forma, lembrou-me aulas ministradas para crianças, nas séries iniciais da vida escolar, recheadas com desenhos. Também a fala dos membros da empresa, que esboçava uma tentativa de construir intimidade com os membros da comunidade, incluindo auto-apresentação dos consultores a partir de apelidos e abreviações de seus nomes oficiais. No final da reunião, é chegado o momento do usual lanche proporcionado pela empresa para a comunidade, que é o foco da interação.

O diálogo entre os pescadores artesanais e a petrolífera Peremco era tratada pelo presidente da Associação como exemplo de uma nova postura que a comunidade de pescadores via associação irá tomar perante as empresas que ambicionam funcionar em territórios que afetam o modo de vida da pesca. A partir desse momento, ainda segundo o presidente, os pescadores, recorrentemente atingidos pelas atividades industriais, querem tomar ciência, participar e receber compensações durante todas as etapas do processo de inserção das empresas, inclusive nas partes concernentes à pesquisa (caso da Peremco), mesmo que ela não resulte no início das operações das empresas nos locais. Isso ao invés do ressarcimento após a ocorrência do prejuízo, pois, para eles, a história demonstrou e continua demonstrando que a presença de grandes indústrias nos seus locais de lazer, trabalho e aprendizado – em outras palavras, nos ambientes onde desenvolvem suas socialidades pesqueiras – sempre acarretam grandes e negativos impactos.

A procura por compensações tornou-se, de certa maneira, a principal demanda da Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati. Isso em razão do fato de que, desde o começo da instalação da Samarco Mineração em 1972, as iniciativas industriais voltadas ao território das comunidades relutaram em concretizar seus planos para a região devido a fatores externos ao interesse dos pescadores. Seja por movimentos do mercado financeiro (numa reavaliação dos planos dessas empresas pelos seus acionistas e executivos que decidem por uma pausa), seja pela suspensão (caso do superporto da Petrobrás idealizado para Anchieta) ou desistência definitiva dos projetos industriais voltados para o município. Este é o caso da Baosteel, que construiria uma usina siderúrgica em Anchieta, necessitando da construção de um superporto em Ubú, mas acabou desistindo. Posteriormente, a Companhia Vale do Rio Doce assumiu o projeto, onde construiria uma usina siderúrgica denominada CSU, nos moldes da usina que opera na Baía de Sepetiba no Rio de Janeiro, a CSA – mas, até o

momento, também suspendeu o plano.

Assim, é constatada pelos pescadores artesanais a sua própria impotência frente à tarefa de impedir que cada vez mais projetos industriais se voltem aos seus locais de vivência. Em soma à forma que também são percebidos, por eles, os prejuízos e as restrições ao exercício da atividade da pesca, que aumentam gradativamente em relação à expansão dos projetos industriais. Os pescadores artesanais passaram a pensar com mais foco nas formas de não serem postos à margem, quando a pesca não tem mais condições de ser exercida como único sustento de uma unidade familiar.

Devido a esses fatores, através de reivindicações para o poder público ou diretamente para as empresas em atividade na região, foram diferentemente pensadas e postas em práticas medidas compensatórias, que teriam a função de atenuar ou de fato compensar a pouca efetividade que principalmente às pescas artesanais mais costeiras possuem nos mares de Ubú e Parati.

Uma medida desse tipo, que possui destaque nos discursos de alguns dos representantes da Associação de pescadores artesanais de Ubú e Parati, é o projeto, em formulação, de Renda Mínima. Ele foi uma ideia que consistia em propor perante o poder público municipal de Anchieta a instituição de uma normativa que condicionasse a mineradora Samarco a pagar o valor de um salário mínimo aos pescadores artesanais, legitimamente cadastrados na Associação de Pescadores de Ubú e Parati. Esse gesto seria a medida que compensaria a diminuição da produtividade da pesca na região, intimamente ligada às atividades de beneficiamento de minério operadas pela corporação.

Este projeto foi formulado conjuntamente entre a Associação de Pescadores de Ubú e Parati e uma professora universitária, também denunciante dos impactos causados pelas grandes empresas no território de Anchieta. Foi então apresentado a um vereador que o converteu em um projeto de lei, não aprovado pela Câmara de Vereadores de Anchieta. Posteriormente, esse vereador tornou-se prefeito do município e, juntamente a Câmara de Vereadores do município de Anchieta, institucionalizou o projeto na forma de lei com o nome de Renda Mínima Cidadã.

A última vez, até o término desses escritos, em que encontrei o presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati, ele afirmou que a única coisa que estava faltando para a “Renda Mínima” ser instituída é a criação de um fundo econômico, pois, a Samarco Mineração não aceita, devido ao seu estatuto, o depósito deste dinheiro diretamente aos pescadores artesanais ou para a Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati. Há necessidade, então, da criação de um fundo administrado pela Prefeitura

Municipal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desenvolvidas para esse trabalho são compostas de reflexões oriundas do processo de desenvolvimento desta pesquisa divididas em duas intenções a primeira trata-se de apresentar um entendimento síntese desse estudo de caráter explicativo, sem me ater a resumir cada uma das partes que o compõe diretamente, deixei parte desse trabalho de interpretação ao leitor. Outra intenção presente nessas considerações finais é apresentar algumas inquietações e constatações que não faziam parte inicialmente dos interesses de pesquisa quando projetei este estudo de caso, mas que se revelaram como viáveis e relacionadas as reflexões que percorreram esses escritos, por isso possíveis de serem expostas nesse espaço sem fugir da temática principal da pesquisa ou propor uma discussão totalmente nova.

Ao longo desta pesquisa, no trabalho de campo e nas leituras realizadas, reuni alguns indícios que demonstram uma possível similaridade entre alguns elementos do processo histórico de colonização, do território que hoje é chamado Brasil, e algumas de suas peculiaridades relativas à colonização da região referente ao que hoje é considerado o município de Anchieta, com os projetos desenvolvimentistas voltados a região nos tempos hodiernos. Por isso irei dar exposição a esses indícios, reforçando que não há intenção de indicar uma similaridade exata entre esses dois períodos históricos e muito menos demonstrar a repetição da história e sim uma relação de semelhança, portanto, esses escritos que precedem as considerações finais sobre a pesquisa podem ser considerados como um bônus para o leitor.

Em alguns de seus escritos, Caio Prado Jr compara o processo colonizador dos portugueses no território hoje concernente ao Brasil e a colonização realizada pelos ingleses nas terras que hoje são denominadas de Estados Unidos e Canadá; caracterizando os dois processos diferencialmente a partir de uma premissa principal: a posição das forças colonizadoras perante os nativos.

O autor escreveu que diferentemente da colonização da América do Norte – onde os nativos eram vistos somente como inimigos a serem exterminados ou submetidos –, desde o princípio do processo colonizador, os portugueses e a Igreja Católica, através dos jesuítas, se utilizaram dos povos dessas regiões para realizarem seus anseios enquanto colonizadores de um determinado território.

“O caso da colonização lusitana foi outro. Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar do índio, não apenas para a obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliados, mas sim como elemento participante da colonização. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole, um povoador para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica” (PRADO JR, p. 91, 1981).

Um exemplo da postura colonizadora lusitana pode ser identificado em Anchieta através do fato lembrado por Sônia Mattos (2009), de que os lugares procurados e escolhidos para tornarem-se aldeamentos da colonização geridos pelos jesuítas eram locais que já contavam com trilhas de fácil acesso, água potável, entre outras facilidades de estabelecimento de uma vida no local. Aspectos que estão intimamente ligados a uma convivência com esse ambiente, exercida pelos povos nativos que ali viviam em um tempo anterior ao processo de colonização.

A autora, ao pesquisar o Arquivo Histórico Ultramarino situado em Portugal, encontrou relatos sobre a postura do jesuíta Padre José de Anchieta que conseguiu, perante a coroa portuguesa, o direito às terras entre o território que hoje é Mãe-ba até o distrito do município de Anchieta denominado Iriri, para os indígenas já aldeados, evangelizados e de certa forma civilizados, sob a tutela moral e política dos jesuítas (MATTOS, 2009).

Porém, com o decorrer do tempo e por conta das mudanças na administração colonial (criação da nova legislação sobre as aldeias: o diretório Indígena), advindas da expulsão dos jesuítas e dos incentivos da coroa à agricultura (o que tornou esses lugares propícios à cultura da terra, bastante disputados), o direito escrito passa a não ser exercido e as terras que pertenciam oficialmente aos índios civilizados passam a ser espoliadas pela administração colonial que era exclusivamente feita por portugueses que as transferiam para os seus conhecidos e amigos em sua maioria luso-brasileiros em troca de favores e outras benesses, sob a retórica de que a forma que essas terras seriam utilizadas pelos novos donos renderiam maiores tributos à coroa portuguesa (MATTOS, 2009).

Esses fatos fizeram com o que os índios aldeados, espoliados de seus territórios, se tornassem mão de obra facilmente mobilizável e apta a responder aos anseios da elite colonizadora, como o foram os indígenas que construíram o aldeamento de Viana bastante tempo depois da concepção da antiga aldeia de Iiritiba (Anchieta). Enquanto outros indígenas deixaram o território à procura de um ambiente mais propício ao desenvolvimento de suas vidas, como Sônia (2009) expõe uma passagem em que o naturalista August Saint Hillaire, ao passar pelo lugar onde hoje é a localidade de Manguinhos, no Rio de Janeiro, há mais de 100 quilômetros de Anchieta, encontrou um índio que afirmou ter vindo da antiga aldeia de

Iiritiba. Ele relatou ter constituído moradia nessa localidade devido ao motivo de ter sido espoliado de suas antigas terras pelo juiz responsável por aquela região.

Desde a expansão da Samarco mineração através da criação da segunda, terceira e quarta usina de beneficiamento de minério e da instalação da UTG sul da Petrobrás, a postura das grandes empresas durante esses processos é de aproveitamento dos pescadores artesanais nativos da região, de maneiras específicas, que foram colhidas em relatos no decorrer do trabalho de campo. Os relatos podem nos lembrar da postura dos lusitanos na colonização do Brasil: nos processos de instalação dessas estruturas industriais, parte dos pescadores artesanais de Ubú e Parati foi empregada nos serviços mais pesados sob o sol e intensa vigilância de encarregados das empresas, cavando buracos, serrando partes dos componentes das estruturas. Em geral, serviços que empregam basicamente esforço repetitivo de força bruta, além de algumas vezes também alugarem suas casas para as empresas alojarem seus operários.

Outra forma de “aproveitamento” dos pescadores artesanais consistiu em os utilizarem como guias, através da navegação com suas embarcações nas costas da região, no intuito de que os pesquisadores, contratados por essas empresas em atividade na região, pudessem exercer suas coletas, entre outros tipos de pesquisas realizadas no mar.

No processo de construção do Relatório de Impacto Ambiental, as empresas de consultoria pediram sutilmente informações sobre a ecologia local aos pescadores artesanais, como as espécies de peixe e sobre o fundo da costa concernente ao espaço de pesca desses indivíduos. Esses dois últimos fatos foram colhidos no trabalho de campo relativo a essa dissertação, mas também são relatados nos escritos de Josilene Cavalcante Corrêa (2013).

Porém, como esse tipo de estudo (EIA/RIMA) tem o intuito de viabilizar a instalação desses empreendimentos que, conseqüentemente, auferiram de forma significativa a pesca na percepção dos pescadores artesanais da região, esses indivíduos passaram a ter uma postura de resistência em dar essas contribuições aos pesquisadores advindos desse tipo de iniciativa.

É interessante observar que a retórica da administração colonial, ao espoliar os territórios dos índios, era a possibilidade de aumento de tributos direcionados a coroa portuguesa advindo das atividades dos novos donos das terras. Mesma afirmativa que possui a administração pública municipal e estadual dos dias de hoje ao intentar atrair e incentivar a crescente industrialização do município de Anchieta, e também outras localidades do Espírito Santo – sugestão que também é proporcionada pelas reflexões contidas no texto de Sônia Mattos (2009).

Destaco por último, outra similaridade entre os movimentos do passado com

movimentos contemporâneos, trata-se do fato de que mesmo em uma relação de poder desigual, os índios no passado redigiram uma carta para a coroa portuguesa relatando a sua dificuldade de se manterem nas terras, onde eram legítimos donos, devido à ação da própria administração colonial na localidade (MATTOS, 2009).

No tempo presente, os pescadores artesanais se mobilizam diante das forças que inviabilizam seu modo de vida. Ou, em alguns momentos conformados ou assustados perante o empoderamento de seus oponentes políticos, clamam por uma alternativa para serem inseridos dignamente nessa nova realidade que vai sendo construída sobre os seus locais de vivência e de trabalho, pois já percebem não serem páreos para o progresso ou para o desenvolvimento.

Tive a impressão de que a intenção atual dos sujeitos da pesca artesanal da região é a de não ficarem à margem, ou seja, sem a pesca e sem nenhuma compensação ou alternativa de vida às margens da promessa que vem junto às iniciativas caracterizadas como de *desenvolvimento*. E que também não seja temporária, extenuante e sem autonomia, como são os trabalhos ofertados pelas indústrias em atividade na região. Na verdade, não são postos de trabalho nas empresas de fato, mas nas empreiteiras contratadas para realizarem obras de infraestrutura, que ocorrem por tempo determinado.

Não produzi essas passagens no intuito de sugerir que a história se repete, mas na intenção de demonstrar uma clara analogia em que processos contemporâneos podem expor em relação a processos sociais passados, tendo, em comum, atores com capacidades diferenciadas de construção do futuro, sob a regência de seus anseios e projeções.

Nessa pesquisa interpretei a pesca como um modo de vida que claramente assemelha-se as concepções sobre cultura, que atrelam a formação cultural de um grupo a relações fronteiriças com outros grupos culturais que iram medir a interação dos pescadores artesanais com as condições ambientais específicas de desenvolvimento variável de sua cultura. Como cultura a pesca manifesta-se em constante mudança, que envolve influências endógenas e exógenas ao grupo que compartilha deste modo de vida.

A conjuntura social a qual a pesca faz parte em Ubú e Parati demonstra-se como evidência que reforça essas pescas artesanais como materializadas em suas especificidades através dos diferentes percursos sociais nos quais os pescadores artesanais estão envolvidos. Desde a relação dos pescadores artesanais com o Estado, com o mercado, com instrumentos e materiais que eles não produzem e com o turismo, até a sua relação com as grandes indústrias que disputam o ambiente de exercício da atividade.

Também cheguei a conclusão de que a pesca artesanal e os pescadores são tipos

característicos de seres humanos, de maneira divergente da maioria dos outros seres humanos, que vivem nos grandes centros urbanos dentro de seus automóveis e exercem as mais distintas profissões em seus escritórios com ar condicionado, os pescadores fundamentam parte significativa da produção de suas culturas na transformação criativa do ambiente em um nível de menor artificialização ao mesmo tempo que essa relação entre homem e ambiente é mediada e complexificada por uma ampla gama de relações sociais de qualidades variadas.

A intimidade com o ambiente marinho desde a infância produz nessas pessoas uma corporalidade (INGOLD, 2000; SAUTCHUK, 2007), ao mesmo tempo em que proporciona uma cosmologia possível a essa corporalidade. Pois, como nos diz Gregory Bateson sobre a interpretação da realidade, essa se dá através da constituição de um sistema perceptivo. Portanto, a forma com que os diferentes tipos humanos enxergam o mundo ao seu redor, constituindo suas cosmovisões, é interconectada significativamente a sua interdependência com o ambiente ao longo de sua vida, sem ser determinada por ele (BATESON, 1970).

Isso também aconteceu com os pescadores de Parati e Ubú até os dias de hoje, mas com uma peculiaridade específica: esses pescadores artesanais tiveram um contexto social como campo de disposições (BOURDIEU, 1989) que possibilitou e limitou o desenvolvimento variável de seus modos de vida sobre a costa dessa região. No entanto, essa circunstância social é permeado por diferentes atores empoderados que, como nos demonstrou essa pesquisa, limitaram as formas nas quais os pescadores vão constituir os seus modos característicos de pescar. Como são o IBAMA, Samarco, Petrobrás e o poder público municipal, estadual e federal.

Ao pensar uma perspectiva de futuro acerca da existência da pesca e dos pescadores artesanais a partir dessa pesquisa, chego a premissa de que a forma como foi influenciada a atividade na região proporcionou, na visão dos pescadores, um envelhecimento dos praticantes da atividade da pesca. Pois, em muitos casos, os filhos não querem pescar e, em outros, os próprios pais não querem que os filhos pesquem; por conta das dificuldades inerentes à atividade, como a constante fiscalização, a escassez do pescado devido à sobrepesca e a poluição advinda da atividade industrial, tanto petrolífera quanto mineradora.

Além disso, a própria representação que a sociedade de grande escala faz sobre o ideal de sucesso e do indivíduo bem sucedido – através das propagandas advindas dos meios de comunicação, das novelas, da música comercial, entre outras fontes acessíveis a quase que qualquer cidadão brasileiro da contemporaneidade – contrasta com a realidade de uma atividade oscilante, como a maré. Essas representações ligam-se muito mais à ideia de *desenvolvimento*, de *avanço* e de *progresso*, que quase sempre são atreladas a iniciativa

industrial e a todo lugar que ela passe a operar. Como também opera em Ubú e Parati, ambas se mostram uma sociedade tecnologizada ao extremo, artificializada e consumista – como se esta fosse a evolução natural do tipo humano. Desse modo, faz com que alguns pescadores artesanais fiquem indignados e revoltados por estarem impedidos de pescar, ao mesmo tempo em que estão sendo deixados à margem do tão propagandeado “*progresso*”. De estarem de fora do trabalho na indústria, à margem de um trabalho *do futuro*, pois de fato essa realidade aparenta-se como destino do mundo, como devir. Eles não podem postar-se contra o “*progresso*”, assim como não veem a eventualidade da interrupção dos grandes empreendimentos industriais em suas localidades, mas a possibilidade gritante de sua constante expansão.

Assim, se a pesca artesanal de pequeno impacto ambiental acabar em Ubú e Parati, acredito que terá fim, também, um tipo de ser humano que produz um formato de conhecimento específico, assim como o próprio tipo de conhecimento que ele produz atrelado à interação íntima com o ambiente. Uma realidade não muito distante, segundo alguns dos pescadores artesanais. Um deles, o vice-presidente da Associação de Pescadores Artesanais de Ubú e Parati, mostrou-me inclusive um texto escrito por ele, em que faz reflexões sobre as condições de exercício e o futuro da atividade, de título: *Pescador artesanal, espécie em extinção*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALTHUSSER**, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

**ALVES**, André. Os argonautas do mangue. Precedido de Balinese character (re) visitado/ Etienne Samain – Campinas, SP: Editora da Unicamp, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

**AUGÈ**, Marc. Não – Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade; Tradução Maria Lúcia Pereira – Campinas – SP: Papirus, 1994.

**BARTH**, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 243 pp.



**BARRETO FILHO**, Henry. “Populações tradicionais: introdução a crítica da ecologia política de uma noção”. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, RUI & NEVES, WALTER ( Orgs). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Anna Blume, 2006.

**BATESON**, Gregory. Form, Substance and Difference.Steps to an Ecology of Mind, 1972, Chandler Publishing Co.; Balantine Books, a division of Random House, New York. This was the Nineteenth Annual Korzybski Memorial Lecture, delivered January 9, 1970, under the auspices of the Institute of General Semantics. It is here reprinted from the General Semantics Bulletin, No. 37, 1970, by permission of the Institute of General Semantics. <http://www.raw-paint.com/library/bateson/formsubstanceanddifference.html>

**BECKER**, S, Howard. Outsiders , Estudos de Sociologia do desvio.1ª edição.Editora Zahar.2008.

\_\_\_\_\_. Uma Teoria da Ação Coletiva. Zahar Editores.1977

**BOAS**, Franz. A mente do ser humano primitivo. Tradução de José Carlos Pereira. 2ª ed – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

**BOURDIEU**, Pierre. O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. Elos/Ed. Perspectiva, São Paulo. Primeira edição.1979.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Ed: Bertrand Brasil. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. 1989.

\_\_\_\_\_. Razónes Prácticas: Sobre la teoria de la acción. Traducido por Thomas Kauf. Editorial Anagrama, Barcelona, 1997.

\_\_\_\_\_. O senso prático. Tradução de Maria Ferreira: revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

**BRONZ**, Deborah. Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ. Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar: Atores e Visões/ Deborah Bronz – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.

**CERTEAU**, De Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Tradução Ephaim Ferreira Alves. Ed Vozes. Petrópolis. 3ª edição, 1998.

**CHAUI**, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

\_\_\_\_\_. Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 4. ed. São Paulo:

Fund.Perseu Abramo, 2001.103 p.

**CLASTRES**, Pierre. Arqueologia da violência: pesquisas em antropologia política. Prefácio: Bento Prado Jr. Tradução: Paulo Neves. Publicado em 1980. Edição brasileira em 2004. ED Cosac Naify.

**COLAÇO**, José.;[VOGEL, Arno](#). O Duro, a Pedra e a Lama: A etnotaxonomia e o artesanato da pesca em Ponta Grossa dos Fidalgos. Antropolítica (UFF), v. 19, p. 165-189, 2005.

**CORRÊA**, Josilene Cavalcante. Territorialidades e Resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta – ES. Dissertação de mestrado em Geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. 2013

**CYSNE**, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar . Est. Econômico. São Paulo, V. 23, N.2, P.185-226, Mai-Ago. 1993

**DESCOLA**, Phillippe. “Ecologia e Cosmologia” in “Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. Anna Blume. Hucitec. NUPAUB-USP. 2ª edição, 2000.

**DIAS NETO**, José Colaço. Variações Sazonais e conflito no povoado pesqueiro de

Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. Cadernos de Antropologia Social Nº31,

pp.169-187, 2010

**DIEGUES**, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.( Ensaio;94.)

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Sant'Ana. Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário. Ed Hucitec, São Paulo, Brasil. 1998.

\_\_\_\_\_, Antônio Carlos Sant'Ana., Povos e Águas : Inventario de áreas úmidas brasileiras. NUPAUB-USP. 2ª edição, 2002.

**DORNELLAS**, Fabíola dos Santos. Poluição do Ar atmosférico e doenças respiratórias em pescadores de Anchieta – ES -2011. Dissertação de mestrado – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia da Vitória, EMESCAN.

**DUARTE**, Luiz Fernando Dias. As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba – Niterói : Ed.UFF, 1999.

**DURKHEIM**, Émile. Da divisão do trabalho social. Tradução Eduardo Brandão. - 2ª edição – São Paulo : Martins Fontes, 1999.

**EISENSTADT**, S N. “Modernidades Múltiplas” in Sociologia, Problemas e Práticas, nº 35, 2001, pp. 139 – 163.

**ELIAS**, Nobert. Teoria Simbólica. Organização e Introdução Richard Kilminster. Tradução Paulo Valverde. Celta Editora. 1994

**FERNANDES**, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. 3ª edição, São Paulo, DIFEL. 1979.

**FILGUEIRAS**, De Paula Márcio. Dissertação de mestrado: “Entre Barracões e módulos de pesca”: pescaria e meio-ambiente na regulação dos espaços públicos na Barra do Jucu. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Niterói, 2008.

**FAORO**, Raymundo. Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro – 3ª ed, rev, São Paulo, O Globo, 2001.

\_\_\_\_\_, Raymundo. A questão nacional a modernização. Estud. av.vol.6, no.14, São Paulo, Jan./Apr.1992

**FOLADORI**, Guillermo. Consumo e Produccion de Cultura: Dos enfoques contrapuestos en las ciencias sociales. An Antrop,29(1992),pp 221 – 239.

**FOLADORI & TAKS**, Guillermo e Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana* 10(2): 323 – 348, 2004.

**FRAXE**, Therezinha de Jesus Pinto. Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas. 2ª edição. São Paulo. Anna Blume: Brasília; CNPQ. 2011.

**GARCIA CANCLINI**, Nestor. Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas de interculturalidade; Tradução Luis Sérgio Henriques, 2ª edição – Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2007.

**GIDDENS**, Anthony. As consequências da modernidade /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. -São Paulo: Editora UNESP, 1991

**GOMES**, P. C. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

**GUHA**, Ramachandra. “O Biólogo autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo” in “Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. Anna Blume. Hucitec. NUPAUB-USP. 2ª edição, 2000.

**HARVEY**, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana

no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, São Paulo, 39, p. 48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. *Condição Pós Moderna : Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].

**HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras* – 3ª edição – São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

**INGOLD**, Tim. An Anthropologist looks at Biology. *Man*, New Series, Vol. 25, No. 2(Jun,1990), pp 208 – 229. Published By Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. <http://postcog.ucd.ie/files/ingold90.pdf>

\_\_\_\_\_, Tim. *The Perception of Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Ed Routledge. 2000.

**KNOX**, Winifred. Vivendo do mar: modos de vida e de pesca – Natal, RN: ED UFRN, 2009.

**LATOUCHE**, Serge. A ocidentalização do mundo: Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária; tradução de Celso Mauro Paciornik – Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. - (Coleção horizontes da globalização)

**LATOUR**, Bruno. Jamais fomos modernos : ensaio de antropologia simétrica { Bruno Latour  
tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

**LEFEBVRE**, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

**LEHTONEN**, T-K. The domestication of new technologies as a set of trials. Journal of consumer culture, London, v.3, n.3, p. 363-385, 2003. <http://joc.sagepub.com/content/3/3/363>

**LÈVI-STRAUSS**, Claude. O pensamento selvagem; tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP. 1970.

**LITTLE**, Paul. Etnodesenvolvimento local; autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Tellus, ano 2, n.3, p 33-52, out, 2002.

**MARX**, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos/ Karl marx; seleção de textos de José arthur gianotti ; tradução de José Carlos Bruni ... (et al) – 2ª edição. - São Paulo :Abril Cultural, 1978

\_\_\_\_\_ ; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais

recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na pessoa dos seus diferentes profetas. Lisboa: Presença, 1980.

**MATTOS**, Sonia Missagia. Aldeia de Irititaba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. Habitus, Goiânia, v.7, nº1/2, p.5-44, jan./dez.2009

**MILLER**, Franscisca de Souza. Barra de tabatinga: terra do povo, mar de todos: a organização social de uma comunidade de pescadores do Litoral do Rio Grande do Norte. EDUFRN. Natal-RN. 2002. 126 p.

**NEVES**, Adilson Ramos. “A luta da Associação de Pescadores de Ubu e Parati” in RAMOS, Maria Helena Rauta. Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: o impacto dos grandes

projetos em Anchieta/ES na região metropolitana da Grande Vitória e na região de Macaé/RJ, Maria Helena Rauta Ramos, Adriana Ilha da Silva, Soraya gama de Ataíde organizadoras.- Vitória (ES):EMESCAM, 2009. 304 p

**PÀLSSON**, Gilles. Models of fishing and Models of sucess. Mast, 1988,1(1): p.15-28.

**PRADO JUNIOR**, Caio. Formação do Brasil contemporâneo – colônia. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981. 17ª edição. 1ª edição 1942

**PRITCHARD**, Evans E. Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota; (tradução Ana M. Goldberg Coelho). - São Paulo : Perspectiva, 2005. - (Estudos; 53/dirigida por J. Guinsburg).

**RAINHA**, Jamila. Articulação de interesses entre setor privado e poder público: O movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. 2012

**RAMALHO**, Cristiano Wellington Norberto. Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar. Ambiente & Sociedade,Campinas v. XIII, n. 1, p. 95-110, jan.-jun. 2010.

\_\_\_\_\_. “Ah esse povo do mar!” : Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES( Centro de estudos rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.

**RIBEIRO**, Darcy. O povo brasileiro a formação e o sentido do Brasil. Comapanhia das letras.1995. São Paulo. Segunda edição.

**RIBEIRO**, Gustavo. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. Revista Novos Estudos, no. 80, Março 2008.

\_\_\_\_\_. O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 276p

**SAHLINS**, Marshall. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 231pp.

\_\_\_\_\_. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção(Parte I). *Mana*, v.3, n.1, p.41-73, 1997.

\_\_\_\_\_. [1972]. 1978. “A primeira sociedade da afluência” Em: Carvalho, Edgar A. (org.) *Antropologia Econômica*. São Paulo: Editora Ciência Humanas. Pp. 7-44.

**SANTOS**, Milton. *METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO*, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

**SAUTCHUK**, Carlos Emanuel. Tese “O arpão e o anzol técnica e pessoa no estuário do Rio Amazonas(Vila Sucuriçu,Amapá.). Universidade Federal de Brasília. 2007.

**SERRES**, Michel. A comunicação contra a cultura: entre a Disneylândia e os ayatolás. *AL-CEU*, v.4, n.8, p.5-10, jan./jun.2004

**SOBRINHO**, Sueni da Vitória. Interações entre o regime militar e o desenvolvimento econômico do Espírito Santo (1964-1974). *Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010 | p. 100-112*

**THOMPSON**, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

**TUAN**, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Ed Difel. São Paulo. 1980

**VILLAR**, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. *Mana*, vol.10, no.1, Rio de Janeiro,Apr. 2004

**WAGNER**, Roy. *A invenção da cultura*./Roy Wagner. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify,2010. Título original: *The invention of culture*.

**WACQUANT**, Loïc. Três etapas de uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v 25, n.66, p . 505-518, set/dez. 2012.

**WEBER**, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. O que é a burocracia. [www.elaleph.com](http://www.elaleph.com). 2000

\_\_\_\_\_. Conceitos básicos de Sociologia. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro. 2002

**WOLF**, Eric R. “ Inventando a sociedade” In “Antropologia e Poder, contribuições de Eric R Wolf Organização e Seleção. Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro, tradução Pedro Maia Soares.

\_\_\_\_\_. “Cultura : Panacéia ou Problema?” In “Antropologia e Poder, contribuições de Eric R Wolf Organização e Seleção. Bela Feldman e Gustavo Lins Ribeiro, tradução Pedro Maia Soares.

\_\_\_\_\_. A Europa e os Povos sem História; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

## **SITES, LEIS E JORNAIS:**

Decreto-lei nº 221, de 28 de Fevereiro de 1967. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0221.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm) Acessado em 09/07/2013 às 17:44

Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art37](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art37) Acessado em 09/07/2013 às 17:44

Site do ministério da pesca. <http://www.mpa.gov.br/> Acessado em 09/07/2013 às 17:44

Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, advindo do EIA Estudo de Impacto Ambiental da atividade de produção de petróleo e gás no bloco bc-10 Bacia de Campos. 2006.

Relatório de informações sobre a pesca no município de Anchieta – ES. Prefeitura Municipal de Anchieta. Secretária Municipal de Pesca e Agricultura de Anchieta.

Dados Prefeitura Municipal de Anchieta – ES. Gerência Operacional de desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.2012.



[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/10/hotsites/trilha\\_samarco/videos/1003053-em-anchieta-o-surgimento-de-oportunidades.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/10/hotsites/trilha_samarco/videos/1003053-em-anchieta-o-surgimento-de-oportunidades.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:00

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/04/629543no+caminho+do+desenvolvimento+uma+siderurgica+duas+vilas+e+muita+polemica.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/04/629543no+caminho+do+desenvolvimento+uma+siderurgica+duas+vilas+e+muita+polemica.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:10

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/02/noticias/a\\_gazeta/economia/1122809-de-senvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/a_gazeta/economia/1122809-de-senvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:20

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/10/681603-petrobras+inaugura+unidade+de+tratamento+de+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espirito+santo.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/681603-petrobras+inaugura+unidade+de+tratamento+de+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espirito+santo.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:30

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/08/noticias/a\\_gazeta/opiniao/1353305-um-novo-tempo.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/08/noticias/a_gazeta/opiniao/1353305-um-novo-tempo.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:40

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/01/noticias/a\\_gazeta/economia/1082729-apesar-de-gargalos-es-e-um-dos-mais-procurados-por-investidores.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/01/noticias/a_gazeta/economia/1082729-apesar-de-gargalos-es-e-um-dos-mais-procurados-por-investidores.html) Acessado em 18/12/2013 às 8:50

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/04/noticias/a\\_gazeta/economia/835314-os-projetos-que-vao-transformar-o-estado.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/04/noticias/a_gazeta/economia/835314-os-projetos-que-vao-transformar-o-estado.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:00

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/02/772665desenvolvimento+de+norte+a+sul+do+estado.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/02/772665desenvolvimento+de+norte+a+sul+do+estado.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:10

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/04/noticias/a\\_gazeta/economia/1201409-novo-mapa-portuario-es-ganha-10-terminais.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/04/noticias/a_gazeta/economia/1201409-novo-mapa-portuario-es-ganha-10-terminais.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:20

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/10/681603petrobras+inaugura+unidade+de+tratamento+de+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espirito+santo.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/10/681603petrobras+inaugura+unidade+de+tratamento+de+gas+em+anchieta+no+litoral+sul+do+espirito+santo.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:30

[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/02/noticias/a\\_gazeta/economia/1122809-de-senvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/a_gazeta/economia/1122809-de-senvolvimento-grandes-projetos-saem-do-papel-e-criam-vagas.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:40 [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2013/11/noticias/politica/1467456-el-cio-alvares-e-o-novo-lider-do-governo-na-assembleia.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/11/noticias/politica/1467456-el-cio-alvares-e-o-novo-lider-do-governo-na-assembleia.html) Acessado em 18/12/2013 às 9:50